

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

MARISTHELA BERGAMIM DE OLIVEIRA

**O SIGNIFICADO DA VIOLÊNCIA PARA JOVENS DE
CLASSE MÉDIA AUTORES DE ATO INFRACIONAL**

VITÓRIA
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARISTHELA BERGAMIM DE OLIVEIRA

**O SIGNIFICADO DA VIOLÊNCIA PARA JOVENS DE
CLASSE MÉDIA AUTORES DE ATO INFRACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção de Título de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Edinete Maria Rosa.

Vitória
2008

MARISTHELA BERGAMIM DE OLIVEIRA

**O SIGNIFICADO DA VIOLÊNCIA PARA JOVENS DE CLASSE MÉDIA
AUTORES DE ATO INFRACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Política Social.

Aprovada em

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Edinete Maria Rosa
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Luiza Mitiko Yshiguro Camacho
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Elaine Pedreira Rabinovich
Universidade Católica de Salvador/BA

Aos jovens.

Agradecimentos

A elaboração do presente trabalho não teria sido possível sem a colaboração espontânea de algumas pessoas, mas também imposta como o foi, por exemplo, aos meus filhos **Julia e Francisco** que souberam mostrar resignação e espera de que a mãe de antes pudesse retornar-lhes um dia, o que, frente à sua pouca idade, tardou uma quase eternidade.

Certamente, se não sucumbi ao remorso de mãe ausente e logrei manter meu foco, foi unicamente pelo apoio incondicional de meu marido **Miguel**, parceiro de todas as horas; assessor para todas as áreas e até interlocutor nos momentos de impasse teórico. Não foram poucas as vezes em que não lhe deixei saída senão ouvir minhas elucubrações, recebidas com paciência e interesse. A Miguel, meu eixo, o meu maior obrigado.

No âmbito familiar, por último, não posso deixar de agradecer à irmã querida **Manuela**, sempre disponível ainda que vivendo lamentavelmente longe de mim. À prima **Flávia** tampouco faltou disponibilidade quando dela precisei para salvar-me da inépcia no campo da informática.

Agradeço imensamente à minha Coordenadora **Ana Rita** e, particularmente, ao Juiz Titular da Vara da Infância e Juventude de Vitória, **Dr. Paulo Roberto Luppi**, pelo valor e respeito que sempre atribuíram ao trabalho que desenvolvi, oportunizando-me uma jornada de trabalho flexibilizada, sem a qual a execução do presente trabalho teria se comprometido.

Expresso também meu agradecimento a **Gena; Maria Amélia; Maria do Carmo; Maria Emilia; Rosemira; Silvia e Sueli**, colegas de trabalho que sempre mantiveram seu incentivo, mesmo quando minha particular rotina laboral repercutiu em incremento de trabalho para elas.

Em minhas conquistas acadêmicas e profissionais sempre rememoro a presença indelével de minha saudosa professora **Ângela Maria Campos da Silva**, que em seu rigor terno seguirá iluminando-me.

De competentes e queridos professores estive, aliás, muito bem servida durante também a realização do mestrado. Não posso deixar de mencionar com admiração e carinho a **Izildo Corrêa Leite; Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de Mendonça; Maria Lúcia Teixeira; Paulo Nakatani; Reinaldo Antonio Carcanholo e Vânia Maria Manfroí**, esta última presença valiosa desde os tempos da graduação e que contribuiu diretamente para a construção de meu objeto de pesquisa.

Um lugar de destaque preciso reservar à minha orientadora, **Edinete Maria Rosa** que em sua condução consistente, lúcida e afetuosa, ofereceu-me uma verdadeira lição de tolerância, respeito e apreço pelas diferenças.

Aos **jovens sujeitos desta pesquisa**, dedico um especial agradecimento pela disponibilidade e delicadeza que me franquearam, tornando possível a realização do trabalho proposto.

RESUMO

O notório crescimento da violência praticada por jovens de classe média, exposto pelos meios de comunicação, contradiz-se com a exigüidade de estudos acadêmicos voltados a esse segmento. As análises centram-se preponderantemente nos territórios da pobreza. Este trabalho realiza uma análise da violência através do significado que jovens de classe média, autores de ato infracional, imprimem ao fenômeno. A ampliação do entendimento da violência remete-se à análise de suas verdadeiras raízes, ancoradas na sociedade capitalista e nas transformações politicoeconômicas e socioculturais decorrentes da globalização que gestam uma nova forma de sociabilidade pautada no individualismo e no esvaziamento da alteridade. Através de uma abordagem qualitativa que utiliza como técnica de análise dos dados a análise de conteúdo de entrevistas semi-estruturadas, a pesquisa empírica foi realizada com sete jovens de classe média, entre 16 e 21 anos, que cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) junto à Vara de Infância e Juventude de Vitória – ES. A análise dos conteúdos colhidos foi realizada no interior de quatro eixos temáticos: juventude; família; estudo, trabalho, projeto para o futuro e violência, sendo que, na complementaridade entre os temas, buscou-se extrair as mediações presentes iluminadoras do significado da violência. Ao estudarmos a violência, enquanto expressão objetiva e subjetiva, não só protagonizada por jovens das classes populares, mas também por jovens de classes sociais favorecidas, percebemos características de sua condição juvenil que os unifica e os expõe aos conflitos históricos surgidos na sociedade contemporânea. De outra parte, o estudo demonstra que a condição de classe do jovem repercute enfática e distintamente no desenho de seu lugar social. Diante do encolhimento do público, a privatização das soluções pela família, no interior de recursos e capacidades díspares, definirá e consolidará sua trajetória.

Palavras-chave: juventude; violência; classe média; transformações societárias; alteridade.

ABSTRACT

The well-known increase of violence performed by middle-class teenagers which is exposed by means of communication goes against the exiguity of academic studies related to this group. The analyses are predominantly centered in poor territories. This work has performed a violence analysis through the meaning which middle-class teenagers, authors of infraction acts contribute to the phenomenon. The extension of violence concept relies on the analysis of its true sources anchored in the capitalist society and in the political- economic and social- cultural changes resulted from the globalization which forms a new way of sociability ruled in the individualism and emptiness of otherness. Through a qualitative approach which uses the content analysis of semi-structured interviews as a technique of data analyses, the empirical interview was performed with 7 middle-class teenagers between 16 and 21 years who fulfilled social-educative measures in the open air (Supervised Freedom and Community Service) along with the children and teenagers jurisdiction in Vitória – ES. The collected content analysis was performed under four themes: youth; family; study, work, project for the future and violence. In the complementarity among the themes, the current brightening mediation of violence meaning was addressed. Studying violence as an objective and subjective expression not only performed by low-class teenagers but also by middle-class ones, we have notice characteristics of their juvenile condition which make them unified and exposed to the historical conflicts appeared in the contemporary society. On the other hand, the study shows that the class condition of the young reflects in an emphatic and distinctly way in the outline of their social position. In the face of people's disregard, the privatization of family solutions in the distinct resources and capacities will define and consolidate its course.

Key- words: youth, violence, middle-class, social changes, otherness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 VIOLÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE	22
1.1 OS DESCAMINHOS DA SOCIABILIDADE	39
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEGORIA JUVENTUDE.....	55
2.1 JUVENTUDE E VIOLÊNCIA	66
2.2 PANORAMA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE JUVENTUDE E VIOLÊNCIA..	70
3 O PERCURSO DA PESQUISA: MÉTODO, SUJEITOS E PROCEDIMENTOS.....	82
3.1 A INTERPRETAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS.....	94
CONCLUSÃO.....	138
REFERÊNCIAS	144
ANEXOS.....	151

INTRODUÇÃO

O presente estudo põe em pauta a análise da violência enquanto um fenômeno que embora não seja recente na vida social brasileira, tem na medida do agravamento de suas manifestações entre os jovens, inquietado a opinião pública, as instituições e o meio acadêmico, impondo a necessidade de ser compreendido para ser enfrentado no âmbito imediato da formulação competente de políticas públicas destinadas à juventude, assim como no âmbito mediato que prevê o desvendamento da realidade com vistas à sua transformação.

A identificação com o tema da violência juvenil ancora-se em uma construção pessoal e profissional iniciada no ano de 2000, quando do início de minha atuação como assistente social da Vara da infância e Juventude de Vitória. Desde o início vinculada ao Programa de Medidas Socioeducativas aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional muitas foram as inquietações geradas, assim como a necessidade de pesquisar sobre o tema com vistas ao seu entendimento e elucidação.

O crescimento da violência na sociedade brasileira e sua associação com a juventude têm motivado inúmeros estudos, em especial na última década (ZALUAR, 1999; ZALUAR, 2003; DIÓGENES, 1999; WAISELFISZ, 1998; ABRAMOVAY et al., 1999; MINAYO et al., 1999). O confronto que pesquisadores e profissionais vêm fazendo nessa área é uma importante demonstração da relevância do tema. Contudo, a pesquisa bibliográfica denuncia a escassez de estudos que se dedicam à abordagem e ao aprofundamento da violência no interior da classe média, como constata Waiselfisz ao refletir que

O referencial bibliográfico demonstra ausência de estudos que tratem da violência relacionada às classes médias. As análises centram-se, fundamentalmente, em atos de violência relacionados à exclusão social. O argumento da criminalidade, tanto do ponto de vista do crime organizado ligado ao narcotráfico, como o de violências consideradas difusas, gratuitas, são manifestações freqüentemente analisadas, porém tais análises localizam-se nos 'territórios' ditos de pobreza (WAISELFISZ, 1998, p. 152).

A exigüidade de estudos voltados à violência e juventude que se ampliem para além das classes populares contradiz-se com a notória emergência de episódios violentos

no interior de classes sociais privilegiadas socialmente, crescentemente noticiada pelos meios de comunicação, por constatações de base teórico-científica (WAISELFISZ, 1998; MINAYO et al., 1999; ANJOS, 2003) e por uma produção discente iniciante que não se furtam de abordar essa nova realidade.

A idéia fortemente presente no senso comum, e ainda não superada nos meios acadêmicos, que associa pobreza com criminalidade, talvez seja uma explicação para a baixa incidência de estudos na área em questão. A tentativa de superar essa tendência coloca-se como uma de nossas motivações. Isto é, ao estudar uma expressão da violência que vem sendo protagonizada por jovens das periferias, desfavorecidos e, ao mesmo tempo, por jovens que desfrutam de uma condição social privilegiada, apostamos na reflexão de Minayo et al (1999), segundo a autora apoiada em Madeira e Rodrigues (1998), que o reconhecimento das diferenças socioeconômicas e das características subjetivas daí advindas não retira do jovem "pobre" e do jovem "rico" sua condição juvenil, uma identidade e uma marca de juventude que os unifica e os expõe, a todos, ainda que ressaltando sua multiplicidade e as particularidades daí decorrentes, aos conflitos históricos surgidos nas sociedades contemporâneas.

Trata-se de profundas transformações socioeconômicas, mas não menos culturais, que afetam formas de sociabilidade, familiares e individuais da vida moderna em cujo olho do furacão encontram-se especialmente os jovens, na medida em que tais transformações repercutirão e afetarão o processo de transição, objetivo e subjetivo, para a vida adulta.

Enquanto construção histórica e assentada no imaginário social a noção de juventude ganha associação direta com a idéia de uma fase da vida marcada pela instabilidade e por isso mais susceptível aos problemas sociais de seu tempo, de forma que a juventude torna-se, per se, um "problema social". Dando sentido a essa idéia tivemos a juventude revoltada e delinqüente dos anos 50, a juventude militante e revolucionária dos anos 60 e 70, a juventude cética e passiva dos anos 80 e 90 e, na atualidade, a juventude violenta.

Ao lançar-se à problematização sociológica da juventude em seu consistente e radical estudo sobre culturas juvenis, o sociólogo português Pais (1993) lembra como a própria sociologia participa dessa construção social, enfatizada pelas representações do senso comum, funcionando alguns estudos como “caixa de ressonância” da mídia, deixando de assumir um papel desmistificador que, ao analisar os problemas que emergem da realidade, deve propor-se ao labor sociológico de interrogar-se sobre a essência dessa aparente realidade.

A teoria sociológica vê-se, assim, confrontada com a necessidade de questionar as representações mais correntes e vulgares da juventude e, nesse sentido, deve começar pela consideração da juventude como uma categoria manipulada e manipulável, à luz das reflexões de Bourdieu (1990) que se impuseram como marco para os estudos envolvendo a juventude.

Cabe, portanto, desconfiar de qualquer idéia de juventude tomada como uma etapa da vida homogênea e unitária, detentora de interesses comuns, assim como daquela que aborda a juventude como uma realidade dada e não como uma construção social.

Ela é, sobretudo, “[...] uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo” (PAIS, 1993, p. 29).

É bem verdade que adolescentes e jovens sempre existiram na história da humanidade e o processo biológico e vital da adolescência possui universalidade. Contudo, esclarece-nos Pais (1993), apenas quando os comportamentos juvenis começaram a ser associados a uma cultura adolescente, no avançar do século XIX, é que a adolescência passou a se fazer presente na consciência social e a se constituir objeto de estudo e análise. No interior de um processo gradativamente prestigioso os jovens alcançaram nos dias atuais uma força de grupo social sem precedentes, capaz de influenciar e impor modos de conduta próprios a outros grupos de idade, sem que isso retire o devido “mérito” da indústria cultural em sua insistente valorização de uma cultura juvenil.

De todo modo, temos por certo, à luz de Pais encontrar no interior da sociologia da juventude, duas tendências ou variações:

- a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada “fase de vida” prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizam essa fase de vida - aspectos que fariam parte de uma “cultura juvenil”, específica, portanto, de uma geração definida em termos etários;
- b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Isto é, nesta tendência, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em diferentes situações sociais (PAIS, 1993, p. 23).

Ocorre que o debate sobre o tema da juventude, ainda permeado por disputas conceituais, incorporou acúmulos teóricos e, atualmente, mesmo enfatizando a noção de “juventudes”, em consideração às múltiplas situações e significações inerentes ao segmento, reconhece a validade da condição juvenil por imprimir sentido a todos os grupos sociais (ABRAMO, 2005), de forma que a separação entre os dois níveis - etário-geracional e sociocultural - tende a se esvanecer.

Na proposição de Pais (1993) o chamado é ao exercício concomitante e dialético dos dois eixos semânticos, de forma que a juventude seja vista como aparente unidade, quando associada a uma fase da vida e, como diversidade, quando considerados os distintos atributos sociais que diferenciam os jovens entre si. Um exercício necessário e, ao mesmo tempo, desafiador, imposto permanentemente ao presente trabalho.

Captar, portanto, os aspectos ora homogeneizadores e ora heterogeneizadores da juventude, apontando as semelhanças e os atributos particulares, na relação com a estrutura da sociedade e com as transformações econômicas, sociais e culturais da contemporaneidade, traduz um dos esforços de nosso estudo.

A idéia é ater-nos basicamente à juventude enquanto categoria social que vem, sim, marcada por um suporte concreto e vital, mas que supera a noção meramente naturalista, pois os comportamentos associados à condição juvenil, analisados

isoladamente, sem relação com o contexto histórico, não possuem capacidade explicativa das relações que envolvem a juventude.

Se apontamos nos jovens comportamentos e uma subjetividade próprios de sua condição juvenil sublinhamos enfaticamente a dimensão histórica que opera na constituição desses elementos, os determinantes sociais e objetivos que neles atuam e interferem.

Nesse sentido, a juventude passa a ser trabalhada enquanto uma relação social que na certa definição de Erickson (apud SOUZA, 1999), esclarece que é na imbricação entre a biografia e a história que o jovem define sua identidade e, ao mesmo tempo, promove mudanças no estilo de vida das sociedades. Os jovens atuam como “elementos mediadores de um processo civilizatório contraditório e conflitivo” (SOUZA, 1999, p. 25), assimilando um conteúdo acumulado no tempo que ressurge na forma potencializadora de idéias e ações, transformadoras ou não.

Na abordagem de Souza (1999) essa interação contraditória é explicada pela transitoriedade da vida juvenil que permite ao jovem manter-se relativamente autônomo em relação às instituições sociais, ao contrário do adulto já cristalizado por elas. Vale, porém, ressaltar que a idéia de transição tem sido também alvo de críticas (SPOSITO, 1997), pois pode levar à associação da juventude com indeterminação - nem se é criança, nem se é adulto - desqualificando, portanto, essa fase da vida entendida apenas como uma passagem. Além disso, a ênfase na transitoriedade enquanto instabilidade, como sendo própria da juventude, em oposição à rigidez e estabilidade da ordem social adulta perde sustentabilidade na época atual em que a insegurança, a desfiliação e a transitoriedade passam a ser marcas da vida contemporânea.

Em relação à classe social dos sujeitos sob análise neste estudo, podemos depreender do estudo clássico de Wright Mills (1969) as características centrais que envolvem a análise da classe média, isto é, sua inquestionável importância para a sociedade moderna e a dificuldade de conceituação que expressa.

Segundo o autor a história da classe média não envolve grandes acontecimentos e seus interesses sequer guardam unidade. “Internamente, ela é dividida, fragmentada; externamente, ela depende de forças mais poderosas” (WRIGHT MILLS, 1969, p.11). No entanto, assevera Wright Mills (1969, p.11) “[...] é nesse mundo de colarinhos-brancos que se deve procurar as características da vida no século XX”.

Esclarece-nos Oliveira (1987) que o crescimento das chamadas classes médias é conseqüência direta do processo de industrialização, podendo ser descritas como “[...] heterogêneo conjunto de ocupações, qualificações e níveis de remuneração, cuja única homogeneidade é dada pelo fato de que não estão diretamente empregados na linha de produção” (OLIVEIRA, 1987, p. 95).

Contudo, o próprio autor reconhece que classificar as classes médias pelo que não são é insuficientemente explicativo, embora seja essa uma prática recorrente evidenciada por Peralva (1985) na revisão bibliográfica realizada em sua tese de doutorado intitulada “A Classe Média Rediscutida”, onde as definições descritivas envolvendo a classe média acabavam por enfrentar, cedo ou tarde, a dificuldade de definir o limite que separa a classe média das outras classes sociais. Um problema de difícil equacionamento pois segundo a própria Peralva (1985) nos escritos introdutórios do trabalho supracitado “a definição teórica com respeito à(s) classe(s) média(s) é provavelmente, no âmbito desse estudo, o problema mais complicado. A noção, dotada de forte conteúdo empírico, é frágil do ponto de vista de sua determinação conceitual” (PERALVA, 1985, p. 6), que, sobretudo, é dificultada pela heterogeneidade própria da classe média.

Um aspecto central, porém, dessa discussão é a definição da teoria analítica que a ancora, isto é, pautada no enquadramento da estratificação social ou no enquadramento da estrutura social de classes. No primeiro caso a conceituação das classes médias inscreve-se no interior da ideologia dominante e converte-se numa divisão do trabalho estritamente hierárquica. O segundo enquadramento, por sua vez, apóia-se na idéia de que o princípio explicativo da estrutura social radica nas relações de classe, sendo este último o fio condutor do presente trabalho.

Embora a (s) classe (s) média (s) pareça sem lugar sob o princípio teórico da divisão social de classes, implicado por seu caráter dual e antagônico, argumento, inclusive, utilizado para desqualificar o método de análise da teoria das classes sociais, apoiamo-nos em Oliveira (1987) para livrar-nos de um esquema bipolar engessado, desprovido de dinamicidade e que recusa o movimento interno da estrutura.

Trata-se de evitar os riscos próprios da utilização inadequada do método de análise que, segundo Oliveira (1987), dizem respeito à inabilidade de apropriar-se da multiplicidade de determinações que fazem o concreto e à aplicação mecânica do método, o que é contrário à sua própria identidade, essencialmente dialética. "Em um tal jogo, a divisão da sociedade e as classes constituem um dado, um pressuposto, quando a rigor elas são um produto das relações antagônicas e de seus movimentos de re-produção" (OLIVEIRA, 1987, p. 10).

Nesse sentido, Oliveira (1987) trata de reconhecer que um problema fundamental na utilização da teoria crítica das classes sociais é a supervalorização da esfera da produção e a colocação da dimensão política num plano secundário, como mero reflexo da primeira. Recoloca, portanto, como fundamento teórico-metodológico a relação entre as classes "[...] pois são as consciências recíprocas das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na 'consciência de classe'. E este movimento de re-conhecimento é, sem dúvida, o espaço da política" (OLIVEIRA, 1987, p.11).

Isto dito, no que tange às classes médias, vem de Oliveira (1987) a afirmação de que a inserção dos seus agentes na divisão social do trabalho e especificamente nas relações capitalistas de produção dá-se de forma completa. Uma vez reproduzida pelo mercado e tornando-se, assim, a força de trabalho uma mercadoria, alcança-se a materialidade objetiva do processo. O que se aplica, inclusive, à maioria das profissões liberais em face de sua progressiva e quase total inserção no interior de empresas privadas e no aparelho de Estado. Lembra o autor que nem mesmo a tecnoburocracia é desprovida de objetividade em sua inserção: "o controle das fases técnicas, gerenciais, administrativas, do processo global de produção e de gestão estatal não é menos objetivo nem material que a existência de operários numa cadeia de montagem" (OLIVEIRA, 1987, p. 100).

Embora na aparência o processo seja carregado de subjetividade, Oliveira (1987) explica que isso se deve à "face visível do controle" que tais agentes, em especial os burocratas, parecem incorporar. De forma que, em face do aspecto material que implica a não-detenção dos meios de produção por essas frações de classe seu pertencimento ao conjunto das classes dominadas seria conseqüentemente inferido.

Para Oliveira (1987) o aspecto da materialidade objetiva é insuficiente para definir a identificação política das classes médias tanto com as classes dominantes, quanto com as dominadas. A questão principal estaria localizada na aparência de que o trabalho dos agentes das classes médias é trabalho concreto¹ insubstituível em relação aos operários produtivos. Contudo, "essa aparência está ancorada no fato de que os trabalhos abstratos desses agentes substituem o trabalho abstrato da força de trabalho diretamente produtiva e, por esse movimento, perdem a aparência de trabalho abstrato comum em relação aos operários produtivos" (OLIVEIRA, 1987, p.102), restando, assim, a impressão aparental de que detêm a administração do capital. "É, portanto, pela *desaparição aparente* das outras classes sociais, que as classes médias ganham uma super-representação de seus estatutos sociais *na política*" (OLIVEIRA, 1987, p.102).

Nesse sentido, explica-nos Oliveira

As classes médias são, pois, o ponto de convergência visível de interesses sociais antagônicos. De um lado, substitutas do trabalho abstrato dos operários e produtores diretos, e, por essa razão, gerentes do controle técnico e social dos processos de produção; de outro, estão no centro das novas relações que se tecem entre cada capital particular e os fundos públicos, o Estado, do que decorre que são, também, gerentes de uma nova relação social e de uma relação de forças extremamente instável, porque não é auto-regulável (OLIVEIRA, 1987, p.103).

Ainda como um aspecto a destacar no bojo dessa densa discussão que não pretendemos aprofundar e nem seria ela própria o objeto primeiro desse estudo,

¹ Extraímos de Antunes (1995) a explicação que esclarece a dupla face do trabalho mercantil, expressas pelo trabalho concreto e trabalho abstrato: "De um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de *coisas socialmente úteis e necessárias*. É o momento em que se efetiva o *trabalho concreto*, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão *concreta*, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata [...]" (p.76).

refere-se à decisão de anunciar a classe social em análise no plural ou no singular. É certo que pela heterogeneidade que denota, pela diversidade de agrupamentos que abrange e, principalmente por sua constituição no interior de um campo de relações de classes, que explica possíveis adesões fragmentadas e divergentes de acordo com o momento histórico, recomenda-se que se fale em classes médias (PERALVA, 1985). É igualmente certo que a pesquisa empírica assim o confirmou: a heterogeneidade transpareceu nos estilos de vida, capacidades de consumo e projetos para o futuro.

Contudo, não é apenas em consideração ao sentido de classe média consolidado no imaginário social, e mais facilmente apreensível pelo leitor, que somos levados a optar, no decorrer deste trabalho, pelo termo classe média no singular. É também em consideração à relativa homogeneidade que reúne os sujeitos, ora sob análise, membros de uma classe social que se destaca pela ocupação socioespacial no interior da cidade; pela inserção da família no trabalho através de postos de atuação que geralmente não envolvem trabalhos manuais e sim profissões de maior qualificação; pelos locais que frequenta; pela renda e padrão cultural que sustenta.

Trata-se de um esforço de apreensão ampla e multifacetada da realidade e, nesse sentido, “não se baseia apenas em elementos econômicos, que determinariam todos os outros; ela é ao mesmo tempo acumulação, conhecimento e modelo cultural” (PERALVA, 1985, p.31).

Esboça-se, portanto, uma perspectiva de análise que transcende a esfera da produção e busca colocar *em relação* a objetividade material com a subjetividade de suas representações, no interior de um movimento dialético que descarta a existência das classes como algo dado, pleno de uma autoconsciência. É, ao contrário, algo a se construir pelo trabalho político e, com esse sentido, que se irá resultar na consciência de classe e entre as classes reciprocamente.

Assim, ao abandonarmos “a pretensão ingênua de pôr em evidência a existência de ‘classes puras’” (OLIVEIRA, 1987, p.14), lançando-nos à “opacidade da tessitura de relações” (p.14), reconhecemos que a compreensão da classe média e da internalização de suas disposições político-sociais sofrem a influência não só da

riqueza econômica que detém, mas também do capital cultural que possui no interior de cada momento histórico.

No que se refere à violência, presente no universo juvenil aqui abordado, buscaremos trabalhá-la conceitualmente enquanto um fenômeno social que se diferencia histórica e culturalmente (SALLAS, 1999). Assim, na perspectiva de um evento histórico e não natural, a violência reflete a sociedade que a produz, e se vem cabendo aos jovens o seu protagonismo, isso poderia ser explicado por sua particular assimilação e espelhamento dos conflitos e significados nela existentes.

Entre os anos de 1998 e 2000 pesquisas promovidas pela Unesco como parte do projeto "Juventude, Violência e Cidadania" estudaram a questão da violência e sua relação com a juventude, sendo que a primeira delas voltou sua atenção sobre os jovens de classe média do Distrito federal (WAISELFISZ, 1998), sendo depois replicadas em mais três capitais do país, sem, contudo, focalizar a classe média : Rio de Janeiro (MINAYO et al., 1999); Curitiba (SALLAS et al., 1999) e Fortaleza (BARREIRA et al., 1999) e novamente realizada em Brasília (ABRAMOVAY, 1999), desta vez buscando conhecer a situação dos jovens de setores populares.

O contexto de emergência destas pesquisas foi o assassinato do índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos, praticado por cinco jovens de classe média da cidade de Brasília. O evento que chocou a opinião pública engendrou uma série de questionamentos na tentativa de explicar o que estava acontecendo com os jovens, além de invalidar a associação automática entre violência e pobreza.

Se no caso das pesquisas mencionadas as peculiaridades regionais interferiram nos resultados mostrando a pertinência de ampliação da pesquisa para outros estados, em nosso caso específico justifica-se ainda mais pela gravidade da realidade local. Com o apoio do Ministério da Saúde a OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - elaborou, sob o comando de Julio Jacobo Waiselfisz, o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, publicado em fevereiro de 2007. Numa versão considerada mais abrangente e detalhada do que a do Mapa da Violência 2006, esse novo diagnóstico revela que dentre os 10% dos municípios com maiores taxas médias de violência na população jovem, os

municípios de Serra (2º); Vitória (7º); Cariacica (10º) e Vila Velha (42º) obtiveram expressivas colocações.

Baseada nessa constatação, configura-se a necessidade de se desenvolver estudos locais que, além de contribuir para a formação de conhecimento no âmbito do pensamento social, possam subsidiar a formulação de políticas públicas, pois embora a globalização, com seus efeitos desorganizadores de dimensão transnacional e homogeneizadores em termos culturais e dos padrões de consumo, configure uma realidade incontestável não deve, por outro lado, como nos adverte oportunamente Anjos (2003, p. 6), impor-nos "a hegemonia do pensamento único, de idéias importadas, que se colocam 'fora do lugar' e impedem a capacidade de se pensar sobre as especificidades locais, gerando, com isso, um certo imobilismo intelectual, social e político".

Os necessários aprofundamento e qualificação dos estudos voltados à grande temática juventude e violência coadunam-se com o consenso engendrado na última década em torno da necessidade de implementação de políticas públicas dirigidas à juventude. A estas se impõe, por sua vez, o desafio maior que é o de inscrever as políticas da juventude em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista, que avancem para além das doutrinas de segurança pública e de assistência social. Com "orientações que devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia, interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas" (SPOSITO, 2005, p. 32).

O enfrentamento dessa expressão social requer uma rigorosa investigação, já que, segundo Castells no prefácio de Abramovay (1999), para definirmos o conteúdo e o sentido da cultura juvenil não se trata apenas de uma questão teórica ou de opinião pessoal. "A definição só pode vir da pesquisa empírica, baseada num trabalho de campo rigoroso e sensível ao mesmo tempo, em contato direto com a nova realidade que está surgindo nas periferias das grandes metrópoles do mundo e da América Latina em particular" (1999, p. 9), mas também dedicada aos jovens socialmente privilegiados que têm muito a dizer-nos em termos de compreensão da realidade.

O estudo ao qual nos propomos pretende, pois, escutar as vozes dos jovens, buscando entender o sentido da violência a partir do significado que dão a ela e de como se relacionam com tal fenômeno, cujo cenário fundante é a sociedade que vivemos crivada por transformações econômicas e ideoculturais.

Trata-se de uma discussão que apresenta como pano de fundo alguns dos dilemas cruciais do cenário contemporâneo: a avalanche neoliberal que implica mudanças sociais, políticas e econômicas do estágio atual do capitalismo, redefinindo o papel do Estado e o sentido da responsabilidade pública, ao mesmo tempo em que provoca o aumento da pauperização, da desigualdade social, da precarização e desfiliação dos trabalhadores, do individualismo e da violência urbana.

A reestruturação produtiva; a nova intitulação do mercado em único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política; a minimização do Estado e a erosão de direitos interferem na dinâmica social "afetando sociabilidades, identidades, modos de existência e também formas de representação" (TELLES, 2001, p. 116).

As repercussões que as circunstâncias da modernidade atual têm causado sobre a juventude são espantosas: são os jovens as vítimas prioritárias da violência (WAISELFISZ, 1998), assim como seus principais autores.

Contudo a realidade nacional aponta para uma recentidade do status de "sujeito de direitos" atribuído ao adolescente. Também é apenas recentemente, conforme nos esclarece Sposito (2005, p. 21), que "emergem projetos e programas que pautam suas ações pela defesa da promoção da cidadania; noção evidente em muitos documentos oficiais, mas de pouca visibilidade nos desenhos e conteúdos teórico-metodológicos que guiam a implementação das ações".

Essa desarticulação, na verdade, tem se constituído uma marca da política dirigida ao jovem e, no sentido mais amplo, da política social nacional. O que se tem comumente são projetos isolados, focalizados, incomunicáveis entre si, "configurando a inexistência de um desenho institucional mínimo que assegure algum tipo de unidade que nos permita dizer que caminhamos na direção da

consolidação de políticas e formas democráticas de gestão" (SPOSITO, 2005, p. 22).

Além disso, ainda estamos longe de um consenso em relação às orientações em torno de uma política pública para a juventude. Nessa ambigüidade ora o "jovem é um ser anômico, que coloca em xeque os modelos de integração social" (SALLAS, 2005, p. 5) e nesse sentido visualizamos propostas direcionadas a jovens em situação de risco, ou a infratores, ora são ascendidos à condição de vanguardistas, responsáveis pela mudança social.

Tal redução do campo de visão conduz a um recorrente e tradicional duplo recorte: etário e econômico-social. O primeiro porque volta as atenções para os adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou excluídos seguindo a faixa etária prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ignorando um "amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo possível de ações, pois ainda vivem a condição juvenil" (SPOSITO, 2005, p. 5). O segundo porque desconsidera os segmentos em processos de exclusão ou seja os jovens advindos de setores populares, oriundos de uma classe média empobrecida ou mesmo a classe efetivamente média que também devem constituir-se em alvo de ações públicas em decorrência de sua condição juvenil superando, assim, qualquer concepção restritiva. O que requer, ainda, a inclusão da necessária superação de uma visão "adultocêntrica" sobre a juventude (SOUZA, 2005) que na implementação de políticas institucionais ignora o jovem, não ouve seus anseios, seus silenciamentos, inquietudes e motivações.

Nesse sentido propomos o estudo da violência a partir da lente do jovem, de seus valores e conceitos acerca do fenômeno e de suas formas de reação ao mesmo, sempre contextualizados no interior de transformações societárias objetivas forjadoras de uma nova subjetividade.

O estudo será apresentado em três capítulos. O capítulo 1 tratará do tema da violência na contemporaneidade, sua contextualização no mundo globalizado, buscando analisá-la em articulação com as mudanças do capitalismo moderno e seguidas transformações socioculturais e políticas daí decorrentes. Também

corresponde à discussão desse capítulo primeiro apresentar, na forma de subitem, uma reflexão acerca das repercussões que as novas configurações históricas promovem na sociabilidade, na perspectiva da dissolução da alteridade.

No capítulo 2 abordaremos o disputado debate em torno da categoria juventude que envolve particularmente os desafios que a condição juvenil comporta na atualidade. Abordamos, em um segundo momento, o intercruzamento entre os temas juventude e violência, seguido de uma panorama descritivo dos estudos que envolvem a produção discente no decênio 1996-2006 a fim de vislumbrarmos o crescimento do interesse pelo tema no interior da sociedade e do universo acadêmico, suas principais linhas de análise e a baixa incidência de estudos que abordam a violência relacionada à juventude inserida em classes socialmente privilegiadas.

O capítulo 3 conterà a descrição do percurso da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados, assim como os resultados da pesquisa empírica e o esforço de interpretação dos dados colhidos à luz do referencial teórico que norteia o presente estudo.

1 VIOLÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

O crescimento da violência e a ampliação de sua visibilidade no interior da sociedade contemporânea de forma a transformá-la em fenômeno social tido como ameaçador e alvo pungente das inquietações da opinião pública, das instituições e do meio acadêmico, obriga a realização de novas incursões analíticas aptas a fornecerem maior inteligibilidade e abrangência interpretativa do problema que se revela complexo e multifacetário. Nesse sentido, a conceituação do fenômeno enfrenta sempre o risco de não alcançar o esgotamento das amplas possibilidades que abriga. Contudo aderimos à proposição de Chauí (2003) para expressar a violência a partir de cinco sentidos, ou seja:

1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. (CHAUÍ, 2003, p. 41-42)

Segundo Adorno (2002) o debate e a reflexão sobre a violência, embora de tradição eminentemente criminológica, iniciaram-se no Brasil há cerca de três décadas, à raiz da percepção de que a violência institucional utilizada arbitrariamente pelo Estado não se restringia à dissidência política, mas era utilizada enquanto forma rotineira e organizada de conter a criminalidade em geral representada por vítimas potenciais de um modelo fundado na injustiça social. Daí as primeiras explicações teóricas para a violência trabalharem no sentido do estabelecimento de uma associação entre violência e pobreza.

Embora essa relação automática tenha resultado inconsistente na medida em que, por um lado, ainda que a maior parte dos “delinqüentes” penalizados pertencessem às classes subalternizadas, evidenciou-se que não havia a associação majoritária dessas classes com a criminalidade e, por outro, concluiu-se que “o problema não residia na pobreza, porém na criminalização dos pobres” (ADORNO, 2002, p.25), na medida em que o rigor punitivo dos aparatos policiais e de justiça era maior em

relação aos pobres, o imaginário social e acadêmico, contudo, ainda enfatiza a conexão entre pobreza e criminalidade.

Não queremos negar que a pobreza forja uma suscetibilidade ao crime principalmente num contexto de contundente desigualdade social e franca violação dos direitos humanos e que a preservação dos direitos fundamentais coloca-se como exigência, ao menos, de pacificação social. Mas a insignificante alteração dos padrões de concentração de renda nas últimas duas ou três décadas, ao contrário do crescimento da violência, e a existência de nações mais pobres e desiguais que a brasileira, onde a violência é menos expressiva, indicam que é preciso ir além dessas explicações.

Peralva (2000) esclarece que a dificuldade em romper com a relação de causa e efeito entre pobreza e violência não se dá apenas pelo peso das representações que circulam no seio da sociedade civil (a incidência geográfica das mortes violentas; a mesma geografia das intervenções policiais; as características socioeconômicas da população carcerária) mas também pela constante reintrodução dessa idéia pela própria intelectualidade quando insiste na noção de revolta para explicar o motivo do engajamento do pobre na experiência do crime.

O comparecimento da idéia da desigualdade social na explicação do crime e da interdependência entre os direitos políticos, civis e socioeconômicos que, constatado o seu flagrante desequilíbrio, forneceria a explicação para a adesão legítima dos pobres às práticas criminosas reconstrói o nexo entre crime e pobreza quando, contraditoriamente, o que se pretende é recusá-lo. Assim como Peralva (2000, p. 82), aludimos à insuficiência dessa explicação, ladeada pela idéia de que o crescimento da violência no Brasil constitui experiência, “na qual pobres e ricos se encontram conjuntamente envolvidos”.

É da mesma autora a apresentação de outro eixo interpretativo do complexo fenômeno da violência cuja instabilidade das explicações vem revelando-se sobretudo em tentativas de asserção que se entrecruzam à medida que novos elementos de compreensão são incorporados ao esforço analítico. Trata-se da

noção de continuidade autoritária não obstante a transição democrática dos anos 1980 que foi acompanhada pela intensificação da criminalidade.

A explicação reporta-se à cultura política nacional traduzida pelo “enraizamento das práticas violentas no seio da população” (PERALVA, 2000, p. 76), reforçada pelos resultados de pesquisas para o conhecimento da opinião pública enfaticamente favorável ao emprego de métodos violentos e arbitrários pela polícia e à utilização de métodos de justiça ilegal. A timidez da contrapartida estatal serviu para consolidar tais valores na medida em que a incipiente oferta de ordem legal e legítima justificava as pressões da sociedade civil e a omissão aquiescente do Estado pelo exercício compartilhado da violência, antes exclusivo monopólio estatal. “Diante das falhas do Estado, não somente a violência urbana cresceu, mas passou a favorecer, mais do que nunca, a existência de um mercado de segurança privada, legal e ilegal. A espiral da violência estava lançada.” (PERALVA, 2000, p. 77)

Peralva (2000) aponta, ainda, uma outra linha interpretativa para o crescimento da violência brasileira a partir de sua relação com o acelerado processo interno de modernização cultural. O impacto provocado pela mudança cultural, esgarçadora de antigos vínculos repostos agora pelo “individualismo de massa”, sem que se consolidasse a experiência da cidadania, seria a causa principal do acirramento da violência. Contudo, a autora busca afastar-se de argumentações, por considerá-las insuficientemente explicativas, que localizam na base do agravamento das tensões e do ódio social a impossibilidade de acesso dos “pobres” aos novos bens cultuados pela cultura de massa.

Prefere aderir à idéia de que “sobretudo a ausência de mecanismos de regulação apropriados a um novo tipo de sociedade emergente” (PERALVA, 2000, p.85) pode explicar com maior propriedade o incremento da violência. Na conjunção da incompetência estatal em garantir a “ordem” pública e o conseqüente engendramento de formas particulares de violência, soma-se uma nova dimensão dos riscos que a vida moderna passa a comportar e a pesar sobre o futuro, particularmente dos jovens. A violência aí poderia ser explicada como uma forma de antecipar-se ao risco e, ao mesmo tempo, reagir a ele.

Segundo Peralva (1997) são três as lógicas de resposta violenta que a sociedade moderna comporta na sua forma histórica de *sociedade de risco* e que constituem expressões da violência juvenil contemporânea: a incivilidade, a revolta e o crime.

Começando pela revolta, entendida mais como uma mobilização pontual do que um movimento social, esta se caracteriza pela denúncia do erro do risco e volta-se violentamente contra ele. A revolta deslegitima o risco, esforçando-se para fixar limites e estabelecer responsabilidades.

Quanto ao crime, coloca-se como uma contingência do risco. Uma resposta racional, porque comporta regras próprias, ao meio portador de riscos. Ele insere-se ao meio, encontrando uma forma transgressora de sobreviver a ele. Nas *sociedades de risco* o crime seria um sinal patológico da “desordem”, “um fruto apodrecido de um Estado de direito enfraquecido e doente” (PERALVA, 1997, p. 48, tradução nossa).

Em relação à incivilidade, refere-se a uma resposta aleatória, fragmentada, marcada pelo medo frente à *sociedade de risco*. A preferência pela adoção da força em substituição à negociação representa uma possibilidade de ruptura do exercício do controle da própria agressividade, bem na contra-mão do processo civilizador (ELIAS, 1993) e em conexão com as mudanças socioculturais da atualidade, de dissolução de valores e de esgarçamento do laço social.

Em seu texto “Sobre a Violência”, publicado originalmente em 1969, Arendt (1994) refuta aquilo que considera “[...] um consenso entre os teóricos da política, da Esquerda à Direita, no sentido de que a violência é tão somente a mais flagrante manifestação do poder” (ARENDR, 1994, p.31). Para Arendt o poder só existe na medida em que a violência se ausenta. E a violência só emerge quando o poder se esvazia.

Poder, diz-nos Arendt (1994) requer uma ação orquestrada entre os homens. Pressupõe, portanto, um movimento coletivo com vistas ao consenso.

A ação já planteada por Arendt (2004) em sua obra anterior sobre “A Condição Humana” compõe, juntamente com o labor e o trabalho, as três atividades humanas

fundamentais da *Vita Activa*. E dentre elas é a que requer a relação entre os homens, a *pluralidade*, condição, ela própria, da vida política. É através da ação que construímos um mundo coletivo e que nos tornamos, portanto, seres sociais. Conviver no mundo significa estabelecer algo comum a todos que nele habitam e não apenas reservar um lugar para cada um. “A esfera pública, enquanto mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros” (ARENDDT, 2004, p.62).

Porém, a tarefa política de constituição desse vínculo, que se sobrepõe ao próprio mundo e é, pois, edificado sobre ele, enfrenta o risco do seu esfacelamento. “O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas “[...] é o fato de que o mundo entre elas [as pessoas] perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las” (ARENDDT, 2004, p.62).

A solidão moderna ganha, na acepção arendtiana, sentido de fenômeno de massa extremo e anti-humano porque não só retira do homem o seu lugar no mundo, destruindo a esfera pública, mas sacrifica-lhe o privado, na medida em que as duas esferas subsistem apenas sob a forma de coexistência.

Entendemos, assim, que quando a ação se debilita, o poder se desintegra, incitando a violência. Embora Arendt (1994, p. 60) permita-se o questionamento “Não sabemos se essas ocorrências são o começo de algo novo [...]”, inclina-se mais a refletir que a prática da violência sinaliza a gradativa negação da faculdade da ação pela humanidade no mundo moderno, sendo os seus desdobramentos uma angustiante incógnita.

Se trazida para a realidade nacional a importância adquirida pela nova conflitualidade explica-se menos pelas deficiências da igualdade e mais pela “debilidade dos quadros institucionais de regulação da experiência urbana e pela frágil relação dos brasileiros com a lei” (PERALVA, 2000, p. 179).

Tal fragilidade explicada pela tradição histórica que relaciona a lei com o poder e a opressão encontra na atualidade fortes obstáculos a sua superação em face da experiência moderna do individualismo que obstrui a construção de uma relação coletiva com a lei.

A afirmação desse jogo coletivo requer uma *reiteração simbólica permanente* da intenção de compartilhamento mínimo de uma existência comum, em cujo rol de regras valorativas inscrevem-se a cooperação, o reconhecimento do outro, da fragilidade humana e o direito à vida como direito humano fundamental, uma incapacidade manifesta na realidade brasileira e particularmente preocupante na medida em que

Quanto mais uma sociedade se mostra capaz de controlar coletivamente sua relação com o futuro e estruturar coletivamente as condições de uma confiança compartilhada, pelo apelo a referências simbólicas, mas também por meio de estratégias concretas de redução da insegurança, menos ela aceitará que as conseqüências negativas do risco possam atingir individualmente seus membros. De modo inverso, quanto mais as condições coletiva de construção da confiança forem débeis, tanto mais aceitável parecerá o risco individual, e tanto mais a confiança necessitará basear-se em estratégias individuais de controle do risco (PERALVA, 2000, p.124).

Trata-se de estratégias esvaziadas de conteúdo político que se situam em torno das condições gerais do individualismo moderno e da “busca por cada sujeito de um lugar próprio no mundo” (PERALVA, 2000, p. 179), que embora varie de acordo com os contextos sociais e históricos, sobretudo em suas formas de expressão, guarda relativa unidade no que se refere a sua natureza e sentido, denotando ser uma experiência planetária e inerente à condição moderna.

De acordo com Wieviorka (1997), em artigo transformado em referência quase obrigatória nos estudos posteriores sobre violência, as transformações do mundo contemporâneo justificam o redimensionamento do conceito de violência. Renovada profundamente em seus significados e expressões concretas ela perde a conotação positiva que lhe imprimiu, nos anos 1960 e 1970, legitimidade na esfera política, uma vez que desempenharia “o papel de parteira de toda velha sociedade que traz em si uma nova, para ser o instrumento graças ao qual o movimento social triunfa e destrói as formas políticas esclerosadas e mortas”, como nos lembra Engels (1981, p.188), sob a inspiração marxiana, passando a se circunscrever no interior de um consenso quanto ao seu significado unicamente negativo.

Para Wieviorka (1997) a ênfase consensual em torno do aspecto exclusivamente negativo da violência provoca, por um lado, a diabolização dos atores que supostamente a encarnam, como se a violência fosse-lhes inata e, por outro, a

negação ou a banalização da violência na medida em que é desconectada do questionamento daquelas que seriam as modalidades mais fundamentais da dominação.

Castel (2005) também teoriza sobre esse processo de deslocamento da conflitualidade social, pela via da estigmatização dos jovens - em especial os da periferia, mas muitas vezes por jovens de situação econômica privilegiada - como os atuais representantes das novas classes perigosas, isto é, explica-nos o autor, “a cristalização em grupos particulares, situados às margens, de tudo o que uma sociedade traz de ameaças” (CASTEL, 2005, p.55).

Segundo Castel o processo em questão refere-se mais a estratégias, para as quais colaboram o poder político, as mídias e a opinião pública, de escamoteamento de um problema global através de sua condensação em torno de um núcleo específico e de evitação ao enfrentamento dos reais fatores que estão na base do fenômeno. A redução do problema também facilita a implementação de ações focalizadas que, embora de reduzida eficácia, produzem a noção de que há uma intenção meritosa de solução.

Em sua reflexão Wieviorka (1997) levanta a hipótese de que seria justamente a tendência a dissociar os vários raciocínios em torno da compreensão da violência uma das fontes da violência contemporânea. Recusa a idéia de uma teoria geral que abarque analítica e explicativamente o fenômeno da violência que vem funcionando “[...] cada vez mais como categoria geral para apreender a vida social bem como as relações internacionais” (WIEVIORKA, 1997, p.10) e propõe o esforço de analisar os níveis da personalidade e do indivíduo; da sociedade; do Estado e do sistema das relações internacionais na perspectiva de sua complementaridade, de suas relações e mediações, mostrando a reposição da violência contemporânea, sob o aspecto de suas expressões e percepções subjetivas e de sua contextualização histórica. Trata-se de uma linha de análise à qual nos afiliamos e que se constitui um dos aspectos centrais de nosso estudo que pretendemos retomar mais adiante.

A fim de fundamentar a idéia propugnada de que as transformações contemporâneas justificam a construção de um novo paradigma da violência,

Wievioka retoma a análise da violência sugerida por Hassner (1995, apud VIEWIORKA, 1997) a partir de três níveis - sistema internacional; Estados e sociedades - acrescentando um quarto nível considerado fulcral na produção da violência contemporânea: o individualismo. A contribuição para o desvendamento do fenômeno se daria não apenas na medida da consideração das mudanças ocorridas no interior de cada nível, mas principalmente na consideração das repercussões dessas transformações, de forma articulada e correspondente, entre os quatro níveis de análise propostos. Partindo do sistema internacional a mudança fundamental decorre do esvaziamento da bipolaridade leste/oeste, a partir da derrocada do sistema soviético. A nova ordem mundial passa a configurar-se pela situação de unimultipolaridade, para usar o termo abordado por Jaguaribe (2001), em referência, por um lado, às restrições internas e externas enfrentadas pelos EUA em seu afã de exercício de um imperialismo ostensivo, mas que, por outro, segue representando sua supremacia militar, econômica e tecnológica, repercutindo na hegemonia mundial norte-americana.

Uma segunda mudança que afeta esse nível analítico refere-se à globalização do capitalismo que vinha sendo gestada desde o término da segunda guerra mundial no âmbito de uma revolução burguesa mundial. É o que nos esclarece Ianni (2003), referindo-se às transformações politicoeconômicas e socioculturais daí resultantes, mas também a uma nova dinâmica das forças produtivas e das relações de produção.

Pautada em uma retórica ilusionista em prol de uma mundialização econômica salvadora e inevitável, a idéia da globalização consolidou-se em torno de um conjunto de mudanças relativas à diminuição do papel do Estado; privatizações; desregulamentações e liberalização dos mercados com vistas à interdependência e complementaridade entre as nações, mas que se revelou uma falácia na medida em que reforçou a dependência dos países periféricos em relação aos países capitalistas centrais, no interior de uma disputa desigual, conduzida por grandes conglomerados transnacionais, auxiliados pelo capital financeiro internacional.

Sob a égide do globalismo inscrevem-se as novas formas de organização social e técnica do trabalho e da produção que, buscando a potencialização da força

produtiva do trabalho, envolvem a consolidação de um padrão de industrialização flexível, de precarização do trabalho e de terceirização. Instaura-se a lógica da “destruição criativa” que, segundo Ianni, em alusão crítica ao termo cunhado por Schumpeter (1984 apud IANNI, 2003), diz respeito a uma “obsolescência programada de técnicas e mercadorias, ocupações e profissões” (IANNI, 2003, p. 23), contexto de criação e desenvolvimento do desemprego estrutural.

À luz das valiosas contribuições teóricas de Castel (2004) podemos entender como a flexibilização traduz as novas estratégias de super exploração da eficácia produtiva e de minimização do preço da força-de-trabalho pela via de contratações de uma parte das tarefas à margem da grande empresa, submetidas a cláusulas desvantajosas, discriminatórias e desagregadoras dos trabalhadores, vez que desligados das regulações coletivas de proteção e de direito ao trabalho, descoletivizam-se e perdem a força política de classe. Contudo, são ainda mais graves os efeitos da precarização na medida em que mantém o fantasma do desemprego permanentemente rondando o mundo do trabalho, submetendo as pessoas a uma condição de vulnerabilidade e de impossibilidade de controle e projeção em relação ao futuro.

Em produção teórica ulterior, Castel (2005) aprofunda a discussão sobre as repercussões das mudanças da gestão do mundo do trabalho. Refere-se à constituição da “cultura do aleatório” que diz respeito a uma instalação na precariedade, onde a incerteza do trabalho predomina em meio à alternância de atividades, de desemprego, de trabalho temporário, de trabalho informal, que impõem aos trabalhadores o sentimento de insegurização, descoletivização e individualização, sendo que as pessoas que se encontram nessa situação são com frequência jovens cada vez mais independentemente da situação de classe.

Torna-se mais que oportuno aludir à concepção ideológica que alimenta e sustenta as transformações da sociedade mundial. Como nos afirma Ianni (2003), assim como o ideário liberal representou o emblema teórico, prático e ideológico da revolução burguesa nacional, o neoliberalismo surge como “precisamente o emblema do novo ciclo da revolução burguesa em curso de globalização” (IANNI, 2003, p. 21).

O domínio do discurso neoliberal, exercido universalmente, de forma a transformar-se no pensamento do fim da história (TAVARES DOS SANTOS, 1999) apresenta o capitalismo como o grande vitorioso, hegemônico e coveiro do socialismo, apoiado concretamente na realidade histórica de dissolução das experiências socialistas. É sob a reassunção massiva das idéias liberais que o mercado ganha onipotência e autonomia ascendido à condição de gestor natural da economia e legitimando a desigualdade social. Revelando-se um darwinismo social o neoliberalismo aclama a meritocracia que exalta os vencedores e considera os derrotados como elementos naturais e inevitáveis do processo de desenvolvimento da sociedade.

De forma que não podemos eludir o estreito vínculo entre o globalismo, o neoliberalismo enquanto seu fundamento ideológico, e a violência.

com efeito, esta última se alimenta, no mínimo indiretamente, das desigualdades e da exclusão que se reforçam com o mercado generalizado, a livre iniciativa, o rigor orçamentário e o livre comércio, e é sensível às evoluções que tornam a troca mais importante do que a produção e que ameaçam o trabalho, tanto do ponto de vista de seu significado central, enquanto sentido da experiência humana, como enquanto fator estreitamente associado ao crescimento (WIEVIORKA, 1997, p.17).

Na perspectiva da interconexão entre a mundialização e a violência, cabe ressaltar o processo de fragmentação cultural que as sociedades experimentam. O estabelecimento de uma cultura cosmopolita, que provoca uma homogeneização cultural internacional, produz, na contra-mão, uma pulverização da cultura e um recuo identitário.

Ao tratar das conseqüências trágicas que as novas tendências culturais provocam nas famílias e em suas organizações vicinais (em referência específica ao universo das favelas cariocas, mas que entendemos permite uma generalização reflexiva), Zaluar (1999) esclarece que não se trata de defender a manutenção da tradição cultural, entendida por ela como resultado de um artificialismo produzido para fins políticos, mas de valorizar os laços sociais, as redes de solidariedade tão importantes para a criação da cultura e para a conquista de uma autonomia moral e crítica e que se encontram em processo de esfacelamento. É dessa forma que a religiosidade deixa de ser um elemento convergente, repostos por um ecumenismo às avessas que rechaça a diversidade e que o jovem se isola em torno de um estilo

próprio e individualizante fomentado por uma ampla e agilíssima indústria cultural. Como saldo imediato, descreve Zaluar,

a família não vai mais junta ao samba e o *funk* não junta gerações diferentes no mesmo espaço, o tio traficante gostaria de expulsar da favela o sobrinho do outro comando ou da polícia ou ainda do Exército, a avó negra mãe-de-santo não pode freqüentar a casa dos seus filhos e netos pentecostais (ZALUAR, 1999, p. 99).

Quanto ao segundo nível de análise da violência proposto por Wieviorka (1997), o dos Estados, a reflexão caminha no sentido do esvaziamento da noção clássica de Estado-nação que reivindica para si o monopólio da violência física legítima e o “primado absoluto da identidade cultural das pessoas reunidas no seio da comunidade [...]” (WIEVIORKA, 1997, p.19), circunscrita num território delimitado. Sob a condução do globalismo os Estados nacionais são instados a promoverem internamente uma ampla reforma redutora de suas atribuições, no interior de uma campanha desqualificatória ideológica mundial, que identifica na atuação agigantada do Estado social, especialmente aqueles vinculados às experiências do Welfare State, as raízes da crise capitalista iniciada nos anos 1970, com o declínio do crescimento econômico. As novas exigências propugnadas pelas elites político-econômicas e seus intelectuais orgânicos ressuscitadores do liberalismo compreendem a desregulamentação, a privatização, a abertura dos mercados e a inserção nos mercados mundiais, dentro de um equilíbrio natural provido pela justa “mão invisível” do mercado.

Ora, a nova configuração do capitalismo mundial não corresponde a outra senão ao binômio capitalismo central/capitalismo periférico e a globalização termina por implicar na obrigatória submissão dos Estados-satélite aos centros decisórios, induzidos aqueles a adotarem políticas em conformidade com o capitalismo global, representado pelas grandes corporações transnacionais e organismos multilaterais, nominalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial .

O enfraquecimento da aptidão do Estado em controlar a economia debilita-o no exercício de outras atribuições que lhe eram até então intrínsecas, como o exercício legítimo da violência. Nesse contexto a privatização do uso da força, legal e ilegal, é favorecida. No caso brasileiro, em que se evidencia uma especial debilidade da

capacidade das instituições e do Estado em ordenarem a vida social, a experiência da violência se generalizou de forma ainda mais ampla.

Ianni (2003) discorre sobre os desdobramentos da crescente subalternização dos Estados nacionais ao globalismo, enfatizando, de partida, a dissociação entre Estado e sociedade. Destituído de soberania e autonomia o Estado é necessariamente levado a divorciar-se da sociedade civil, que, por sua vez, perde a capacidade de reação e de interferência na gestão das políticas governamentais na medida em que suas instâncias representativas - partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais - passam a ter uma inconsistente interlocução com o governo.

No caso brasileiro o esvaziamento do projeto nacional e a referida separação Estado e sociedade leva, ainda, à diminuição do historicamente escasso compromisso dos governos e das elites dominantes com a sociedade nacional, configurada em “[...] um espaço de negócios, interesses, operações, transações. Daí o predomínio das formas autoritárias de poder, mais ou menos congênicas e intermitentes, endêmicas e recorrentes, com as quais se alimentam as mais diversas formas de violência” (IANNI, 2003, p. 32) e se colocam em estreita conexão com as mutações societais, o terceiro nível analítico da violência proposto por Wieviorka (1997) que se referem às novas relações de sociabilidade presentes na contemporaneidade, onde se destaca a presença do individualismo, na perspectiva de um quarto nível de análise, imprimindo significado especial na produção da violência moderna.

Toda a exposição precedente permite compreender a amplitude planetária do fenômeno, que o unifica em sua natureza e sentido (PERALVA, 2000). Contudo não podemos deixar de enfatizar as particularidades da violência brasileira que não só influenciam as expressões diferenciadas de suas manifestações, como permitem a iluminação de caminhos mais eficientes para o seu enfrentamento. Pertence à própria Peralva (2000) o argumento de que as formas sangrentas que a violência assume entre nós, à diferença de outros lugares e notadamente a que existe na Europa, explica-se pela debilidade institucional e pela ausência de políticas susceptíveis de garantir a “ordem” pública, o engajamento no jogo coletivo, ao mesmo tempo que logre garantir os direitos individuais.

Nesse sentido, queremos reter as contribuições de Prado (2004) para entendermos a violência tendo como pano de fundo o cenário nacional, uma vez que a violência estaria arraigada em nossa formação social e colocada como um paradigma na estruturação de nossa sociedade, haja vista as relações de poder que se firmaram através da submissão das camadas desprivilegiadas, por meio da brutalidade instalada desde sempre. Assinala, ainda, que os crimes de corrupção por parte de autoridades legitimadas pelo voto do próprio povo são expressões disfarçadas do desprezo dirigido à população. Considera que a pior dessas facetas é a absurda desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira desde a colonização.

Finalmente fala-nos a autora da formação de um profundo mal-entendido presente na alardeada idéia de que a comunidade é a mesma para todos em que pesem nossas profundas diferenças étnicas, religiosas, políticas, econômicas e sociais. Denuncia a legitimação ofertada pelo Estado de direito ao referido mal-entendido na medida em que reconhece como violência apenas atos criminosos deixando de nomear e, portanto, de torná-las reais “[...] as formas de violência que se dão pelo despojamento da subjetividade dos outros pelo abuso econômico, religioso ou pela perda da fonte de trabalho. Ocorre que muitas vezes a violência de um dos espaços desencadeia violência em outros ”(PRADO, 2004, p. 24).

A potente discussão de Chauí (2003) mostra-se essencial para o entendimento da violência em seu caráter multifacetário, cujo imbricamento de suas explicações é central em nosso estudo. A análise da autora parte do reconhecimento do poderoso mito fabricado internamente de “não-violência essencial do povo brasileiro” e dos meios que encontra para conservar-se. Em destaque o vocabulário empregado pela imprensa:

fala-se em chacina e massacre para referir-se ao assassinato em massa de pessoas indefesas, como crianças, favelados, encarcerados, sem-terra; fala-se em indistinção entre crime e polícia para referir-se à participação de forças sociais no crime organizado, particularmente o jogo do bicho, o narcotráfico, os seqüestros; fala-se em guerra civil tácita para referir-se ao movimento dos sem-terra, aos embates entre garimpeiros e índios, policiais e narcotraficantes, aos homicídios e furtos praticados em pequena e larga escala, mas também para referir-se ao aumento do contingente de desempregados e habitantes das ruas, aos assaltos coletivos a supermercados e mercados, e para falar dos acidentes de trânsito; fala-se em fraqueza da sociedade civil para referir-se à ausência de entidades e organizações sociais que articulem demandas, reivindicações, críticas e

fiscalização dos poderes públicos; fala-se em debilidade das instituições políticas para referir-se à corrupção nos três poderes da república, à lentidão do poder judiciário, à falta de modernidade política; fala-se, por fim, em crise ética para referir-se ao crime imotivado (como o assassinato do índio pataxó), aos laços secretos entre a burguesia e os poderes públicos para obtenção de recursos públicos para fins privados [...], à ausência de decoro político, à impunidade no mau tratamento dado aos consumidores pela indústria e o comércio, e à impunidade no mau exercício da profissão (CHAUÍ, 2003, p. 49-50).

Para a autora são imagens que funcionam como mecanismos de unificação da violência em torno de sujeitos violentos – na sua maioria pobres - de circunscrição do tema ao campo da criminalidade e delinqüência e de acontecimento episódico, e por isso efêmero, que a própria referência isolada em torno da noção de “transição da modernidade” suscita, favorecendo o escamoteamento da concepção radical quanto ao lugar efetivo da produção da violência, qual seja a estrutura da sociedade.

Chauí (2003) explica-nos que o mito ancora ideologias, fabricadas para enfrentar, e negar, as mudanças históricas de forma a manter o Status Quo. Daí o interesse na conservação do mito da não-violência brasileira, que mantém seu fôlego através das formas de interpretação da violência.

As imagens no excerto da autora supracitado têm a função de manter a violência isolada, nucleada, em torno de um lugar específico e, na parte oponente, estariam as vítimas impotentes dela. Para Chauí (2003) o mito resiste brava e surpreendentemente porque recorre a cinco tipos de mecanismos: o primeiro se encarrega de reiterar nossa veia pacifista, explicando que a violência, então, só pode ser praticada por brasileiros inautênticos. *Exclui*, portanto, esses violentos mancha-pátria do genuíno corpo social brasileiro; o segundo mecanismo segue ao primeiro buscando *distinguir* a violência da não-violência como sendo aquela acidental, epidêmica e passageira e essa essencial e perene; o terceiro mecanismo é o da circunscrição da violência ao campo da criminalidade, tornando-a assunto *jurídico* e de polícia e o quarto mecanismo de apelo *sociológico*, explica a violência pelo processo de “transição para a modernidade” ainda em processo no país, com desníveis regionais e decorrentes processos migratórios que se ajustarão no tempo com vistas à reinstauração da “inata” paz social. Como último mecanismo a autora fala-nos do processo de *inversão* da realidade pelo mascaramento de

comportamentos violentos pela adoção de explicações que tangenciam o problema. Aí se inclui a forma que o machismo, o racismo, a homofobia são tratados. Dessa maneira, diz-nos Chauí:

As desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como uma fato esporádico de superfície (CHAUÍ, 2003, p. 52).

Marcada pelo autoritarismo do regime colonial escravista, os traços dessa origem repercutem na submissão do espaço público pelo espaço privado, na irrealização da cidadania e no irreconhecimento do outro como sujeito de direitos.

Igualmente pertinente ao nosso estudo é a peculiar reflexão de Costa (2000) que, na elaboração do texto *A ética democrática e seus Inimigos*, busca abordar a violência a partir da visão que as elites brasileiras têm de suas próprias subjetividades e de seus ideais ao nível do imaginário. Ressalta a importância dessa ênfase em face do poder das elites de formar mentalidades e consagrar normas e valores como socialmente desejáveis e recomendáveis. Assim, parte da consideração dos comportamentos privados para apreender o sentido dos fenômenos públicos trabalhando, para isso, com a idéia de alheamento em relação ao outro. O alheamento, diz Freire, consiste em “[...] desqualificar moralmente o outro significa não vê-lo como um agente autônomo e criador potencial de normas éticas ou como um parceiro na obediência a leis partilhadas e consentidas ou, por fim, como alguém que deve ser respeitado em sua integridade física e moral” (COSTA, 2000, p. 79).

No estado de alheamento o objeto da violência não conta como pessoa humana e pouco importa o que venha a sofrer, a anulação do outro corresponde à própria indiferença e ao mesmo tempo à banalização do mal.

Para o autor “a forma de vida das elites do Brasil vem progressivamente apoiando-se nesse modelo de subjetivação ou individualização” (COSTA, 2000, p. 80). Os mais pobres são vistos como resíduos sociais no interior de uma visão de mundo pautada na crença em um consenso imaginário que descarta qualquer preocupação com a necessidade de legitimação de seus valores, em meio ao fracasso histórico

das experiências socialistas e à reassunção massiva das idéias liberais que imprime autonomia e onipotência ao mercado, legitimando a noção de darwinismo social que exalta os vencedores e descarta os derrotados como elementos naturais e inevitáveis do processo de desenvolvimento da sociedade. Vivemos a era do “eu me garanto sozinho”², segundo as palavras da socióloga Glória Diógenes, ao caracterizar a especificidade da crise atual.

COSTA (2000) adverte sobre as repercussões desses fenômenos subjetivos nas formas de enfrentamento dos problemas humanos e sociais. Aponta que a cultura da competência individual leva à despolitização das explicações e ações, além de dar razão às soluções individuais consideradas como as únicas possíveis e disponíveis, mas principalmente ressalta que nenhuma dessas estratégias tem-se mostrado eficiente, na medida em que a frustração não dá mostras de recuo. Derrotismo, desencantamento, conformismo, impotência são os sentimentos mais candentes na realidade social.

Em meio à obsolescência da noção de Estado-nação e sob o globalismo que na verdade reflete a divisão funcional do mundo atual entre capitalistas centrais e capitalistas subservientes, as elites destes países apenas imaginam viver naqueles e o desinteresse por sua própria realidade leva-as à imersão em seus problemas privados, abstendo-se de qualquer envolvimento com os problemas coletivos. A busca desenfreada por felicidade que nunca é alcançada, vez que sua realimentação é provocada reiteradamente pelo mercado, resulta na frustração, enquanto um saldo permanente que deixa nos indivíduos a sensação de que são credores do mundo e não devedores de coisa alguma, alimentando o individualismo e solapando o exercício da solidariedade.

Quanto ao individualismo, essa força crescente no mundo contemporâneo que se torna crucial para a análise e compreensão da violência, não enquanto relação imediata mas pelas mediações daí decorrentes. É desta forma, por exemplo, que Castel (2005), ao tratar das profundas transformações no mundo do trabalho,

² Anotações feitas pela pesquisadora da palestra “Juventude e violência” proferida no interior de um ciclo de debates promovido pelo Fórum Pacto pela Paz. Rede Gazeta, Vitória, 2005.

geradoras da insegurização, descoletivização e desfiliação, ressalta o efeito político dessa angústia de viver desmunido, sem possibilidade de controlar o futuro, “ao Deus dará”, cuja marca maior é o ressentimento. Trata-se, segundo ele, de uma frustração coletiva que se esforça por encontrar culpados. Palco para a insurgência da violência irracional, isto é dirigida contra substitutos. “Onde todos são culpados ninguém o é” (ARENDRT, 1994, p. 48), lembra-nos a autora, e as verdadeiras raízes da violência permanecem encobertas.

Assim o individualismo moderno não corresponde à idéia de busca de existência como sujeito que requer, na contrapartida, a existência de uma solidariedade coletiva, de vontade de todos compartilharem uma existência comum, o que tem sido uma incapacidade crescentemente manifesta pela sociedade. O individualismo moderno é, pois, um individualismo negativo, redimensionador da violência contemporânea que

expressa a defasagem ou o fosso entre as demandas subjetivas de pessoas ou grupos, e a oferta política, econômica, institucional ou simbólica. Ela traz então a marca de uma subjetividade negada, arrebatada, esmagada, infeliz, frustrada, o que é expresso pelo ator que não pode existir enquanto tal [...] em lugar de expressar em vão aquilo que a pessoa ou o grupo aspiram afirmar, torna-se pura e simples negação da alteridade, ao mesmo tempo que da subjetividade daquele que a exerce (WIEVIOKA, 1997, p.37).

Frente a todo o exposto queremos, pois, retomar o que anunciamos atrás, isto é, nossa tentativa de entender a violência contemporânea, a partir do significado que os jovens de classe média autores de ato infracional imprimem a ela, na perspectiva da complementaridade de seu caráter objetivo com o subjetivo presentes na base de formação do fenômeno. De forma que será no cruzamento entre as dimensões estruturais, simbólicas e da subjetividade, simultaneamente globalizadas e localizadas, que buscaremos analisar as expressões de violência que superam a especificidade da criminalidade tipificada pelo código penal e ampliam-se em suas formas e conteúdos enquanto demonstrações de incivilidade, agressividade, de desprezo pelo outro, de gratuidade e de meio para a solução dos problemas imediatos. A violência seria, então, uma ação extremada que, uma vez desinvestida de instrumentalidade, perde qualquer caráter de utilidade, como por exemplo o da auto-defesa considerada por Arendt (1994) como a única forma racional de violência,

embora, em sua visão, seja ela sempre incapaz de reconstruir dialeticamente o poder.

1.1 OS DESCAMINHOS DA SOCIABILIDADE

Em seu trabalho de construção de um novo paradigma da violência, decorrente das transformações contemporâneas, já dissemos que Wieviorka (1997) considera central, como nível de análise, as "mutações sociais", pinçando daí como aspecto ainda mais essencial e apto a formar um nível próprio de análise, o individualismo moderno.

Vemos aí um esforço no sentido da identificação das principais tendências da sociedade contemporânea exigido pelas indagações em torno da violência.

A diversidade dos fenômenos sociais e históricos que complexificam o real, configuram o movimento de mudança social contemporâneo contextualizado pelo novo ciclo de globalização do capitalismo.

Segundo Ianni (2003) as transformações político-econômicas e socioculturais daí decorrentes não se explicam apenas pelo processo de globalização sob seu aspecto econômico, mas referem-se a um movimento mundial de revolução burguesa que "[...] modifica, reorienta e transfigura formas de sociabilidade e jogos de forças sociais, modos de ser e estilos de vida, realidades e imaginários [...]" (IANNI, 2003, p. 20) abalando bases sociais e individuais de referência.

É sob o globalismo que se introduzem mudanças no *âmbito econômico* através da ênfase ao conhecimento científico e tecnológico atribuída pela produção industrial e aos revolucionamentos na área da microeletrônica, da energia nuclear e as comunicações, sendo que atividades econômicas passam a ser conduzidas majoritariamente pelos conglomerados transnacionais sob o comando do capital financeiro internacional. No que se refere às relações de trabalho opera-se a transição da acumulação rígida para o da acumulação flexível, com a terceirização e a precarização do trabalho e a instalação do desemprego estrutural.

No *âmbito político* delinea-se o esvaziamento dos Estados nacionais e a assunção de formas transnacionais de poder político por meio de organizações multilaterais, assumindo os EUA a centralidade do controle político e militar internacional. No plano ideológico o neoliberalismo intitula-se o pensamento do fim da História, apoiado na derrocada do socialismo real (IANNI, 2003; TAVARES DOS SANTOS, 1999).

E o que falar das repercussões no interior das relações de sociabilidade e da esfera da cultura? Antes de nos voltarmos a esse aspecto central de nosso trabalho cabe esclarecer que a questão não é tratar, isoladamente, como que emolduradas em quadros separados, das transformações econômicas, políticas e socioculturais decorrentes do novo ciclo do capitalismo e sim enfatizar e partir do nexo que existe entre elas e a produção da violência. Se abstrairmos o entendimento da violência das condições econômicas, sociais e políticas em que se realizam as relações de sociabilidade incorreremos facilmente no exercício de uma análise acrítica e despolitizada da violência pensada no plano das condutas individuais e da mera deterioração de valores morais e éticos que, restaurados, corrigiriam sua presença “ameaçadora”, cuja causa é obscurecida ou reportada aos loucos e perversos, deixando “[...] na sombra o vínculo que prende necessariamente violência mundial e economia política mundial” (CHAUÍ, 2003, p. 45).

Desta forma, alerta-nos Chauí (2003), é necessário superar a noção de reforma dos costumes e de apelo ao “retorno à ética”, esta dispersa em vários grupos (política, familiar, profissional, entre outros) muito próprios do que denomina uma *forma contemporânea da alienação*, isto é, um reflexo da fragmentação e a dispersão da sociedade atual que lhe impede de imprimir a necessária e elucidativa unidade de sua própria dispersão. Uma unidade que se situa “[...] no nível das condições materiais da sociedade e da política e não no nível das condutas individuais” (CHUAÍ, 2003, p. 44).

Assim, se partimos do lugar geral de produção da violência, ou seja a estrutura da sociedade, torna-se exigência reconhecer que a forma atual de acumulação capitalista produz a dispersão e desfiliação dos grupos e classes sociais,

desmontando suas bases de referência. Subliminarmente serve-se, ainda, da operante ideologia neoliberal que transforma o caos em progresso e modernidade e o que deveria ser apreendido como vazio, desproteção, precariedade ou darwinismo social é apologeticamente pregado como realização do bem comum pelo estímulo à competitividade individual. Como saldo temos um individualismo agressivo.

Retemos de Ianni (2003) a reflexão que extrai do globalismo capitalista as implicações decorrentes da subjunção das economias nacionais à economia global e conseqüente esvaziamento do conceito de Estado-nação. Adverte o autor que o processo de subalternização do Estado às estruturas mundiais de poder desvincula o da sociedade civil, tornando-o descomprometido com seu próprio povo e afeto aos interesses das classes dominantes mundiais. Estas, por sua vez, como já tratamos antes à luz de Costa (2000), solidarizam-se com o imperialismo desdenhando dos assuntos relacionados à soberania nacional. Trata-se de um processo que não só repercute na soberania interna, mas que reverbera poderosamente no esvaziamento da vida política e social de indivíduos e coletividades.

Desmontado o projeto nacional, dissociada a sociedade do poder estatal,

a maior parte da sociedade, do povo, dos grupos e classes sociais, é levada a dar conta de si novamente, descobrir onde se encontra, como mover-se, quais as novas modalidades de relacionamento e não-relacionamento com o poder, o aparelho estatal, o governo, o regime. Esse, o contexto em que o tecido social modifica-se, distende-se, debilita-se e dissolve-se (IANNI, 2003, p. 31).

Contexto de acentuação do individualismo e de consolidação de uma *multidão de solitários*. Um assunto tratado por Arendt (2004) na perspectiva da constituição de um *fenômeno de massa*, nas circunstâncias da modernidade.

Sobre essa capacidade de transformar as relações sociais que a época burguesa atual possui, Dufour (2005), filósofo francês, aponta que em meio à exaltação da fluidez e à permanência da instabilidade, sobressai a pretensão do capitalismo neoliberal de fabricar um homem novo, curvado e subjugado ao jogo da circulação insaciável da mercadoria. Para o autor, trata-se de um processo de *redução das mentes* articulado pelo mercado "unicamente em benefício do valor monetário neutro

da mercadoria". Para tanto tudo que possa obstruir a sua expansão deve ser destruído, por isso todo valor ou regulamentação simbólica devem ser dissolvidos.

Em outros termos, sob o manto da proclamação da autonomia do indivíduo e da ampliação da tolerância e revolução dos costumes, busca-se a *des-simbolização* do mundo, a aniquilação de qualquer ordem moral ou transcendental em prol da troca comercial. Diz-nos Dufour

Toda figura transcendente que venha a fundar o valor será, a partir de agora, recusada. Só existem mercadorias que são trocadas por seu estrito valor de mercado. Hoje, pede-se aos homens que se livrem de todas as sobrecargas simbólicas que garantiam suas trocas. O valor simbólico é assim desmantelado em proveito do simples e neutro valor monetário da mercadoria, de modo que nenhuma outra coisa, nenhuma outra consideração (moral, tradicional, transcendente, transcendental...), possa constituir um obstáculo à sua livre circulação. Disso resulta uma des-simbolização do mundo. Os homens não devem mais de conciliar com os valores simbólicos transcendentais, eles devem, simplesmente, se submeter ao jogo da circulação infinita e ampliada da mercadoria (DUFOUR, 2003, p. 2).

Em seu instigante trabalho sobre "Alteridade, Processos Identitários e Violência Acadêmica", Souza (2007) lembra que o convite ao "relativismo total" numa completa ausência de interdição à conduta humana e plena permissividade proposto pela manifestação pós-moderna, provocaria, se adotado, resultados catastróficos, particularmente em contextos de fortes antagonismos e contrastes, "[...] criando um terreno oportuno para a manifestação da intolerância em relação às diferenças" (SOUZA, 2007, p. 9)

Retomando Dufour (2001) a emergência desse novo sujeito resulta de uma *fratura na modernidade* caracterizada pelo esgotamento dos grandes discursos de legitimação, em especial o religioso e o político, substituídos por uma nova ordem, desta vez fundada no indivíduo. O culto ao sujeito autônomo carrega, no entanto, uma contradição, pois as formas de destituição subjetiva que impregnam a sociedade contemporânea esvaziam a possibilidade de realização existencial e impõem obstáculos à constituição da pessoa-sujeito.

Trata-se de um processo de mudança que busca afirmar o mecanismo da individuação ressaltando suas vantagens em torno da construção da autonomia e da

emancipação, porém desdenhando os danos e sofrimentos que causa, em especial pela perda de referências, fenômeno que combale sobretudo as novas gerações e expõe os jovens a esse sistema fluido que na falta de um *enunciador coletivo* legitimado, impõem-lhes que se façam por si próprios.

Contudo, advertidamente, lembra Dufour (2001, p.2) que "o ser humano é uma substância que não recebe a própria existência de si, mas de um Outro". É do Outro - e dessa relação dialética de submissão e esforço de afastar-se dela, associando, "num mesmo movimento, uma construção e uma exclusão" (JODELET, 2002, p. 52) - que o sujeito, voltando a Dufour (2001), retira a *função simbólica* e o *ponto de apoio* que lhe concedem um fundamento. É através da exterioridade fornecida pelo Outro que o sujeito funda a sua interioridade e uma *ordem temporal*.

Em sua discussão sobre alteridade e relação, Guareschi (1998) aborda algumas concepções atuais acerca do ser humano, entre elas a que se refere ao ser humano como indivíduo. Segundo o autor essa é uma noção que se apresenta com significativa força em nossa sociedade não só porque imprime fundamento, como também porque apresenta respostas aos interesses neoliberais que requerem de cada um a responsabilidade por sua própria vida e a todos apenas o cuidado de "Deus". Assim, o sucesso e o fracasso de cada um respondem apenas à (in)competência pessoal, imergindo todos em um comportamento individualista, que vem tornando-se preponderante em nossa sociedade.

É para nós valiosa a discussão de Souza (2007) sobre a indissociabilidade entre identidade e alteridade, pois "A construção da identidade social só é possível através do processo de comparação e categorização social, que exigem a diferenciação nas relações de alteridade" (SOUZA, 2007, p.6).

Entendemos que o processo de constituição das identidades sociais é dinâmico e fluido e mediado por aspectos culturais, mas estritamente articulado à composição de forças sociais e políticas. É justamente a influência dessa composição que pode determinar a discriminação de determinadas categorias sociais "[...] em um processo que inverte o reconhecimento da alteridade: a negação da humanidade do outro" (SOUZA, 2007, p. 9).

A negação da alteridade, explica-nos Souza (2007), seja por vinculação étnica, de gênero, religiosa, sexual, geracional, bem como de classe, encontra-se profundamente associada à intolerância, campo fértil para a manifestação de variadas formas de violência e, o que é pior, muitas vezes legitimada socialmente.

Senão, o que falar da violência policial contra supostos culpados, amenizada socialmente e até denominada de “conduta educativa”; do processo de escravização de negros e a permanência atual do preconceito, ambos facilitados pela inculcação de características pejorativas tais como indolência, criminalidade e baixa capacidade intelectual.

Ao que nos parece, em tempos de exortação neoliberal ao individualismo, onde a livre competição é desejável, é desse mesmo processo que falamos: inferiorizados e vulnerabilizados diante das forças sociais os “perdedores” perdem seu *status* de sujeitos e o seu apartamento social é legitimado pois são responsabilizados individual e socialmente por seu fracasso.

Para contrapor a essa concepção Guareschi (1998) apresenta o conceito de pessoa, empregando-o indissociado ao conceito de relação. Essa simbiose é explicada a partir da idéia de que embora a pessoa seja particular e una, completa-se e existe na medida em que se relaciona com o outro. Contudo, o autor sublinha:

Dizer que o ser humano é relação é diferente de dizer que ele é um ser 'em' relação. Alguém pode se relacionar com os outros, mas permanecer um indivíduo, fechado em si mesmo. As condutas de dominação, exploração, mostram como os indivíduos, dentro de uma concepção essencialmente liberal, estabelecem 'relações', mas pensam e agem como alguém que não tem nada a ver com os outros (GUARESCHI, 1998, p.153).

Avançando em sua construção Guareschi (1998) aborda a estreita ligação entre alteridade, ética e justiça, já que esta última não se realiza fora de uma relação. É na relação com um outro que as ações se definem como corretas e respeitadoras ou não do direito alheio, portanto o atributo da justiça ou da injustiça é próprio das relações e não da pessoa. Daí o perigo da onipresença do ser humano-indivíduo, que desdenha e desconsidera o outro, que o menospreza e subordina. Ao

desconsiderar o outro como parte e essência de si próprio, o ser humano-indivíduo auto-intitula-se o *centro do mundo* e apto a decidir sobre o que é ou o que não é justo.

Uma vez sem o Outro, retomamos a Dufour (2001), não é apenas o sujeito, o ser a si próprio que fica comprometido, mas também o ser coletivo, pois a falta de uma referência comum a um mesmo Outro dificulta a construção do sentimento de pertencimento a uma comunidade que é de todos.

Extraímos de Vêras (2004) a discussão que ressalta o importante imbricamento entre a identidade e a produção simbólica do Outro no interior do espaço público, já que a formação do Eu requer a alteridade e esta acontece na esfera pública. É na comunidade que se dão as condições para a formação do Nós, este por sua vez parte constituinte de cada pessoa. Daí a conclusão da autora de que é a partir do público que as vidas privadas se desenham.

Contudo, se a cidade é o espaço da alteridade, que qualidade de sociabilidade estaria sendo construída nessas nossas cidades cada vez mais

[...] mediatizadas pela Mercadoria (da terra, dos meios de produção, capital imobiliário), e políticas urbanas não têm favorecido a conquista da cidadania para a maioria. Nesse sentido, a proximidade dos diferentes (quer pela desigualdade sócio-econômica, política ou étnica) faz surgirem reações xenófobas contra o *pobre*, contra o favelado, cortiçado, morador da periferia, trabalhadores não qualificados, desempregados, ambulantes, e também complementa-se o estranhamento pela diferença de cor, dos hábitos, da maneira de vestir, da linguagem, de origem rural ou urbana, etnia, nacionalidade e naturalidade. A aparência sintetiza e sinaliza o estranhamento (VÉRAS, 2004, p.167).

Atribuindo à cidade um sentido similar ao de Vêras (2004), Ianni (2003) retrata-a como o locus da *voragem urbana*, um modo de vida estreitamente associado ao novo ciclo de urbanização do mundo e de globalização do capitalismo que compreende "individuação e secularização, mobilidade social, individualismo, mercado e consumismo, comunicação e informação" (IANNI, 2003, p. 25) e que congrega a "maior parte das tensões e fragmentações, desigualdades e alienações, fermentando agressões e destruições, atingindo pessoas, coisas e idéias, sentimentos, atividades e ilusões" (IANNI, 2003, p. 25).

Assim, ao contrário de realizar as promessas emancipatórias, a cidade rompe com o símbolo civilizatório que representa e passa a ser palco, por excelência, da violência e do esvaziamento da alteridade.

Segundo Dufour (2001) não há, porém, na contemporaneidade nenhuma figura do Outro que seja efetivamente válida, pois na medida em que todos os Outros possíveis restaram decadentes, obsoletos e desprestigiados, o que atende aos interesses neoliberais, isto é, o mercado, não alcança incorporar, com legitimidade e consistência, esse papel de elemento fundante, dadas as flutuações e efemeridades identitárias que cobra e deseja.

Desta forma, o sujeito na época atual é definido por dois tipos de sentimentos antagônicos. De um lado revela-se a onipotência que sói invadir os “vencedores” e bem-sucedidos. De outro comparece o sentimento de impotência, aquele que invade os “fracassados”. Na ausência de referências mais amplas é o presente unicamente que importa e é nele que todas as apostas devem ser feitas, em detrimento da postura, e de todos os desdobramentos que implica, de projeção em relação ao futuro. Como nos diz Dufour (2001) "se tudo se joga no momento, então o projeto, a antecipação, o repensamento tornam-se operações muito problemáticas" (p.5).

Nesse contexto reflexivo extraímos as contribuições de Kehl (1991) que, ao discutir a época atual, encontra que sua principal característica é a atitude ressentida e defensiva frente às crises da modernidade e suas promessas não cumpridas de emancipação. Frente à instauração da desilusão e à perda da ingenuidade, substituída pela angústia "o que resta é promover uma vasta liquidação de esperanças" (KEHL, 1991, p. 38).

A autora remete-se ao pensador mexicano Octavio Paz para lembrar que o culto à revolução e o desejo utópico de transformação do homem - herança do cristianismo malgrado o ceticismo religioso do qual se revestia o projeto político revolucionário - restaram combalidos frente à dissolução das experiências socialistas.

Contudo esclarece-nos Kehl:

Percebendo o desejo romântico uma necessidade persistente de expansão da imaginação e transcendência da existência cotidiana das massas, o mercado, através de sua grande vedete, a indústria cultural, vende um romantismo de segunda mão restaurado e emendado pela enésima vez, concentrado na relação amorosa idealizada e na ascensão social individual - uma promessa moderna para todos e sempre possível para alguns (KEHL, 1991, p.41).

Imbuído dessa possibilidade de recuperação aparentemente inesgotável, o mercado logra ocupar oportunamente o lugar das promessas não cumpridas, de forma que o presente e mesmo o futuro restam ocupados por ele, deixando de específico nos anos atuais uma incapacidade de antecipação própria do simbolismo que permeia a utopia e aí a saída é investir plenamente e inseqüentemente no momento presente.

Se o que temos em questão é a prática de um darwinismo social e de uma luta permanente pela sobrevivência pessoal, onde cada um deve construir-se sozinho, igualmente o que se coloca é o necessário reconhecimento de que a competência e a autonomia exigidas não são características que todos portam igualmente, de forma que é ilusória a noção de liberdade alardeada pelo neoliberalismo. Como já nos disse Ianni (2003), vivemos num mundo repleto de solitários e, como tais, vítimas dóceis das promessas poderosas do mercado de satisfação de suas necessidades imediatas.

Essa transformação da condição do sujeito, que implica em seu despojamento subjetivo, insere-se na discussão apresentada também com muita propriedade por Costa (2000). Segundo o autor esse novo *modo de subjetivação* desdobra-se em uma tríade de conseqüências a interferir no modo de lidarmos com nossos problemas humanos e sociais.

Primeiramente denuncia a redução do sentimento de mal-estar cultural ao binômio competência versus incompetência ou êxito versus derrota pessoal, que despolitiza a discussão e obstaculiza a busca radical de explicações. Prossegue ressaltando a tendência a lançar mão de estratégias de salvação individuais e imediatistas, no aqui e agora, disponíveis no *mercado de felicidade* na forma de bens e serviços e, em

terceiro lugar, arremata conferindo que, a despeito de todos os investimentos, a satisfação é efêmera, a ansiedade é permanente e o saldo geral é de frustração.

De acordo com Costa (2000) a busca obsessiva pelo bem-estar individual não só alimenta o sentimento de alheamento em relação ao outro, uma vez que "quem vive permanentemente na infelicidade não pode olhar o outro como alguém com quem possa ou deva preocupar-se" (COSTA, 2000, p. 84), como também potencializa a *irresponsabilidade em relação a si*, pelos estragos em nível pessoal causados em face da busca incessante por satisfação e pelo esvaziamento da esfera pública.

A busca pela salvação individual alimenta o círculo vicioso do *comércio de felicidade* "orquestrado de tal modo que o sentimento de deficiência, a escassez ou privação pede sempre mais dinheiro e atenção para consigo, como meio de evitar a presença avassaladora das frustrações emocionais" (COSTA, 2000, p. 84). Intensificam-se, pois, as preocupações com a forma e a beleza físicas, com a prolongação da juventude.

Na esteira da discussão acerca dos sintomas da alienação e sofrimentos próprios da contemporaneidade, inscreve-se, pois, a noção de perenização da juventude, como ideal cultuado por todas as faixas etárias. Recorda-nos Kehl (2004) que o prestígio gozado pela juventude é não só a atual como recente e responde inicialmente às necessidades capitalistas de formação e qualificação profissional para atender à industrialização.

Vem daí o sentido da moratória social que reveste o conceito de juventude e do qual trataremos com maior detenção nas páginas seguintes deste trabalho. Enfatiza-se, porém, e sobretudo, o conceito de juventude no interior das transformações que o capitalismo vem promovendo no mundo do trabalho, com as desregulamentações decorrentes e a instauração do desemprego estrutural que reduzem as possibilidades de inserção do jovem adulto no mercado de trabalho, obrigando-o (ao menos nas classes sociais privilegiadas) a dilatar sua adolescência e a manter sua condição de dependente da família.

Contudo, na superfície as explicações são bem outras e a economia capitalista soube "[...] reorganizar o caos em torno da chamada lógica do mercado" (KEHL, 2004, p.92), transformando o limão numa oportuna e lucrativa limonada. De jovem independente da família e sem qualquer garantia de futuro, temos a sua reconfiguração em cidadão consumidor por excelência. Incluídos em uma fatia específica de mercado "ser jovem virou *slogan*, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico [...]" (KEHL, 2004, p.92).

Ao transformar o jovem num prodigioso filão mercadológico, promove-se o florescimento de uma cultura adolescente fortemente hedonista, transformada em modelo que extrapola e invade todas as categorizações etárias. Uma outra vertente aponta que a promoção do jovem a consumidor e usuário das liberdades da vida adulta não vem acompanhada das obrigações e ônus daí decorrentes. Apenas o "bônus" é recolhido, sendo-lhe retiradas as responsabilidades inerentes à condição adulta.

Esclarece-nos Kehl (2004), perfazendo uma reflexão particularmente apropriada ao escopo deste trabalho, que embora a discussão apresentada nos três parágrafos anteriores parecem limitar seu foco aos adolescentes das classes privilegiadas que podem lançar-se ao consumo e desfrute suportados pelos bolsos polpudos de seus pais, seria de fato isso - enfatizamos - pois dessa nova condição encontra-se apartada a maioria dos jovens das classes populares que além de impossibilitados de consumirem os produtos maciçamente oferecidos a eles, não alcançam desfrutar da moratória social pela premência da sobrevivência, garantida através da inserção prematura em postos de trabalho formal ou informal.

Todavia, não é apenas isso e, desta forma, a reflexão da autora não é limitada, pois se tratamos de fragmentações também devemos lembrar das identificações e processos homogeneizadores, bem ao gosto do capitalismo globalizado e cumprido com eficiência por sua indústria cultural. Portanto, "a *imagem* do adolescente consumidor, defendida pela publicidade e pela televisão, oferece-se à identificação de todas as classes sociais. Assim, a cultura da sensualidade adolescente, da busca de prazeres e novas 'sensações', do desfrute do corpo, da liberdade, inclui todos os adolescentes" (KEHL, 2004, p. 93). E os efeitos do engendramento da *cultura jovem*

são ainda mais entranháveis, pois não só atinge classes sociais dicotômicas como também contagia as diferentes categorias etárias. O ideal da juventude perene convoca a todos. Sobre isso também fala-nos Chauí

A sociedade da mídia e do consumo de bens efêmeros, perecíveis e descartáveis engendra uma subjetividade de tipo novo, o sujeito narcisista que cultua sua própria imagem como única realidade que lhe é acessível e que, exatamente por ser narcísica, exige aquilo que a mídia e o consumo lhe prometem sem cessar, isto é, satisfação imediata dos desejos, a promessa ilimitada de juventude, saúde, beleza, sucesso e felicidade que lhe virão por meio dos fetichizados, promessas que, no entanto, não podem se cumprir, geram frustração e niilismo (CHAUÍ, 2003, p. 43)

O esvaziamento de referências para o jovem também opera na construção de um mundo onde as regras são construídas e reconstruídas ao sabor das conveniências momentâneas, da ditadura do consumo e da preponderância da satisfação individual. Nesse sentido se não há limite ao prazer individual, não há tampouco lugar para o Outro. A alteridade se dissolve.

Contudo, como nos apresenta Spagnol (2003) em seu estudo sobre “Jovens Delinqüentes Paulistanos”, tanto na periferia, como na zona central, isto é, tanto no interior dos setores sociais populares quanto nos mais abastados, a individualidade é cerceada pelo real e a realização dos anseios pessoais obstaculiza-se diante da carência à volta. E aí, “Uma das alternativas é correr riscos, buscar ideais a todo custo. Se ele consegue algo que traga benefício, na esfera legal da jurisdição, sentir-se-á integrado; caso contrário, a resposta à negação será a violência” (SPAGNOL, 2003, p. 291).

A violência apresenta-se, então, como uma busca imperiosa de reversão dos sinais visíveis de desvantagem que o jogo da inserção social apresenta. Entre a resignação e a reivindicação a violência representaria uma terceira via tangencial.

Nesse sentido, juntam-se mais elementos para entendermos não só porque a violência é praticada significativamente por jovens, vitimando-os igualmente, mas também para a entendermos como sintoma do conjunto da sociedade. Uma sociedade profundamente influenciada e produzida pela indústria cultural, *pop star* do mercado globalizado e garantidora de altos lucros à aplicação do capital.

Simultaneamente, "[...] sob muitos aspectos, uma parte da produção cinematográfica, televisiva e romanesca contribui muitíssimo para que leitores, espectadores e audiências construam e aperfeiçoem a sua visão da realidade e do imaginário de si próprios e dos outros [...]" (IANNI, 2003, p. 32).

Ocorre que essa cultura de massa aposta sobretudo em produções que enfatizam a catástrofe, o terror, a violência, consideradas receitas inequívocas de sedução do freguês. Mobilizada em atrair e envolver cada vez mais o seu público, ela se esmera em sofisticar suas produções e em intensificar o apelo catastrófico sem constrangimento e, ainda, justificando-se por sua capacidade de promover um serviço à coletividade ao desnudar-lhe a violência e permitir-lhe a sua exorcização. Pois isso não é outra coisa senão a cultura da violência que alimenta cotidianamente o imaginário social.

Sob o pretexto de promover o entretenimento, o inconcebível vai paulatinamente sendo naturalizado e aceito sem maiores indignações. Ao confrontar o grande público com o terror insuportável e aliviá-lo com finais felizes, promove-se um efeito alienante em relação à realidade em curso e à que está por vir.

O perigo não reside na intenção de desvelamento da realidade, de denúncia da miséria e das mazelas sociais e sim na espetacularização do mal. E considerando que "há um efeito identificatório que é próprio da lógica do espetáculo" (KEHL, 2004, p. 103) não é de surpreender que o autor da violência produzida, imbuído de um poder que a visibilidade e a imagem lhe atribuem, passe a produzir identificações e simpatias, frente à ausência de um sistema de referências alternativo aos valores do consumo; à desconfiança nas instituições - na Justiça e na polícia -; ao alheamento em relação ao Outro; à crença de que a política e a utopia se obsoletizaram. Por outro lado, esclarece-nos Chauí "[...] a imagem do mal e a imagem da vítima são dotadas de poder midiático: são poderosas imagens de espetáculo para nossa indignação e compaixão, acalmando nossa consciência culpada. Precisamos das imagens da violência para nos considerarmos sujeitos éticos" (CHAUÍ, 2003, p. 46).

Contudo, se a discussão que trazemos revela a presença excessiva da estrutura e, ainda, reconhece a capacidade, aparentemente inesgotável, de reestruturação e

estabilização do capital, é preciso injetar fôlego à utopia. Ou, ao menos, sob pena de perdermos o senso crítico do real, impor-nos o esforço da análise dialética, ainda que, como reconhece Pais (1993) “sem obviamente rejeitar o fato de as vidas humanas se confrontarem com ‘condicionamentos sociais’ e ‘campos de possibilidades’ bem rígidos ou constrangedores, em grande parte dos casos” (PAIS, 1993, p. 51).

Nesse sentido precisamos superar qualquer enfoque que escorregue no determinismo e incorporarmos, em seu lugar, uma relação dinâmica entre a estrutura e a dimensão subjetivo-cultural (ABAD, 2003; ABAD, 2006), que não só rompe com o engessamento que a perspectiva estruturalista produz na ação humana como reconhece a possibilidade de constituição do sujeito e ator social.

Assim, consideramos que no centro desse debate devem comparecer a relação fundamental da juventude com a mudança social (o que não quer dizer transformação revolucionária pois pode significar tanto a adesão a um projeto político conservador como progressista) e as mutações societárias contemporâneas, que parecem produzir uma nova condição juvenil, de cunho interclassista, definida pela moratória social.

Abad (2003) retoma o conceito de moratória social, amplamente utilizado na caracterização sociológica da juventude, lembrando que sua associação apenas aos setores juvenis favorecidos economicamente resulta reduzida e simplificada. Isso porque é preciso reconhecer que

muitos jovens das classes populares gozam de abundante tempo livre, **embora** se trate de um tempo de espera, vazio, em virtude da falta de trabalho, de estudo e de alternativas de um ócio criativo e vitalmente enriquecedor (ABAD, 2003, p. 26, grifo nosso).

Por outro lado, ainda, encontram-se também os jovens de classe média que a despeito de terem a possibilidade de viverem a moratória na perspectiva de um adiamento de suas responsabilidades adultas e da busca de formação profissional que lhes proporcione uma colocação profissional futura, a incerteza dessa inserção e

a presença cada vez mais ameaçadora de um futuro sem as velhas garantias, transformam-na em espera sofrida.

Tanto para uns como para outros a moratória juvenil revela-se tensional, compartilhada por ambos os jovens, em termos geracionais, dessa mesma condição de *desinstitucionalização da juventude* (ABAD, 2006), que se revela pela perda da eficácia das instituições que amparavam e regulavam a transição do jovem ao mundo adulto.

Aqui comparecem, sem querer reduzir fenômeno tão complexo, a crise da família tradicional com a imposição da flexibilização de papéis, limites e autoridade anteriormente muito mais claros e pouco questionados; o fim da garantia da mobilidade e da ascensão social, pela via da qualificação; o movimento de globalização que dissolve a noção de Estado-nação, desorganizando valores tradicionais e antigas identidades, coadjuvado, por sua vez, por uma ágil indústria cultural que atua na conformação de:

[...] uma verdadeira cultura juvenil, de características quase universais, heterogênea e inconstante, que discorre em paralelo, em substituição ou contradição com a transmissão cultural proporcionada pelas instituições da transição, ou seja, a família, a escola e o emprego assalariado (ABAD, 2003, p. 24).

Construída, portanto, sobre essa crise institucional que provoca o esvaziamento simbólico ordenador da sociedade, a nova condição juvenil precisa também ser recuperada como uma possibilidade de renovação e enriquecimento social e cultural da sociedade, capitaneados pela juventude em face de seu potencial transformador “em áreas tão díspares como a participação social e política, a expressão artística, as concepções sobre o ócio e o uso do tempo livre, os consumos e as produções de objetos culturais, e as relações sociais e afetivas, entre outros” (ABAD, 2003, p.25).

Como nos aponta Peralva (1997), “enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir” (PERALVA, 1997, p. 23). Vivendo, pois, sob o imperativo da autonomia individual, sob a ênfase da experimentação dinâmica e múltipla de novas experiências, da

prematuridade física e mental, favorecida pela antecipação da emancipação emocional e afetiva que a iniciação sexual precoce favorece, os jovens contemporâneos vivem distintamente a juventude em comparação com as gerações que lhe precederam.

Diferentemente das gerações anteriores, os jovens atuais não precisam mais ansiar com impaciência pela condição adulta para acessar a autonomia e a independência - ainda que não seja a econômica - interditas sofrivelmente aos jovens de gerações passadas. Ao contrário, talvez agora o melhor seria tratar de evitar ou prorrogar a condição adulta, que traz a tiracolo obrigações e requisitos indesejáveis e quando o trabalho assalariado, a trajetória profissional deixam de ser garantias, interferindo na própria sociabilidade e na definição da identidade do indivíduo podem, quem sabe, vir a representar conteúdos enriquecedores para novas experiências socializantes.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEGORIA JUVENTUDE

A despeito da aparente obviedade auto-explicativa que parece concentrar o termo juventude, o amplo exercício acadêmico coletado mostra uma disputa em torno dos significados que a cercam e a dificuldade de uma generalização conceitual a seu respeito.

Contudo, ensinam-nos Levi e Schmitt (1996), buscar tal generalização constitui uma tarefa que resulta substancialmente inócua quando se parte do reconhecimento de que a juventude é uma construção social. Nesse sentido seus limites são flexíveis e, desde logo, não há parâmetros óbvios para classificar uma fase da vida, quando a maior influência que recebe é de ordem histórico-cultural. Assim, restam insuficientes as delimitações etárias, jurídicas e mesmo fisiológicas, muito próprias da adolescência que, embora seja um processo biológico universal, de onde se conclui que adolescentes e jovens sempre existiram, a própria “[...] adolescência só começou a ser vulgarmente encarada como fase de vida quando, na segunda metade do século XIX os problemas e tensões a ela associados a tornaram objeto de ‘consciência social’” (PAIS, 1993, p.31).

Ao contrário, portanto, de nos lançarmos à tentativa de encontrar uma única definição válida, Levi e Schmitt (1996) sugerem que nos especializemos em apreender

[...] o caráter marginal ou limítrofe da juventude, o fato de ser algo irredutível a uma definição estática e concreta. De resto, é precisamente sua natureza fugidia que carrega de significados simbólicos, de promessas e de ameaças, de potencialidade e de fragilidade essa construção cultural, a qual, em todas as sociedades, é objeto de uma atenção ambígua, ao mesmo tempo cautelosa e plena de expectativas (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 8).

A noção de juventude que se impôs como padrão na sociedade moderna ocidental, pela legitimação do discurso científico - Biologia; Psicologia e Sociologia - encerra-se em um modelo evolutivo da vida humana que distingue a infância da adolescência, onde se insere a juventude como preparação à vida adulta a caminho da velhice. Particularmente à luz da sociologia funcionalista (GROPPO, 2000) a juventude é tomada como uma etapa de socialização secundária, a cargo das instituições de

ensino, implicando o direito à desobrigação do trabalho e exigências provenientes do matrimônio, para dedicação plena aos estudos e à formação tão caros e oportunos às complexidades das tarefas produtivas que o desenvolvimento industrial acarretou.

A fim de suprir a fase intermediária entre um considerável amadurecimento biológico e insuficiente amadurecimento social, a socialização secundária acabou por imprimir à noção moderna de juventude o significado de uma moratória, compreendida como uma tolerância legitimada socialmente (ABRAMO, 2005) para a plena capacitação e autonomização em direção à condição de adulto.

Ora, a apresentação da juventude como mera categoria etária que possui características uniformes desconsidera a realidade de que a condição histórico-cultural de juventude não é ofertada igualmente para todos os que integram a categoria jovem (MARGULIS; URRESTI, 2000). Nem o ócio dos jovens provenientes dos setores populares, considerado perigoso e pouco edificante pelo senso comum; nem seu tempo livre enquanto ausência forçada e sofrida de trabalho conduzem à clássica e legitimada idéia de moratória social. A idéia de juventude, então aí presente, cumpre-se apenas àqueles setores que podem oferecer esse interregno aos seus jovens membros.

A superação dessa compreensão ganhou corpo no interior de uma vertente sociológica, a partir dos anos 1960 (SOUZA, 1999), que apontava a restrição da concepção de juventude enquanto uma construção cultural desconectada de outras condições, propondo, em seu lugar, o sentido de uma construção sócio-cultural, atrelada às condições materiais e históricas que condicionam o seu significado.

A contundente entrevista concedida por Bourdieu em 1978, intitulada “A juventude é apenas uma palavra”, na qual proclama que “só com um abuso tremendo da linguagem pode-se abrigar sob o mesmo conceito universos sociais que não têm quase nada em comum” (1990, p. 120, tradução nossa), é emblemática dessa nova tendência da Sociologia crítica que busca recuperar a polissemia da categoria juventude e evitar a naturalização espontânea que permeia o senso comum em torno de sua noção.

Para Quapper (2001) a manipulação à qual refere-se Bourdieu (1990) deu-se em especial pela má-utilização dos padrões etários. Porque a partir daí buscou-se construir uma realidade dada à qual passaram a corresponder condutas e responsabilidades próprias daquela idade ignorando-se as particularidades de cada grupo social que aí pudesse se inserir. A omissão das condições sociais que mediam a definição etária explicaria, pois, a tese bourdieana.

No interior desse debate, Castro (2006) aponta que a busca de uma definição-conceito de juventude, ou seja, a ênfase na noção essencialista não logrou ser superada. Resultaria desta vertente a definição “substantivada” de juventude, pelo seu tratamento como coisa palpável. Ou ainda a sua versão “adjetivada” que se refere à juventude a partir de adjetivos, tais como “revolucionária”, “impulsiva”, “violenta”. Construções que refletem a intenção universalizante da concepção de juventude.

Quapper (2001) dedica-se a desvelar a racionalidade que subjaz a tais versões, conduzida pelo que denomina “matriz adultocêntrica”, isto é, uma forma de tornar o adulto parâmetro ideal para o mundo juvenil, aquilo que o jovem deve perseguir como exemplo. Nesse contexto reflexivo, destaca quatro tipos de armadilhas geradas por essa forma de concepção do social.

A primeira armadilha refere-se à tendência em indicar condutas como sendo tipicamente juvenis e considerá-las modelo comportamental a ser reproduzido por todo jovem. Uma segunda armadilha que obstaculiza a compreensão da vida juvenil diz respeito à entranhada associação entre juventude e os conflitos sociais. Vítima dessa “permanente estigmatização” que confere à juventude uma noção patologizada, de conturbação e crise que para o bem de todos será amainada pelo amadurecimento, a juventude é subestimada em suas capacidades contributivas, enfatizando-se, ao contrário, seu potencial agitador da desejada ordem social. Deriva daí a prontidão à desconfiança e, se for necessária, à repressão que as sociedades costumam manter em relação aos seus jovens. O terceiro perigo que o autor anuncia consiste na divisão do ciclo vital em etapas - infância, juventude, velhice - desvalorizando a possibilidade de convivência e aprendizagem mútuas entre as posições e reforçadora da idéia de preparação gradativa daqueles que

assumirão a engrenagem do “sistema” social. A quarta e última armadilha está relacionada à aceção vanguardista atribuída à juventude. Depositários das esperanças de transformação social, os jovens seriam os novos messias da humanidade.

Em outros estudos, conforme nos esclarece Margulis e Urresti (2000) mantém-se o enfoque culturalista que de tanto ressaltar o aspecto significativo da juventude termina por desmaterializar o conceito, desistorizando-o e conseqüentemente, empobrecendo-o. Colabora, ainda, com o debate a crítica desse sociólogo argentino aos estudos apoiados em um marco rotulatório que opera no sentido de identificar os jovens em geral segundo um modelo pré-estabelecido, atentado por Braslavsky (1986 apud MARGULIS; URRESTI, 2000) e que envolve os mitos comuns sobre a juventude, ou seja: “a manifestação dourada” que através da qual todos os jovens são identificados como privilegiados, despreocupados e voltados apenas para os seus próprios interesses; “a interpretação da juventude cinza”, através da qual os jovens aparecem como condensadores de todos os males da sociedade, aí presentes os pobres, os apáticos, os “delinqüentes” e, por fim, a “juventude branca”, ou os transformadores da realidade, os redentores da humanidade.

Os autores arrematam a sessão mitológica apontando que outra forma de tentar tornar únicas situações muito distintas é pela via do mito da igualdade de oportunidades que unificaria a condição de acesso de todo jovem em direção ao bem comum, a depender de seu esforço e a aspiração pessoal.

O fato é que a noção de juventude permanece crivada de ambigüidades e imprecisões. Ao lado de construções, ancoradas no critério etário, reificadoras do enfoque biopsicológico, encontram-se também tentativas relativistas, ancoradas no critério sociocultural, que não tardam em deparar-se com as dificuldades em torno da definição de juventude, tropeçando em seu aspecto escorregadio e repondo, mesmo tendo negado, o enfoque etário como balizador da noção de juventude.

Embora a relativização seja necessária, diríamos fundamental, o desafio que se impõe é também o de evitar a “utilização de noções que acabam por abrigar processos diversos e, ao se tornarem demasiado elásticas ou amplas, perdem seu

poder explicativo” (SPOSITO, 2000, p. 92). O caminho encontrado no interior do debate produzido a partir dos anos 1980 e 1990, conforme nos informa Castro (2006), de substituição do termo juventude pelo inovador juventudes, em face da diferença cultural, étnica e de gênero e sobretudo das “bases sócio-econômicas desiguais que incidem sobre as possibilidades de acesso, experimentação, consumo e criação dos mundos da cultura, do lazer e do tempo livre” (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005, p. 176) dos jovens, presta sua contribuição no sentido da desconstrução da perspectiva homogeneizante em torno da tradicional idéia de juventude.

Por outro lado, não podemos creditar ao termo juventudes, em desqualificação de juventude, apenas uma maior adequação à diversidade do universo juvenil e ponto. Como se a partir dessa constatação devessem suceder as reflexões a respeito do tema. Ora, a insurgência da noção de juventudes deveu-se não só ao reconhecimento das diferenças estruturais de classe no interior da homogênea idéia de juventude, mas principalmente à “multiplicidade quase que incontrolável de juventudes” (GROPPO, 2000, p.18) geradas pelo mundo moderno. Reconhecer que a criação das múltiplas juventudes, e o decorrente conceito juventudes, é um dos fundamentos da modernidade é também condição para não torná-lo igualmente generalista e pouco explicativo de uma realidade contraditória e cambiante.

É também sob esse mesmo contexto sociocultural, de culto onipotente ao mercado e de busca infundável de incremento ao consumo, que a juventude deixa de ser reconhecida como um segmento homogêneo e a idéia de juventudes distintas é cultivada. Como nos lembra Carlini-Marlatt (2005, p. 305) “há marca de bebidas [e de tantos outros itens de consumo] associadas ao jovem trabalhador, ao jovem universitário de elite, ao público feminino, ao jovem irreverente inconformista, ao jovem sexualmente agressivo, ao jovem sexualmente confuso”, multiplicidades que acabam por impulsionar a lógica do capitalismo moderno.

Por fim, o reconhecimento das múltiplas características e diferenças que cercam o universo juvenil pode ser colocada a serviço de um tratamento desigual aos distintos jovens, não sob a aplicação da equidade, isto é, o justo tratamento diferenciado em consideração às necessidades desiguais, mas sob a ótica da oferta discriminatória

de serviços de melhor qualidade aos jovens privilegiados ou, pior ainda, serviços de duvidosa qualidade aos jovens dos setores populares, como por exemplo, os cursos profissionalizantes de baixo prestígio social ofertados pelos programas governamentais, que dificultam a concretização do ideal de direitos universais e esvaziam o conceito marshaliano de cidadania enquanto “status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade” (MARSHALL, 1967 , p. 76).

Entendemos que a importância do reconhecimento da diversidade juvenil deve colocar-se sobretudo pelo tratamento político da discussão, posto que observada a partir das relações sociais, no contexto histórico e das relações de poder e que, além disso, as variadas situações juvenis devem ser valorizadas pelas multifacetadas contribuições que os jovens nelas imersos podem prestar enquanto sujeitos ativos, no enfrentamento de suas questões e pleitos colocados no âmbito de políticas públicas, evitando o risco de se transformarem em meras características externas.

A despeito da irreduzível multidimensionalidade da condição juvenil, somos tributários da construção formulada por Abramo (2005, p. 44) ao reconhecer que “a juventude, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiados sobre situações e significações diferentes”. Com muita propriedade Margulis e Urresti (2000) denominam de facticidade a base material que constitui a juventude em maneira particular de se colocar no mundo, de experimentar distâncias e tempos e que não deixa de estar vinculada à idade, não apenas pelos fenômenos de ordem biológica que alude, mas em referência aos fenômenos culturais a ela articulados que permitem a recuperação do tema geracional ou coorte, renomeação contemporânea desse conceito sociológico.

A geração diz respeito à época de socialização e não se coloca como uma vivência social comum a partir de um fenômeno natural, mas como criações socioculturais dentro de estruturas econômicas e de poder comuns (GROPPO, 2000). Uma potencialidade, portanto, inscrita diferenciadamente em cada momento histórico particular, que cria uma identidade de reações, um repertório comum de experiências sociais que não só se diferenciam de outras, mas que também, através da coexistência no interior de um mesmo grupo social, como a família, ressaltam

desencontros e conflitos de comunicação que estão muito relacionados com o não-compartilhamento de códigos comuns. A configuração desses códigos ocorre “em função do momento histórico em que nasceram, [e por isso] estão fadadas a passar a vida juntas, atravessando as mesmas vicissitudes políticas econômicas” (SINGER, 2005, p. 27) e não em torno da idéia de que estejam aptos a gerar uma unidade geracional portadora de atributos generalizantes de enfoque conservador e alienado ou rebelde e revolucionário.

A geração, acrescentam-nos Margulis e Urresti (2000), supera a mera coincidência na época do nascimento e, se não configura uma autêntica “irmandade frente aos estímulos de uma época, uma diacronia compartilhada, uma simultaneidade no processo que implica uma cadeia de acontecimentos aos quais pode referir-se em primeira pessoa, como ator direto, como testemunha ou ao menos como contemporâneo” (MARGULIS; URRESTI, p. 26, tradução nossa) condicionando identificações, inobstante os determinantes de classe.

Assim, o entendimento da experiência de ser jovem, que não depende apenas do recorte etário, nem exclusivamente da situação de classe, mas também do aspecto geracional, pode ser enriquecido por outros níveis que caracterizam a condição juvenil. O sentimento de distância da morte, da velhice e da doença não possuem explicação apenas objetiva, vez que de fato os jovens apresentam menor probabilidade de adoecer e morrer em decorrência de doenças; mas também relacional, posto que se reforça na medida da convivência com demais membros familiares em processo de envelhecimento, de forma a recalcar o sentimento circunstancial de invulnerabilidade.

A partir dessas constatações Margulis e Urresti (2000) convidam à tarefa de recuperação de um aspecto central para a compreensão da condição juvenil, que ele próprio denomina de moratória vital, conceito complementar ao de moratória social. Como nos adverte o autor a face objetiva da juventude, associada ao aspecto energético do corpo e à sua cronologia deve estar integrada ao enfoque sócio-cultural aceitando-se a separação dos dois níveis apenas para efeito de crítica a alguns modelos discursivos que ao centrarem sua análise nos elementos característicos da moratória social, derivam daí a conclusão de que só os setores

médios e altos são possuidores da condição juvenil e que, portanto, os setores populares, dada sua dificuldade de vivenciarem esse interregno, estariam excluídos da possibilidade de serem jovens. Nesse sentido a base fática relacionada à moratória vital, comum a todas as classes sociais, se esvaece e acaba sendo esquecida.

A moratória vital de que trata o citado autor refere-se a um momento na vida em que se acredita possuir um crédito de tempo, um excedente à disposição, que deixa de ser tão expressivo à medida que se amadurece, reduzindo-se inexoravelmente a despeito de qualquer esforço para evitá-lo.

Ocorre que a dimensão fática da juventude, sua “singular situação existencial”, perde linearidade à medida em que se articula com a dimensão sócio-cultural. Esse último aspecto imprimirá diferença quanto à durabilidade, intensidade e qualidade na vivência da função material da juventude.

Entretanto, suporte concreto e expressão social concorrem na elaboração conceitual de juventude, de forma que “cronologia sem cultura é cega - bruta materialidade, estatística - , cultura sem cronologia é vazia, simbolismo autóctone, culturalismo” (MARGULIS; URRESTI, 2000, p. 22, tradução nossa).

A apropriação desse critério permite, segundo nos informam os autores, a distinção de *jovens* de *não-jovens* pelo crivo da moratória vital e os social e culturalmente *juvenis* dos *não-juvenis* por intermédio da moratória social. De outro modo, vislumbra-se a existência de *jovens não-juvenis* que, em razão da impossibilidade de vivenciarem a moratória social, perdem aspectos caracterizadores da juventude, assim como *não-jovens juvenis* que, dada sua condição social privilegiada e em situação de decrescente moratória vital, permanecem capazes de incorporar os signos da juventude. Aliás, um processo que se intensifica no interior das classes favorecidas, pela via do culto ao prolongamento da juventude que tende à suplantação da juventude pela juvenilização, deixando aquela “[...] de ser uma vivência transitória para ser um estilo de vida identificado ao bem viver consumista” (GROPPO, 2000, p. 284).

Pais (1993) nos discorre com envolvente propriedade sobre as teorias da Sociologia da juventude, abrigo-as em duas principais correntes: a corrente geracional e a corrente classista.

A corrente geracional parte do reconhecimento de que a juventude refere-se a uma fase da vida, com características homogeneizantes experimentadas de forma similar pelos indivíduos de uma mesma geração que compartilham, por essa circunstância, valores e problemas semelhantes. Sob essa vertente teórica a temática da juventude é analisada “[.] em função dos sinais de continuidade e descontinuidade intergeracionais” (PAIS, 1993, p. 40) no interior da reprodução social.

A corrente classista, por sua vez, desconhece qualquer processo de reprodução social que não seja sob o ponto de vista das classes sociais.

Por essa razão, os trabalhos desenvolvidos na linha desta corrente são, em geral, críticos em relação ao conceito mais vulgar de juventude - isto é, quando aparece associada a uma ‘fase de vida’ - e acabam mesmo por serem críticos em relação a qualquer conceito de juventude, já que, mesmo entendida como categoria, acabaria por ser dominada por ‘relações de classe’ (PAIS, 1993, p. 44).

É fato que no decorrer de vários acúmulos teóricos que vêm enriquecendo os estudos sobre a juventude estreita-se a confirmação já identificada por Pais (1993) da inadequação de apreendermos a riqueza semântica dessa categoria à luz de apenas uma ou outra corrente teórica. Combalem a corrente geracional a constatação do quão manipulável resulta a categorização etária para caracterizarmos a condição juvenil, além da impropriedade de julgar homogênea uma categoria que se destaca por sua heterogeneidade quer seja étnica, de gênero e sobretudo de classe (e até mesmo intraclasse como defende Pais).

De igual forma o antagonismo entre as classes deixa de ser de todo suficiente para explicar a condição juvenil atual que, em meio às transformações históricas socioeconômicas, vem experimentando repercussões muito similares em sua existência a despeito da classe social em que os jovens encontram-se inseridos. A crise estrutural do emprego e a turvidez do horizonte, onde antigas garantias se esvanecem atinge indistintamente as classes sociais, ainda que o rol de estratégias

que cada uma disponha para enfrentar e contornar os problemas sejam potencial e eficazmente bem diferentes.

Desta forma, ao invés de aderirmos a uma ou outra corrente teórica, para desqualificação da opositora, lançamo-nos a uma tarefa que consideramos ainda mais desafiadora que se refere à capacidade de confrontarmos nosso objeto de análise com os aspectos que permanecem válidos no interior de ambas as vertentes. Ao estudarmos jovens de classe média queremos explorar as similaridades que acreditamos existirem entre os jovens na sua relação com a violência atual e, sobretudo, à luz do contexto histórico que vivemos. Mas, não podemos eludir sua condição de classe e os significados próprios desse pertencimento.

Desta forma para a construção e análise do objeto de nosso estudo a categoria social juventude mostra-se central, vez que pretendemos entendê-la não como uma categoria por si mesma, mas que é produzida como categoria analítica na relação com o processo sociohistórico que a modernidade implica. E como, a partir do reconhecimento de suas transformações políticas, econômicas e ideoculturais, a juventude transforma-se em recurso revelador das características e metamorfoses presentes na contemporaneidade, já que um dos elementos que desejamos enfatizar é a dimensão histórica da constituição da subjetividade do jovem contemporâneo em conexão com as novas formas de sociabilidade juvenil que despontam, particularmente as expressões de violência.

Embora aparentemente reiterativo, é forçoso lembrar que nossa compreensão de subjetividade juvenil comporta os atributos fáticos da moratória vital (MARGULIS; URRESTI, 2000), mas só se completa na medida em que é contextualizado historicamente. Trata-se, portanto, de uma noção objetiva da subjetividade que rompe com a idéia abstrata de interioridade e passa a ser problematizada na perspectiva dialética (MANFROI, 2004) de uma produção social, determinada objetivamente e, ao mesmo tempo, agindo e interferindo na configuração do mundo objetivo.

Desta forma, partilhamos da idéia de que a subjetividade juvenil e as expressões concretas da juventude atual podem ser tomadas como base de compreensão da realidade social.

Para fundamentarmos essa abordagem lançamo-nos à idéia de que os jovens espelham as relações sócio-culturais, condensando seus significados (FORACCHI, 1978), sem que isso conduza, no entanto, ao desenho de um comportamento homogêneo, quer seja conservador ou transformador. Souza (1999) nos traduz com propriedade essa reflexão ao sugerir que o jovem deva ser compreendido

como um elo necessário do presente com o passado, por que transita de um tempo para outro e por que assimila um conteúdo atribuído pelo tempo e lugar que na história pode ou não permanecer como transformador. Seu conceito deve ser formulado dentro de uma concepção de que o tempo incorpora e atribui propriedades os jovens que são, ora mais, ora menos, elementos mediadores de um processo civilizatório contraditório e conflitivo (SOUZA, 1999, p. 25).

Assim, é pela via dessa transitoriedade da vida juvenil que os jovens capturam e manifestam mais intensamente as mudanças culturais. Os adultos, por sua vez, aclaram-nos Margulis e Urresti (2000), enfrentam as transformações do mundo como se essas consistissem em mais uma etapa, pautada no passado que viveram e no futuro que, embora desconheçam, terminará por encontrar o equilíbrio. Por outro lado, os jovens assentam-se no presente, na preponderância do processo em detrimento do conteúdo (SALLAS; BEGA, 2005), alheios às formas de organização e leitura da realidade presentes no imaginário dos adultos, possuidores de um quadro de referências já configurado (GROPPO, 2000).

Ao viver essa condição transitória, os jovens diferenciam-se dos adultos, que são uma cristalização das instituições (SOUZA, 1999), preservando um espaço de relativa autonomia que aguça sua sensibilidade em relação às mutações societárias, enfrentadas, não obstante as múltiplas situações juvenis, com significativa identidade.

Daí creditarmos à condição juvenil, mediada pelos determinantes socioculturais e políticos, características que unificam e expõem tanto os jovens dos setores populares quanto os jovens de classe média, aos conflitos históricos e

transformações surgidos na sociedade contemporânea. O significado dessa exposição, pelo recorte da expressão da violência no interior da juventude de classe média, é o que nos importa apreender.

2.1 JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

Em um breve levantamento dos estudos sobre violência juvenil colhemos da consistente sistematização de Zaluar (2003) informações que nos mostram que a juventude na sociedade moderna do século XX começa a ganhar visibilidade a partir dos primeiros estudos envolvendo violência urbana e juventude desenvolvidas pela Escola de Chicago nos anos 20, notadamente com referência à criminalidade, à delinqüência e à transgressão.

Entre as três teorias mais conhecidas, a primeira, que caracterizou a Escola, denominada de “desorganização social” voltava-se para a migração recente que ocupava os bairros pobres e analisava a desagregação de valores culturais e esgarçamento dos laços familiares e vicinais engendrados de uma crise de moralidade favorecedora da delinqüência. A idéia subjacente da existência de uma ordem e organização consensuais comprometidas por uma crise desorganizadora, representada pelas atividades criminosas, passou a ser combatida pela vinculação com a vertente sociológica funcionalista. De forma que a segunda teoria desenvolvida a partir dos anos 1960, quando o incremento da criminalidade na sociedade norte-americana provocou a volta da discussão às arenas públicas, tratou de evitar o esquema funcionalista e a interpretação da questão pelo tamiz da desordem social.

Desta vez a “teoria da frustração” lançava-se a explicar a criminalidade pelo desencontro entre as aspirações pessoais amplamente disseminadas pelos novos padrões de consumo norte-americano e as efetivas oportunidades de acesso dos jovens pobres. Como saldo da frustração pela desigualdade social tinha-se o individualismo e suas formas de conflito.

Despontando como uma terceira corrente explicativa do fenômeno da criminalidade, a “teoria do rótulo” surgiu em fins dos anos 1960 na esteira da crítica às anteriores.

Embora apresentasse o diferencial de apontar a existência de subculturas juvenis interagindo simbolicamente, ao seu modo próprio de colocar-se à deriva do contexto institucional, com o resto da sociedade e não desvinculada dela, a “teoria do rótulo” focalizava o processo de marginalização, de alijamento social ao qual estavam expostos os autores de atos criminosos sem, contudo, deixar de imputar-lhes uma conduta “anômica”, desviante do processo “ideal” de socialização.

O paradoxo entre anomia e coesão social acabava sempre recolocado, permeado pela noção moralizante que enfatizava modelos positivos e negativos de funcionamento social, como se houvesse um padrão ideal de referência a ser seguido e mantido, deixando a descoberto os limites que referidas teorias importavam.

No entanto, a transposição desse referencial teórico estadunidense para a realidade brasileira ocorreu de forma quase automática (ZALUAR, 2003), sem a devida consideração das particularidades das organizações juvenis internas e principalmente sob a ótica positivista que imprimia o comportamento do jovem/objeto a noção de desvio, problema determinado pela ordem social, sem contudo aprendê-lo como possível ação e escolha de sujeitos atuantes no interior do contexto histórico e social.

A associação entre pobreza e violência construída pelos primeiros estudos sociológicos desenvolvidos no Brasil e que ainda se mantém no imaginário popular, freqüentando também as análises acadêmicas, decorrem em muito da importação mecânica desse arcabouço teórico.

A noção do jovem enquanto problema, marcada pelo desvio, seguem igualmente iluminando estudos científicos, conforme nos esclarece Sallas (2005) ao propor-se uma releitura da pesquisa Unesco, que a própria autora compôs, realizada entre os anos 1988 e 2000 em quatro capitais federativas (Brasília, Rio de Janeiro, Fortaleza e Curitiba) no interior dos marcos conceituais juventude, violência e cidadania que

guardava a pretensão estratégica de estabelecer parâmetros para a proposição de políticas públicas para a juventude brasileira.

Sem o propósito de desqualificar a pioneira e profícua iniciativa que resultou em contribuições importantes para o entendimento da realidade juvenil nacional, lançando as bases para novos estudos, dentre os quais inclui-se o presente, nossa intenção é dar visibilidade à complexidade que envolve as tentativas de construção de uma sociologia da juventude, possibilidade que nem mesmo é consensual no interior de disputas que enfatizam a multiplicidade de situações juvenis.

A constatação da existência de uma uniformidade de hábitos e valores (fabricada em especial pela homogeneização proposta pela indústria cultural) em toda a juventude de um país tampouco é suficiente para desconsiderar uma relativa identificação comportamental que se reporta à propagação massiva de valores por via da vigorosa indústria cultural. De forma que a importante transposição do viés funcionalista que a relativização sociológica permitiu não é suficiente para explicar, sem disputas, a densidade da condição juvenil contextualizada historicamente e permeada pelos conflitos e contradições daí decorrentes.

Novos desafios agregam-se ao debate na medida em que a pobreza deixa de ser suficiente para explicar a nova onda de violência que invade as sociedades, particularmente a partir dos anos 1990, protagonizada também por jovens de classes sociais privilegiadas economicamente. Na medida em que o fenômeno da violência perde a exclusividade da autoria por jovens “famélicos” ou “excluídos” (TAKEUTI, 2002, p. 203), e especificamente habitantes das periferias pobres das cidades, permite revelar “[...] que não se trata de uma ‘patologia’ de alguns grupos sociais juvenis, mas bem de um fenômeno mais generalizado” e que diz respeito mais à sociedade do que aos próprios jovens, denunciando que algo não funciona na “ordem social”.

Trata-se de um fenômeno novo que não apenas se generaliza no interior de classes sociais diferentes, mas que também representa uma novidade em sua expressão. Dirigida a um objeto indefinido, sem instrumentalidade, desfocada em relação a um inimigo claro, cuja aleatoriedade geralmente atinge o mais próximo, (CASTEL,

2005), é marcada pela quebra dos valores de tolerância, pela gratuidade e mesmo pela crueldade. Da violência dos ataques pessoais ao semelhante (ZALUAR, 2003) podem chegar a sua morte, motivada por causas irrelevantes como até mesmo um olhar enviesado.

É nesse contexto de acirramento da violência que a condição juvenil, na confluência das rupturas objetivas - cronológica e sócio-cultural -, permite a sua produção enquanto categoria social (GROPPO, 2000), categoria analítica na relação com as estruturas histórico-sociais que a determinam. Enquanto segmento catalisador das tensões sociais (DIÓGENES, 1999), a juventude metaforicamente passa a representar a vitrine dos conflitos sociais e a crise da juventude, mais que a crise da adolescência, passa a ser reveladora também da crise permanente da sociedade capitalista (SALES, 2003), da crise de significações de nossa modernidade (WAISELFISZ, 1998). É o que torna a juventude um termo-chave (ABRAMO, 2005) na atualidade, uma vez que suas questões tocam em temas centrais nessa conjuntura histórica.

Nesse sentido, com a devida licença à crítica cabível aos trabalhos de tipo estatísticos que limitam a compreensão mais aprofundada do conjunto da investigação, não podemos desconsiderar a grandiosidade do Projeto Juventude que realizou “a mais abrangente pesquisa nacional já realizada no Brasil sobre o tema” (ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 11) explorada e analisada por pesquisadores reconhecidos, sob a organização dos dois autores citados. Os resultados, embora pautados na ampla diversidade que cerca a juventude nacional revelaram que a noção de identidade geracional é consistente e que “a juventude, como conjunto, reflete tendências e escolhas da maioria da sociedade de que faz parte [...]” (ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 20).

Entre outros tantos temas candentes na atualidade, o do trabalho segue pleno de centralidade e dramaticidade no mundo que não disponibiliza espaço para todos, a despeito da qualificação e da classe social. Em recente trabalho publicado, Pochmann (2007, p. 2) produz um levantamento da “situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos dez anos” concluindo que simultaneamente ao avanço da taxa de escolarização “a emergência do desemprego

estrutural entre os jovens torna mais distantes as possibilidades de constituição de trajetórias ocupacionais e de vida vinculadas à ascensão social”.

Contudo, se na feitura do presente trabalho tomamos como crucial a presença da juventude, enquanto “categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade” (ABRAMO, 1997, p. 29), queremos estar permanentemente atentos à advertência da autora para não reproduzimos a recorrente leitura do tema juventude pela ótica do problema social, do risco à coesão social pela diabolização dos jovens enquanto nova encarnação das “classes perigosas” (CASTEL, 2005) e condensação do mal.

Entendemos que o risco dessa análise se completa na medida em que os jovens são culpabilizados isoladamente, carregando para si a responsabilidade pelas dificuldades e conflitos que se referem a toda sociedade “[...] como a encarnação de impossibilidades, eles nunca podem ser vistos, e ouvidos e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões” (ABRAMO, 1997, p. 32) plenos de uma potência latente e pronta para a mudança, o que não significa que ela ocorrerá, nem que podemos prever o seu teor.

2.2 PANORAMA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

Em seu trabalho "Considerações em torno do Conhecimento sobre Juventude na Área da Educação" Spósito (2002) publicou dados preliminares da pesquisa realizada no período de 1980 a 1998 que exprime um consistente esforço de classificação, descrição e análise desse amplo conjunto de estudos. Desde aí revela que é a partir dos anos 90 que a temática violência e juventude começa a despontar com gradual interesse no interior dos trabalhos levantados, constituindo-se um assunto emergente de pesquisa.

Assim como o fora para a área de educação, "a escalada da violência urbana, a expansão dos meios de comunicação de massa e a maior visibilidade dos grupos

juvenis nas cidades" (SPÓSITO; CORTI, 2002, p. 204) foram fenômenos que propuseram novas questões de investigação, pois estas últimas, como nos esclarece Pais (1993, p. 21) "aparecem associadas, regra geral, a problemas sociais, ou não fossem a actividade e a produção científicas um modo específico de inserção e participação dos investigadores sociais na sociedade".

É preciso ressaltar, no entanto, que o trabalho apresentado por Spósito (2002) foi delimitado e percorrido de forma exaustiva, realizado por uma equipe de bolsistas e técnicos sob o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e levou cerca de cinco anos para ser desenvolvido. Contemplou, portanto, a recuperação quase total do acervo abordado e o exame aprofundado de seu teor.

O que trazemos neste momento é comparativa e expressivamente muito mais modesto e não se propõe a realizar mais do que um levantamento descritivo da produção discente sobre juventude e violência no decênio 1996-2006, cadastrada no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e no Banco Digital de Teses e Dissertações - BDTD do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Lançando o descritor *violência* encontramos no Banco de Teses da CAPES 610 teses e 2074 dissertações no interior do período definido. A seleção permitiu-nos chegar a 22 teses e 88 dissertações.

Seguindo o mesmo caminho localizamos no BDTD 587 trabalhos dos quais interessaram-nos 3 teses e 22 dissertações, já excluídas as que se repetiram no Banco da CAPES.

Optamos por usar uma única palavra-chave para tornarmos a busca mais abrangente e para não incorreremos no risco de, ao omitir involuntariamente um descritor desconhecido (por exemplo encontramos trabalhos que em vez de usar o termo jovem ou adolescente optaram pela expressão infrator; aluno de periferia, delinqüente) deixarmos de acessar um trabalho que se encaixasse em nossa busca.

Cabe esclarecer que o primeiro descarte dos trabalhos que deixavam de importar ao nosso levantamento obedeceu à exigência de que a violência abordada deveria referir-se àquela protagonizada por jovens ou mesmo analisada à luz da relação juventude e violência e não àquela que tratava de jovem/ adolescente ou jovem/ adolescente e criança vítimas de violência, que representava parte significativa dos trabalhos acessados.

Nesse sentido logramos chegar a um total de 135 trabalhos, sendo 110 dissertações e 25 teses. A partir da leitura atenta dos resumos dos trabalhos, passamos a categorizá-los segundo os itens que seguem mais adiante. Apenas aqueles que não deixavam clara a caracterização dos sujeitos pesquisados sob o aspecto de sua inserção de classe social ou, justamente, porque tratavam de jovens sujeitos pertencentes à classe média - interesse maior desse levantamento produzido - foram selecionados e trabalhada a recuperação do trabalho na íntegra.

Os trabalhos em questão foram 12, sendo 8 dissertações e 4 teses. Desses, tivemos acesso a 7 trabalhos originais, 4 dissertações e 3 teses. Quanto às demais ativemo-nos apenas ao resumo publicado. Restaram sem viabilidade de acesso 5 últimos trabalhos que, embora tenhamos solicitado aos autores através de seu endereço eletrônico, não obtivemos contestação até o momento da conclusão do presente texto.

O total de 135 trabalhos levantados foi, então, catalogado de acordo com sete categorias: instituição; ano de defesa; professor orientador; área de interesse; palavras chave; forma de identificação dos sujeitos e metodologia aplicada.

Em relação às instituições identificamos um total de 40, com esparsos trabalhos cada uma, girando em torno de um a quatro trabalhos desenvolvidos pela maioria levantada. Merecem identificação aquelas que concentraram o maior número, como USP-16 trabalhos; PUC/SP-13 trabalhos; UFRGS-10 trabalhos; Universidade Estadual Paulista com 7 trabalhos e UFES-06 trabalhos, o que nos parece demonstrar a constituição de grupos de pesquisa em torno da temática em questão.

Ao considerarmos o decênio 1996-2006, no quadro que confeccionamos abaixo apresentado,

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
D	4	3	4	7	6	7	16	12	14	18	19
T	-	1	1	1	2	4	4	5	3	3	1

evidenciamos um abrupto crescimento dos estudos, sobretudo em nível de mestrado, a partir do ano 2002 e em gradual crescimento a partir de então. Denotando um reconhecimento da importância que a temática violência e juventude passou a representar na sociedade contemporânea.

Os recortes evidenciados advêm de variadas áreas de interesse, como Direito, Economia, Comunicação, Educação Física, Lingüística, Antropologia, Ciências da Religião, mas concentram-se sobretudo na Educação com 34 trabalhos; na Psicologia, com um total de 33 trabalhos; Sociologia com 23 trabalhos; Serviço Social com 10 trabalhos e Saúde Coletiva com 09 trabalhos.

A dispersão das instituições presente nesse levantamento volta a registrar-se no momento da apuração dos professores responsáveis pela orientação dos trabalhos, um total de 103 distintos nomes. Apenas 02 professores estiveram à frente de três trabalhos (UFRGS e Universidade Estadual Paulista) e os demais treze estiveram à frente de dois trabalhos (UFES; Unicamp; USP; PUC/ SP; Universidade Estadual do Ceará; UERJ; UFPE; Universidade Católica de Goiás e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto).

Em relação às palavras-chave utilizadas cabe destacar os termos mais presentes, tais como: juventude/jovens/adolescência/adolescentes; delinqüência juvenil/violência/criminalidade/ato infracional; pobreza/exclusão/periferia/classes populares/favela/vulnerabilidade; escolas/educação.

Nesse mesmo contexto, os sujeitos foram, ainda, identificados principalmente pelos termos jovens, seguido de adolescentes, mas compareceram significativamente os termos infratores, autores de ato infracional, delinqüentes, transgressores e alunos.

Nas pesquisas em que a ênfase recai sobre a “exclusão” social, agregam-se descritores coadjuvantes como família, trabalho, desemprego, política pública e naquelas em que a sociabilidade apresenta-se como principal eixo de análise sobressaem os termos modernidade, globalização, cultura, subjetividade, imaginário, indústria cultural, consumo.

A predominância do descritor juventude aponta para o aumento da visibilidade desse segmento na sociedade brasileira, enquanto categoria social e sua definição enquanto problema candente para análise sociológica. Contudo, quantitativamente quase emparelhado pelo termo adolescência revela, por outro lado, a aproximação com as orientações advindas da Psicologia. Refere-se, provavelmente, esse último aspecto, também à expressiva presença de estudos voltados a adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas que não só explica a preponderância das faixas etárias em torno dos limites jurídicos fixados pela legislação menorista, mas também ganha explicação se considerado o advento da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 que "estimulou a investigação em torno das condições e modos de vida de adolescentes que moram nas ruas, nelas exercem ocupações ou estão sob o abrigo das instituições públicas ou da sociedade civil" (SPÓSITO, 1997, p.21).

É ainda nesse contexto que o forte comparecimento de estudos voltados à juventude e violência em situação de “exclusão” social merece ser analisado à luz da advertência de Spósito (1997) no que tange ao uso indiscriminado da palavra para expressar uma ampla variedade de situações provocando empobrecimento de sua utilização. Lembra que para imprimir à noção de exclusão o seu caráter processual, as novas expressões da questão social devem comparecer de forma a evitar "[...] uma atribuição estática da condição do sujeito" (SPÓSITO, 1997, p. 21).

Como último aspecto levantado na catalogação inicial dos trabalhos temos a metodologia utilizada, cuja dominância, em mais de 80% dos casos, recai na escolha da abordagem qualitativa, sendo comum o estudo de caso, a história de vida e a utilização da análise de conteúdo para interpretação dos dados coletados sobretudo a partir de entrevistas semi-estruturadas. O restante divide-se, equilibradamente, entre estudos de natureza quantitativa e estudos que aliam as abordagens

qualitativa e quantitativa. A predominância dessa vertente metodológica já havia sido evidenciada na análise de Spósito (1997, p. 22), considerada "uma tônica bastante freqüente na produção discente, sobretudo a partir da década de 90".

No interior dessa constatação a autora realiza uma análise que se mantém oportuna, na medida em que salienta a importância do movimento investigativo que propõe uma crítica à orientação positivista presente em parte significativa dos trabalhos de natureza quantitativa e, ao mesmo tempo, lança-se à realização de estudos em profundidade.

Contudo, não se esquivava de acentuar a enorme importância da pesquisa quantitativa para a investigação de grandes grupos e que o seu desprezo em substituição massiva pela pesquisa de natureza qualitativa importa na dificuldade de acesso a grandes diagnósticos e, de certo modo, impõe restrições à formulação de novos problemas e hipóteses de pesquisa e a produção de conhecimento novo.

Uma vez organizados individualmente, os trabalhos foram classificados em cinco blocos temáticos, aí inseridos após observarmos principalmente as palavras-chave apontadas, mas também a forma como os sujeitos foram identificados, no interior de uma arbitrariedade incontornável e que esperamos tenha logrado fazer jus à realidade do trabalho.

Assim, foram incluídos no bloco temático "*Juventude, Violência e Ato Infracional*", 46 trabalhos; no bloco temático "*Juventude, Violência e Escola*", 30 trabalhos; no bloco temático "*Violência, Juventude e Exclusão Social*", 25 trabalhos; No grupo "*Juventude, Violência e Sociabilidade*", 20 trabalhos e finalmente no bloco temático "*Juventude Violência e Mídia*" incluímos 14 trabalhos.

Quanto ao bloco temático "*Juventude, Violência e Ato Infracional*", onde se incluíram 46 trabalhos, representando 34,1% do total dos trabalhos levantados, mostra o interesse majoritário em investigar o adolescente autor de ato infracional em cumprimento de Medidas Socioeducativas em unidades de internação, isto é, em situação de privação de liberdade, privilegiando o levantamento das opiniões, percepções, representações do próprio adolescente acerca de si, dos delitos, da

internação e demais questões. São estudos voltados para caracterização do perfil psicossocial do adolescente, para a comparação desse perfil com o tipo de delito cometido, buscando as determinações, os motivos, as razões, para que o conflito com a lei aconteça.

Emerge, ainda, o interesse em investigar uma possível relação entre a prática delitiva e a defasagem escolar ou a "inadaptação" ao ensino formal e, numa linha próxima, buscar o nexo entre a desproteção impingida na infância com a prática infracional na adolescência. Há estudos que enfatizam o papel da família e a própria vulnerabilidade desta, sua "desestruturação" como elemento causador do comportamento infrator do adolescente e outros que se voltam para a discussão da cidadania, da ausência de políticas públicas e da retirada do Estado. Também presentes em alguns estudos análises que se debruçam sobre a tentativa de apreensão da subjetividade dos sujeitos, suas referências identitárias na relação com as transformações do mundo moderno, consumo, banalização da vida e da violência e as perspectivas de futuro.

Reunidos no bloco temático "Juventude, Violência e Escola" os 30 trabalhos aí inscritos, isto é 22,2% do total, voltam-se com quase exclusividade para as escolas da rede pública de ensino e instaladas em bairros periféricos. Enfatizam a perspectiva do adolescente/jovem-aluno acerca da violência, na condição de autores e vítimas. A violência colocada em relação com o processo educativo, com o cotidiano escolar, com as práticas gestoras e com a cultura e a sociedade.

Em relação à produção científica abrigada no bloco temático "Juventude, Violência e Exclusão Social" refere-se a 25 trabalhos, perfazendo 18,5% do total. As preocupações que aí emergem envolvem-se com o universo de jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social, dada a pobreza material, em conexão com a violência praticada e à qual estão expostos. Buscam apreender o significado e sentido pessoais que tais jovens atribuem à violência, valorizando seus anseios e expectativas num contexto de crise sócio-econômica, de restrições de trabalho, de incremento do desemprego e de crescimento do narcotráfico.

No bloco temático denominado "Juventude, Violência e Sociabilidade" que agrega 20 trabalhos, responsáveis por 14,8% do total levantado, encontram-se os trabalhos que tratam dos significados das experiências de violência para os jovens no contexto do lazer e da sociabilidade, à luz de aspectos gerais da contemporaneidade como a globalização, o neoliberalismo, o consumo, a ressignificação de valores éticos e morais, o niilismo, a violência banalizada e a insegurança em relação ao futuro. Dedicam-se a investigar os principais fatores de risco, assim como as medidas de proteção à violência. Os jovens investigados localizam-se, em geral, no interior de grupos como galeras e gangues ou em grupos que se dedicam a movimentos e práticas culturais como o *hip hop* e o *funk*, entendidos como contextos alternativos de socialização.

O último bloco temático denominado "Juventude, Violência e Mídia" reúne 14 trabalhos que se referem a 10,4% do total da produção discente catalogada. Os trabalhos voltaram-se à investigação da influência dos meios de comunicação sobre o comportamento juvenil e o papel que assumem na formação de valores e padrões culturais. Parte dos trabalhos versa sobre o tratamento e manipulação dispensados pela mídia ao tema da violência em sua conexão com a juventude. Outros mantêm o interesse em investigar como os próprios adolescentes/jovens interpretam e assimilam o conteúdo violento disseminado pela mídia e há, ainda, aqueles trabalhos que se dedicam à análise do discurso jornalístico para compreender o processo de construção e sentido atribuído à noção de juventude.

Ao agruparmos os trabalhos nos blocos temáticos supracitados tentamos privilegiar o objetivo que nos pareceu central nos resumos apresentados pelo autor, embora reconheçamos a existência de entrelaçamento temático que possa apontar caminhos de acesso aos estudos diferentes dos que indicamos. Contudo, o que resta para nós de especial importância é a constatação da prevalência de estudos voltados para a juventude proveniente das classes populares, o que se fez presente de maneira indubitosa em 119 trabalhos, ou 88,1% do total, a despeito da linha temática escolhida. Essa constatação derivou-se da observação de caracterizações tais como, pobre, pobreza, vulnerabilidade, exclusão social, favela, periferia, escolas públicas e cumprimento de Medidas Socioeducativas em unidades de internação,

universos esses últimos que sabemos ser freqüentados pela população jovem menos favorecida deste país.

Vale acrescentar que encontramos 5 trabalhos, particularmente os que se dedicaram ao estudo da “Juventude, Violência e Mídia”, nos quais esse recorte de classe não pôde ser evidenciado.

Todavia, encontramos no conjunto de dissertações e teses levantadas um total de 12 trabalhos, isto é apenas 8,1% do total, que dedicaram-se à investigação de jovens pertencentes às classes privilegiadas, ou à relação entre sujeitos de classes antagônicas. Um número que, efetivamente, permite demonstrar a exigüidade de estudos voltados aos jovens de classes privilegiadas e que nos permite inferir que predomina a tendência associativa entre pobreza e violência, ao contrário da idéia que defendemos de que a violência não é prerrogativa de classe, constituindo, ao contrário, um fenômeno que deve ganhar estatuto de questão social.

Dentre os trabalhos selecionados a dissertação em Educação de Maria Regina Bortolini de Castro (1998), buscou investigar o conteúdo das representações de violência por crianças e adolescentes em duas escolas, uma pública e outra privada, a partir de seus núcleos de sentido: agressão; crime; bandido; arma; certos sentimentos e morte, o que lhe permite inferir que o grupo da escola privada, por manter-se mais distante da violência cotidiana e sentir-se mais protegido, mantém uma auto-estima mais elevada e maior capacidade de desenvolver projetos em relação ao futuro. Em comparação, o outro grupo, cuja existência é demarcada por acontecimentos violentos, o futuro apresenta-se envolto em incertezas e o sentimento de auto-estima é negativo.

O trabalho desenvolvido por Alessandra Terra Magagnim (1999) em Psicologia, refere-se a uma dissertação de mestrado cujo principal objetivo era conhecer o conteúdo das representações sociais sobre a violência de três grupos de adolescentes: adolescentes em situação de rua, adolescentes de "classe baixa" e adolescentes de classe média. A autora informa que resulta comum nos três grupos a idéia de violência enquanto expressão de atos concretos e que para os adolescentes de setores sociais desfavorecidos evidenciou-se a intenção de imprimir

funcionalidade à violência, explicada por sua estreita proximidade cotidiana com o objeto em questão. Já os adolescentes de classe média tendem a construir e expressar uma representação mais normativa da violência, ligada a julgamentos de valor.

Kenji Paulo Fernando Toma (2000) realizou um experimento na área de Psicologia da Saúde com estudantes universitários, valendo-se de mensurações de agressividade e dosagens de testosterona ao assistirem a um filme violento e a outro não-violento. Seu objetivo era compreender a influência de filmes violentos na agressividade, se ocorre de forma imitativa e estimuladora ou de forma apaziguadora e catártica. Contudo, não fez parte do objetivo do trabalho analisar particularmente os sujeitos investigados sob o ponto de vista de um recorte sócio-econômico.

O doutorado em Medicina realizado por Marília de Freitas Maakaroun (2000) tratou-se de um estudo quantitativo junto a adolescentes pertencentes a "classes sócio-econômicas A/B" e buscava conhecer a frequência da violência praticada e sofrida por adolescentes, assim como identificar os fatores de risco e de proteção ligados ao objeto em discussão. Esses foram considerados sob o aspecto do gênero, da faixa etária, de déficits orgânico, psicológico e social e, principalmente, da capacidade de gerar modelos positivos/negativos da família.

O doutorado em Educação de Luiza Mitiko Yshiguro Camacho (2000) voltou-se para a análise das práticas de indisciplina e de violência dos alunos contra seus pares e adultos em duas escolas de Vitória, uma pública mas que atende adolescentes de "classes médias" e outra privada que atende "segmentos das elites" locais. A autora dedicou-se a examinar as fronteiras entre a indisciplina e a violência, acentuando seus tênues limites, buscando identificar a origem dessas práticas violentas, seu processo de construção e suas formas de expressão. Colocadas em relação as funções pedagógica e educativa da escola, na perspectiva de sua ação socializadora, conclui que a escola falha no papel de retraduzir os valores sociais, oportunizando a invasão de idéias discriminatórias e preconceituosas e, assim, da própria violência, no espaço escolar. Ressaltou, ainda, que apesar das diferenças avistadas entre as duas escolas, onde as práticas de indisciplina e violência

manifestam-se com intensidade distintas e especificidades próprias, convergem no que tange à presença dessas manifestações.

O estudo em Ciências da Religião de Rosângela Aparecida Talib (2001), em nível de mestrado, buscou as causas do crescimento do comportamento violento entre jovens oriundos das "camadas" mais privilegiadas da população a partir das opiniões, atitudes e crenças dos jovens inseridos nesse mesmo contexto social, considerando possível a interferência da prática religiosa na adoção do comportamento violento. Constata, entre outros aspectos, a existência de uma nítida associação entre pobreza e violência, pelos jovens investigados e a presença, a partir daí, de uma significativa intolerância com os pertencentes às classes socialmente inferiores.

A dissertação de Rodrigo de Araújo Monteiro (2001) em Ciências Sociais enfatizou características ligadas à masculinidade violenta, à juventude e às características socioeconômicas no interior de uma torcida organizada. O interesse do autor não recaiu em nenhum recorte de classe específico, mas na diversidade de classes sociais encontradas.

Em seu trabalho de doutorado em Ciências Sociais Elisabeth Murilho da Silva (2003) lançou-se a compreender a violência entre jovens como opção de diversão no contexto do lazer e da sociabilidade. Os sujeitos investigados foram jovens de classe média na perspectiva de buscar a superação da restrição do aspecto criminal, em torno da violência ou mesmo enquanto estratégia de sobrevivência, noção atribuída à violência praticada por jovens desfavorecidos socialmente. Traçando a relação entre trajetória individual e a classe social, buscou mostrar que a trajetória se define não pelo envolvimento com a violência mais pelo tratamento diferenciado que a sociedade aplica ao sujeito de acordo com sua condição de classe social.

Ao produzir sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Antônio Augusto Nogueira Mathias (2003) propôs-se a investigar as galeras violentas de classe média, abordando suas experiências e representações de violência. Enquanto contexto fértil de aglutinação juvenil, os grupos violentos foram identificados como que marcados por formas perversas de solidariedade e regulação social,

engendrados por uma conjuntura esvaziadora de laços sociais éticos e de baixa perspectiva em relação ao futuro.

Beatriz Akemi Takeiti (2003) realizou um mestrado em Psicologia envolvendo adolescentes inseridos em um universo cotidiano distinto - um em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e outro em situação de vulnerabilidade social e o terceiro pertencente a um “segmento socialmente mais favorecido” - e classes sociais diferentes com o objetivo de analisar o sentido atribuído ao fenômeno da violência. Destaca pontos convergentes e o momento em que se distanciam na produção de sentidos, ressaltando que são as experiências de vida, internalizadas, que convertidas em necessidades e motivos, geram as práticas de vida própria de cada sujeito.

O doutorado em Sociologia de Antônio Sérgio Spagnol (2003) apresenta um estudo sobre jovens “delinquentes” pertencentes tanto às “classes trabalhadoras pauperizadas” como aqueles oriundos da classe média, buscando analisar o sentido do fenômeno da violência cruel, que demonstra encontrar prazer na destruição do outro e apontar a perspectiva de constituição de uma nova alteridade, marcada por uma ruptura nas relações sociais.

Finalmente, o mestrado em educação de Débora Bianca Xavier Carreira (2006) tratou de, a partir da opinião de jovens alunos e professores, realizar um estudo comparativo de duas escolas, uma da rede pública e outra da rede particular de ensino, a fim de analisar e discutir o papel da gestão frente à violência escolar, que na conclusão não apontou diferenças significativas entre as duas escolas, do ponto de vista do objeto pesquisado.

Enquanto trabalhos que buscam discutir o imbricamento da questão de classes à grande temática violência juventude comportam esforços no sentido do adensamento da investigação da condição social da juventude que embora não nos pareça que possa se descolar dos aspectos geracionais que comporta deve ampliar-se e diversificar-se, somando-se a outras dimensões da vida social, sobretudo daquelas que resultam das distintas situações de classe.

3 O PERCURSO DA PESQUISA: MÉTODO, SUJEITOS E PROCEDIMENTOS

Nesse momento em que nos cabe descrever a orientação metodológica do presente trabalho, rememoramos a oportuna reflexão de Minayo (2002) ao explicar o caminho metodológico pelo desenho da tríade teoria, método e criatividade.

E desta última, de fato, servimo-nos sem cerimônia para lutarmos contra as dificuldades da empreitada investigativa que cobra um envolvimento visceral. As crises e hesitações marcaram presença, quando a pretensão era falar da classe média (e não por ela) e conseqüentemente de suas ambigüidades em meio a um caminho do conhecimento sem muito trilhar.

Além disso, e sobretudo, tomamos como nosso principal desafio a busca da apreensão dialética da realidade, no interior de um esforço para alcançar as múltiplas determinações que a condição juvenil representa – enquanto categoria social para nós marcada, simultaneamente, pelas vertentes geracional e classista.

Nossa afinidade com o paradigma teórico-crítico apresentado por Alves-Mazotti (1998) dá-se na medida em que enfatiza a abordagem histórico-relacional das ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas da sociedade; que não se esquivava de disponibilizar sua prática científica à formação das agendas sociais e que destaca o papel político da ciência na transformação da sociedade.

Nesse sentido o estudo ao qual nos propomos pretende, como objetivo central, escutar as vozes dos jovens de classe média autores de ato infracional, buscando entender a violência a partir do significado que dão a ela e de como se relacionam com tal fenômeno, cujo cenário fundante é a sociedade que vivemos crivada por transformações politicoeconômicas e ideoculturais. Os objetivos específicos que nortearam a pesquisa foram:

- 1- Conhecer as formas de sociabilidade que fazem parte do cotidiano desses jovens;

2- Conhecer suas significações acerca da família; da escola; do trabalho e de seus projetos do presente e para o futuro;

3- Oferecer subsídios para a implementação de políticas públicas de juventude.

O presente tema de investigação foi gestado na confluência do interesse investigativo com o profissional, a partir de nossa atuação como assistente social da Vara da infância e Juventude de Vitória-ES, no interior mesmo do programa de acompanhamento a adolescentes autores de ato infracional, em cumprimento de Medidas Socioeducativas - MSE - em meio aberto, particularmente a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços à Comunidade.

A Advertência; a Obrigação de Reparar o Dano; o Regime de Semi-Liberdade e a Internação juntam-se ao rol das seis Medidas Socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal de nº 8069 de 13 de julho de 1990), cabendo ser mencionadas, embora se afastem de nosso campo de interesse.

As MSE configuram-se sentenças judiciais impostas pelas Varas da Infância e Juventude aos adolescentes que cometeram atos infracionais, sendo estes classificados como toda “conduta descrita como crime ou contravenção penal” (artigo 103 - ECA).

Dentre as MSE que nos interessam nesse momento, a Liberdade Assistida é aplicada por um prazo mínimo de seis meses podendo ser prorrogada, revogada ou substituída a qualquer momento e, segundo o texto legal objetiva “promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social” (artigo 118 - ECA).

Quanto à Prestação de Serviços à Comunidade “consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais” (artigo 117 - ECA).

Nesse âmbito não podemos nos furtar de uma reflexão que toca tema tão candente da sociedade brasileira respeito à legitimidade do Estatuto da Criança e do Adolescente e à bandeira sempre hasteada em defesa da diminuição da maioria penal, em cujo interior encontra-se o argumento da brandura e ineficácia das Medidas Socioeducativas - MSE.

Embora a nova nomenclatura - Medidas Socioeducativas - em oposição às penas que o repressivo direito penal indicava comporte o peso simbólico do novo marco legal pelo rompimento com a doutrina da situação irregular e a assunção do paradigma da proteção integral ao adolescente, atentando à sua condição especial de pessoa em desenvolvimento que, nesse sentido, deve revestir-se, sobretudo, de um caráter preventivo, pedagógico e também protetivo, as mudanças não transcendem para muito além da denominação.

O que queremos enfatizar é a permanência da imputabilidade do adolescente travestida de noção socioeducativa, não sendo surpresa encontrar para as Medidas Socioeducativas uma pena correspondente no Código Penal, isto é, para o Sursis temos a Advertência; para a Obrigação de Reparar o Dano e a Prestação de Serviços à Comunidade, MSEs homônimas; para o Regime Semi-Aberto a Semiliberdade e para o Regime Fechado a Internação.

Soma-se a isso a manutenção da intenção retributiva que não escapa à pena, decerto presente nas ações dos operadores do direito e não menos apoiada pelos profissionais que integram as equipes técnicas dos Juizados, envolvendo as MSE. Em outros termos o cunho repressor do qual se revestia o antigo Código de Menores não foi de todo superado com o advento do ECA, de forma que persiste a pretensão declarada ou desejo velado de impor ao adolescente sentenciado uma sanção que lhe extraia algo como substituição ao dano causado.

Senão o que dizer das reprimendas vexatórias e culpabilizadoras do sujeito e da família; da indulgência ofertada aos abusos e arbitrariedades perpetrados pela polícia em suas operações "saneadoras" ou "educativas"; das recomendações de inserção do adolescente prestador de serviços à comunidade em atividades impactantes e deprimentes.

Retomando, então, o percurso metodológico cabe esclarecer que servimo-nos da vivência institucional acumulada; da observação de toda a documentação encontrada na forma de prontuários dos adolescentes e de seus respectivos processos judiciais; após o devido compartilhamento de nossas intenções com a equipe do programa, igualmente submetidas ao consentimento formal da autoridade judiciária.

Os sujeitos de nossa pesquisa, doravante novamente denominados jovens não só pela coerência com o corpo teórico precedentemente moldado como também pelo fato de vários excederem o recorte etário legalista referente à faixa adolescente de 12 a 18 anos, foram os mesmos inicialmente selecionados a partir de duas exigências básicas: **o pertencimento à classe média e a conclusão do cumprimento da Medida Socioeducativa aplicada.**

A indicação de pertencimento dos jovens à classe média baseou-se em características ligadas à renda familiar (girando em torno de dez salários mínimos registrados no prontuário); associada ao bairro de moradia - sempre aqueles reconhecidamente pertencentes às zonas residenciais mais "nobres" da cidade ; à escolarização dos pais geralmente de nível superior e profissão preponderantemente envolvendo atividades exercidas no setor de serviços e a freqüência escolar dos jovens junto a estabelecimentos de ensino da rede privada.

Quanto à exigência de que os jovens pesquisados devessem, necessariamente, ter concluído sua ligação com o Juizado, isto é, terem a Medida extinta pelo seu efetivo cumprimento, obedeceu à precaução considerada indispensável haja vista a nossa vinculação funcional com a instituição que poderia intimidar os pesquisados ou mascarar os resultados obtidos na pesquisa empírica.

Importa, ainda, mencionar que a abrangência jurisdicional da Vara da infância e Juventude de Vitória, a exemplo das demais existentes na Grande Vitória, é restrita ao município em que atuam, mas a ligação do jovem autor de ato infracional com a Vara define-se pelo local de cometimento do delito e não de domicílio, o que explica a seleção, sobretudo prévia, mas que resultou posteriormente inexpressiva, de jovens residentes em outros municípios.

Realizada uma seleção prévia chegamos a um número de 15 jovens (oito em 2005 e sete em 2006) que, após uma análise mais detida à luz dos dois critérios de escolha mencionados e já mesmo frente às primeiras dificuldades de acesso ao jovem, que revelaram-se posteriormente tremendas, partimos para uma tentativa de ampliação da lista de selecionados estendendo-a em mais sete jovens, estes basicamente com uma desvinculação mais recente com o cumprimento da Medida Socioeducativa, isto é, no ano de 2007. Contudo, em meio a um processo de estabelecimento de contatos e abordagem com os jovens, que levou em torno de três meses, chegamos ao número final de sete entrevistados. Cabe esclarecer que havia uma intenção inicial em restringir a pesquisa aos sujeitos de classe média, autores de ato infracional marcado pela prática de violência. Contudo a exigüidade de casos com esse perfil, somada às recusas de participação na pesquisa, levaram-nos a flexibilizar tal pretensão, incorporando outros tipos de delitos.

Vale registrar que em nossa odisséia inicial do trabalho de campo os inúmeros telefonemas realizados sempre em horários individualmente específicos, a depender da disponibilidade de cada jovem³, impuseram-nos a necessidade de realizar um plano de contatos e, frente a qualquer deslize, perdíamos a oportunidade de encontrar nosso pretendido naquele dia.

Em alguns casos nossa insistência inglória era o sinal de que, embora não ditos, não havia o desejo ou a intenção de nos receber, frente aos quais acabamos nos rendendo, desanimados. Contudo, houve também uma situação em que claramente a mãe do jovem que buscávamos encarregou-se de afastar-nos, explicitando-nos o incômodo que causávamos ao filho, apenas em rememorar-lhe fatos passados ainda dolorosos.

De outra parte tivemos também problemas para localizar jovens que tiveram os números de telefone alterados e mesmo a mudança de endereço, porque chegamos a tentar uma visita domiciliar que resultou infrutífera. E, finalmente, tivemos um

³ Porque nossos jovens de classe média possuem agendas apertadíssimas, com o tempo dividido entre a freqüência no ensino regular; a inserção no estágio ou já no trabalho; em atividades extracurriculares como curso de línguas, prática de esportes ou freqüência na academia de ginástica.

jovem, muito solícito e delicado, como aliás todos eles se revelaram, que após vários dias tentando localizá-lo, colocou-se à nossa disposição, mas apenas daí a três meses quando voltasse de uma viagem ao exterior. Devemos admitir que não conseguimos ocultar momentaneamente nossa decepção, que logo tratamos de substituir pela transmissão de votos de sucesso e logro de realizações que, esperávamos secretamente, também nos contemplasse na empreitada que se revelava crescentemente desafiadora.

Em todas as nossas abordagens iniciais tivemos o cuidado de, mesmo tratando com jovens que alcançaram a maioridade civil, dirigir-nos primeiramente aos pais para nos apresentar e explicar os objetivos da pesquisa e os procedimentos que envolvia. Nos casos de jovens menores de dezoito anos a cautela redobrou-se no sentido de submetemos a realização do trabalho à sua aprovação escrita e formal.

Tais exigências, importantes do ponto de vista ético, e necessárias para a melhor condução dos trabalhos e para a obtenção satisfatória de resultados, implicaram para nós a vivência de um processo reflexivo e, desde logo, contributivo de importantes elementos de análise.

Dele pudemos apreender a importante rede de proteção aos filhos que as famílias de classe média esforçam-se para montar. Um número significativo das famílias abordadas mostrou-se desconfiada em relação às nossas pretensões e principalmente preocupada em expor seus filhos a um novo enfrentamento do assunto que marcou negativamente seu contexto familiar e que, claramente, ainda os mobilizava emocionalmente, mesmo decorridos dois ou três anos dos fatos, questionando-nos sempre quanto às providências que tomaríamos para evitar a identificação dos jovens. Ouvimos desabafos; relatos indignados e comovidos e também queixas contundentes e até inquisitórias.

Contudo, importa ressaltar que também encontramos casos em que a disponibilidade em participar da pesquisa foi imediata e obsequiosa, tanto da parte dos jovens como da parte de seus pais. De forma que emerge de nossa avaliação a necessidade de considerar as circunstâncias particulares que influenciaram posturas tão distintas, ao que chegamos, entre outros motivos, ao que nos parecia central,

este ligado ao tratamento dispensado ao caso. Assim, apreendemos dos contatos com os pais que os mais ressentidos eram aqueles que julgaram a superestimação do assunto pela Justiça e pela imprensa, que resultou na exposição excessiva dos filhos.

Devemos considerar que tais relatos não nos provocaram surpresa, nem contestação, mesmo tendo clara a aviltante situação à qual são expostos cotidianamente os jovens desfavorecidos que quase totalizam as estatísticas de nossa Vara, para os quais nem família, nem Estado, nem sociedade ofertam defesa. Uns por impossibilidade, outros por omissão e até por convicção.

Uma e outra coisa pareceram-nos reais. Ora, é notório o tratamento privilegiado conferido à maioria dos jovens autores de atos infracionais pertencentes às classes favorecidas economicamente. Sabemos que a visibilidade recente de episódios envolvendo jovens “bem-nascidos” na condição de autores de violência está longe de retratar numericamente os tantos acontecimentos abafados antes mesmo de que venham a transformar-se em ocorrências policiais ou mesmo durante as tramitações que possam sucedê-las.

Contudo, quando o fato, apoderado pela mídia, segue vazando nos tendenciosos filtros que a rede de influências privada não logra hermetizar e, finalmente, configura-se um processo judicial "criminal", percebemos que ele acaba por cumprir um papel de expiação das almas. Nessa fila inscrevem-se os operadores do direito; os profissionais da equipe técnica; os funcionários administrativos; os auxiliares; os voluntários; os transeuntes, enfim a sociedade.

Queremos dizer com isso que, a despeito do privilegiamento concedido, também não é incomum assistirmos a situações envolvendo processos judiciais de jovens de classe média submetidos a pesadas pressões subjetivas e seus pais sendo culpabilizados por terem fabricado “delinqüentes” quando tiveram as melhores condições de evitá-lo. As medidas impostas produzem o gozo da eficácia alcançada, pois ao menos nesses casos isolados e raros é menos comum identificarmos um descumprimento às normas estabelecidas.

Ao que nos parece, portanto, a Justiça se redime, através desses casos, da impotência costumeira a que é lançada e confrontada pela indisfarçável questão social. Envolto pelas perversas exigências da sobrevivência, normalmente desprotegida, muito mais prementes que as condições impostas ao cumprimento da Liberdade Assistida ou da Prestação de Serviços à Comunidade, os jovens pobres acabam por "contribuir" para a banalização das MSE, ao contrário dos jovens favorecidos socialmente que, diante do muito que acreditam que têm a perder, em caso de descumprimento e conseqüente possibilidade de recrudescimento da medida, imprimem maior seriedade ao processo, investindo as MSE de seu caráter de sanção, para satisfação geral da nação⁴.

Dos sete jovens investigados, todos do sexo masculino, solteiros e sem filhos, um possui 16 anos, outro 17, um terceiro 19, três outros 20 anos cada um e um último possui 21. Seis deles residem em domicílios próprios em bairros residenciais de Vitória tipicamente de classe média (Praia do Canto, Mata da Praia, Jardim da Penha, Bairro de Lourdes e Jardim Camburi), sendo que apenas um reside em outro município - Serra -, em um bairro popular.

Apenas um deles é filho de pais separados e 2 perderam o pai por motivo de doença. Os quatro demais se inserem em famílias onde ambas as figuras parentais se fazem presentes. Todos possuem um ou mais irmãos. Apenas em dois casos só os pais desempenham atividade remunerada, dedicando-se as mães às atividades domésticas. Nos demais casos as mães atuam no mercado de trabalho. Em um caso a mãe possui Ensino Fundamental, dois outros casos as mães possuem escolarização média e nos quatro demais formação superior. Em dois casos os pais possuem escolarização média, sendo que nos cinco casos restantes a formação é superior. Afora um dos casos em que o provedor realiza atividade autônoma no

⁴ Importa ressaltar que essa análise foi construída no interior da prática profissional, contexto particular de acompanhamento a jovens autores de ato infracional que escapavam à especificidade do uso abusivo de drogas ilícitas. Embora o porte de drogas tenha suscitado a aplicação de MSE em um dos casos entrevistados e sido identificado por dois outros entrevistados como um dos motivos desencadeadores do cometimento do delito, não encontramos, em nenhum dos casos, resistência em abandonar o consumo da droga ou a banalização desse comportamento. Tal esclarecimento resulta necessário, pois reconhecemos que nos casos em que o abuso de drogas é severo, a condição de classe perde centralidade, homogeneizando-se tanto comportamentos como a refratariedade ao cumprimento da Medida imposta.

comércio, temos três casos em que a principal fonte de renda advém de profissões liberais, e nos três casos restantes ela é alcançada no interior do serviço público.

Em dois casos a renda familiar gira em torno de 20 salários mínimos; em dois outros em torno de 13 a 15 salários mínimos; três últimos transitavam entre oito e dez salários mínimos.

À exceção de dois jovens que já cursaram alguma série na rede pública de ensino, todos os demais sempre freqüentaram escola particular no decorrer da vida escolar. Atualmente, à exceção de um dos jovens que se encontra voluntariamente fora da escola, apresentando, inclusive, defasagem entre sua idade cronológica e a escolarização atual, todos os demais se encontram freqüentando regularmente o ensino da rede privada, sendo que quatro deles encontram-se inseridos no ensino superior de faculdades particulares.

Dois jovens desempenham atividade remunerada ligada ao comércio e dois outros cumprem estágio curricular remunerado. Um dos que não logram auferir qualquer rendimento laboral recebe mesada dos pais ou avós, e dois últimos declaram não receber mesada regular, recorrendo aos pais quando necessitam.

O quadro abaixo objetiva imprimir maior nitidez e visibilidade ao exposto acima, extraído daí os aspectos mais relevantes. Antes, porém, precisamos explicar que a partir de agora nossos jovens serão identificados por nomes de deuses gregos em alusão aos poderes e à sensação de imunidade que evocam em sua força vital, como também pelas honras e admiração que lhes rendemos no interior de uma identificação pessoal com a categoria que representam, forjada na prática profissional e ratificada no decorrer do desenvolvimento desse trabalho que nos permitiu aprendê-la no bojo das expectativas, temores, mitos e desafios que despertam na sociedade moderna. Apresentamos, pois, os deuses Apolo; Dioniso; Éolo; Eros; Hefesto; Hermes e Posídon.

Quadro Identificador do Perfil dos Jovens Entrevistados

Nome	Idade	Bairro Resid.	Escolaridade	Escola atual	Trabalha	Estagia	Recebe Mesada	Mora c/quem	Qualf. Mãe	Qualf. Pai	Trab. Mãe	Trab. Pai	Renda em SM
Apolo	20	J. da Penha (Vitória)	Cursando Superior	Privada	Não	Não	Sim	Pais e 1 irmão	E.Superior	E.Superior	Serv. Pub.	Serv. Pub.	20
Dioniso	20	Mata Praia (Vitória)	Cursando Superior	Privada	Não	Sim	Não	Mãe e 2 irmãos	E.Médio	E.Superior (falecido)	Vend. Aut.	-	8
Éolo	19	J.Camburi (Vitória)	Fundamental Incompleto	Evadido	Não	Não	Não	Pais e 1 Irmã	E.Médio	E.Médio	Do lar	Serv. Pub.	10
Eros	16	Bairro Lourdes (Vitória)	Cursando Médio	Privada	Não	Não	Não	Mãe e 1 irmã	E.Superior	E.Superior	Prof. Liberal	Comerc.	10
Hefesto	21	Praia Canto (Vitória)	Cursando Superior	Privada	Sim	Não	Não	Mãe e 2 irmãos	E.Superior	E.Superior (falecido)	Prof. Liberal	-	13
Hermes	20	Praia Canto (Vitória)	Cursando Superior	Privada	Não	Sim	Sim	Pais e irmão	E.Superior	E.Superior	Prof. Liberal	Prof. Liberal	20
Posídon	17	José Anchieta (Serra)	Cursando Médio	Privada	Sim	Não	Não	Padrasto Mãe e 3 irmãos	E.Fundamental	E.Médio	Do lar	Ser. Pub.	15

Finalmente dispostos a nos concederem as mais ricas informações que nossa habilidade investigativa alcançaria extrair, os sete jovens foram entrevistados nos locais em que cada um escolheu. Assim, realizamos quatro entrevistas nas dependências da Universidade e três no próprio domicílio dos jovens, sendo que uma das entrevistas foi-nos gentilmente replicada em face da perda irrecuperável dos dados originais. No caso dos quatro jovens levados à Universidade e devolvidos a sua casa pessoalmente pela pesquisadora, o percurso que fizemos juntos era sempre permeado por uma conversa descontraída, sobretudo no retorno da entrevista, provendo-nos de valiosas informações também utilizadas nessa análise.

A entrevista constituiu, portanto, nossa técnica central de coleta de dados por sua capacidade de gerar "compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas" (MAY, 2004, p.145). Optamos, ainda, pelo modelo de entrevistas semi-estruturada que, ao mesmo tempo que, usa como referência um roteiro único, previamente definido, com questões a serem apresentadas ao pesquisado, permite a este último, assim como ao próprio pesquisador, uma margem de liberdade para além dos aspectos estabelecidos, na perspectiva da expressão livre de seus pontos de vista. Quanto à duração das entrevistas tivemos apenas uma que superou os 80 minutos de gravação, mas as demais oscilaram entre trinta e quarenta minutos.

Para a realização das entrevistas previmos o cumprimento dos procedimentos éticos requeridos que se referiam à obrigatoriedade de fornecer, por escrito, aos entrevistados as informações sobre a identificação do pesquisador; sobre o tema da pesquisa a ser realizada; a consulta prévia para a autorização da gravação (que não enfrentou qualquer oposição, mas em alguns casos claramente constrangeu o entrevistado); a ênfase na não identificação dos participantes (sempre argüida pelos pais), assim como o rigoroso respeito à confidencialidade e à formalização da concordância através do "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido", que se estendeu à necessária obtenção do consentimento dos pais daqueles jovens que ainda guardavam a condição de minoridade civil.

É nesse contexto que precisamos justificar a inconveniência de detalharmos os aspectos que envolveram os delitos cometidos, associando o delito ao autor, pois

alguns casos ganharam significativa repercussão na imprensa local de forma que, se caracterizados, poderão ser identificados, o que precisamos rigorosamente evitar. Podemos, no entanto, nomear aleatoriamente os tipos de delitos cometidos pelos jovens pesquisados, comparecendo, aí, casos de porte de droga (1); de receptação (1); de roubo (3) e de tentativa de homicídio (2).

Uma vez gravadas, as entrevistas foram exaustivamente repassadas para que a transcrição do material registrasse o mais fielmente possível o momento da entrevista, presentes aí as hesitações, os lapsos entre as respostas, as reações momentâneas e até mesmo as interrupções de algumas mães que ("passando" pelo local da realização da entrevista que era realizada no domicílio) não deixaram de emitir suas opiniões, recebidas a contragosto pelos filhos entrevistados.

Transcritas, as entrevistas foram organizadas em amplos quadros, contendo de forma comparativa cada uma das respostas dos entrevistados. Essa organização prévia permitiu-nos identificar que os conteúdos colhidos confluíam para quatro eixos temáticos, que terminaram por constituir nossas categorias de análise, a saber: **juventude; família; estudo, trabalho, projeto para o futuro e violência**. Importa esclarecer que a descrição do processo de interpretação e análise dos depoimentos, presente nas páginas seguintes deste trabalho, obedeceu à mesma ordem dos temas supracitados, vez que entendemos que nosso tema central, isto é, a violência, seria melhor iluminado pela complementaridade e imbricamento com os temas anteriormente discutidos.

Como nos explica Franco (2005, p. 13) "O ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido. Sentido que não pode ser considerado um ato isolado [...]".

Embora trabalhando com vestígios, esses são providos de rico conteúdo que devidamente manipulado leva-nos a inferir conhecimentos que transcendem a mensagem descrita. São, portanto, tais referências que conferem à Análise de Conteúdo a relevância teórica a partir da compatibilização do material colhido com uma teoria explicativa.

As sete valiosas entrevistas que nos foram concedidas e toda sorte de sensações e experiências que acumulamos, iniciadas na atuação profissional, e prosseguidas na abordagem dos jovens até a concretização da coleta dos dados, comportam para nós um inestimável valor semântico. Cada uma das entrevistas guarda uma riqueza própria e um amplo universo a ser explorado, passível de desdobrar-se, isoladamente, em fonte analítica. Temos a ilusão ou, ao menos, o desejo de ser-lhes justos, ainda que certamente nem todos os testemunhos poderão ser aqui transcritos ou fielmente analisados pela presença inelutável de juízo de valor do pesquisador.

Encontrar, pois, sentido no material colhido; aprender sua coerência interna; a consistência dos argumentos; a conotação simbólica das falas na perspectiva de acolher tanto o esperado quanto o inesperado, expressam o esforço presente no objeto desta pesquisa, apresentado nas páginas seguintes, isto é, captar o significado do fenômeno da violência no bojo das transformações societárias contemporâneas, à luz da compreensão de jovens de classe média autores de ato infracional.

3.1 A INTERPRETAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS

Juventude

A noção de juventude que nos foi apresentada pelos jovens entrevistados expressa de maneira bastante unívoca o significado amplamente disseminado no senso comum. A juventude é descrita como *Uma etapa da vida, como todas as outras. Você nasce, tem a infância, vira adulto, envelhece e morre* (Apolo).

Entendida como uma **fase da vida**, uma etapa da existência humana **naturalmente** constituída, mantém-se a mistificação da juventude na perspectiva de uma **entidade homogênea**, obscurecendo-se, ainda, a sua compreensão enquanto categoria social e historicamente construída (PAIS,1993).

Pertence à noção ideologizada da juventude um rol de características universalizantes que unifica todos aqueles que nela se incluem: *É a fase da espontaneidade* (Hermes); [...] *de explorar o mundo, adquirir conhecimento*

(Dioniso); [...] *de construir a sua personalidade* (Eros); [...] *de fazer as coisas que gosta* (Posídon); de [...] *aproveitar* (Dioniso).

Trata-se de representações correntes que não deixam de ser comuns a todos os jovens, assentada na cronologia, na base fática da juventude e na comparação intergeracional (MARGULIS, 2000), como também no caráter universal que o processo biológico comporta (PAIS, 1993), mas que omite a diversidade que a categoria juventude efetivamente expressa, desenhada pelas diferentes possibilidades de viver a condição juvenil e que é determinada, particularmente, pela inserção de classe.

Uma compreensão que Éolo não deixou escapar ao refletir:

[...] tem jovem que é meio rebelde, tem jovem que é mais sério. É relativo, nem todos os jovens são iguais, né? Todo o mundo é diferente. Mas realmente os jovens seguem um padrão... [...] Ah! Depende, tem a classe social também. Na classe média geralmente os pais querem que os filhos estudem, trabalhem... .

Ao relativizar a imagem unificada da juventude, mesmo a pesar sobre todos a imposição de um padrão generalista, Éolo vislumbra a heterogeneidade que a categoria comporta intra e interclasses sociais e que, a despeito das representações correntes, não logram ser de todo escamoteadas.

Envolve também a concepção de juventude apresentada pelos jovens entrevistados a idéia de aprendizado, de amadurecimento, de acúmulo de conhecimentos preparatórios para a entrada na vida adulta. Desde logo se entendem como liberados das exigências dessa fase da vida que se preparam para cursar.

Se, contingencialmente, tais exigências são antecipadas, a vivência da juventude resta corrompida, porque *ser jovem é ser livre, é você curtir a vida [...] num tem tanta responsabilidade* (Hefesto). O verdadeiro confronto com as responsabilidades é próprio do mundo adulto. Nesse sentido, Hefesto considera que o amadurecimento precoce proporcionado pela vivência do drama familiar causado pela perda abrupta do pai representou um aspecto negativo em sua juventude, na medida em que o

obrigou a assumir responsabilidades consideradas impróprias à sua condição juvenil:

[...] ao mesmo tempo que teve uma fase muuuito boa, tipo... eu levei muito também [...] o falecimento do meu pai... minha mãe era uma pessoa que nunca tinha precisado trabalhar na vida ... sempre teve uma vida boa e do nada, bum! Esse baque. [...] agora tenho que ajudar minha mãe [...] então, pra mim, eu acabei amadurecendo muito rápido [...] eu tive que começar a fazer minhas coisas, a correr atrás das minhas coisas.

Assim, não é contra o amadurecimento que fala - este sempre tido como uma positiva qualidade humana -, mas contra a necessidade de interromper o considerado imanente gozo despreocupado da juventude .

Nesse sentido, os jovens entrevistados, ao replicarem em seus discursos o modelo de juventude difundido socialmente, fazem-no na condição de atores concretos dessa versão representada . A forma como preenchem seu tempo é sempre legitimada, seja nas atividades consideradas – para os jovens dessa classe social - normais, necessárias e desejadas, como o estudo regular correspondente do trabalho adulto; o estágio curricular e as atividades extra-curriculares que imprimem maior consistência ao processo de qualificação profissional futuro, seja no uso do tempo livre, voltado para o lazer, a diversão, a socialização.

Ao descreverem as principais e/ou as mais agradáveis atividades do seu cotidiano os jovens denotam ser, eles próprios, os portadores das imagens da juventude comumente disseminadas:

*Meu dia-a-dia, hoje é focado na **faculdade, estágio, amigos e namorada e família**. Eu não tenho mais muito momentos de lazer como antes: de jogar bola, ou... ou... sair... demais. Hoje em dia, meu foco já é outro (Hermes);*

***Jogar joguinho no computador, de vez em quando andar de skate.** [...] Ultimamente eu tenho andado mais sozinho. Mas tem sempre uma galera do skate, uma galera às vezes do rock, da cerveja... (Éolo);*

Treinar jiu-jitsu e muay thay [...] sair pra festa, conhecer meninas diferentes. Não bebo, parei de fumar, se eu saio fico na água... treino, né? Não dá pra conciliar bebida, fumo, assim, com o esporte (Dioniso);

Eu tenho uns passarinhos, cuido deles, às vezes estudo um pouco, vejo televisão e, no final de semana, trabalho na venda (Posídon);

*Eu dou muuuito valor à saúde. Muuuito valor. Eu sempre... eu trabalho, **faço minhas coisas [...] eu terminei minha faculdade agora (férias), mas... eu sempre tô dando uma corrida ou uma nadada**, eu tenho que dar um mergulho, sempre, na praia, que me deixa bem. Que quando tem onda eu surfo (Hefesto);*

*Então, meu dia-a-dia é... **agora eu não tô mais estudando (férias)**, mas eu tô fazendo, por exemplo, esse lance do projeto que eu tava falando, que a gente montou, de arte. Eu gosto muito de fazer isso, **eu gosto de teatro, eu gosto de capoeira, de malabarismo, de arte circense, eu gosto de muita coisa, de música** e, no caso, quando eu tava estudando, eu estudava e entre a semana eu mantinha uma atividade, eu gosto de ioga também, eu fazia ioga, tocava instrumento, eu gosto sempre de ta fazendo.... (Eros).*

Voltados para assuntos que se restringem ao campo do privado, discutidos em pequenos grupos, a amizade e o vínculo circunstancial operam como eixos de interação. Os problemas abordados são os mais imediatos e próximos de sua realidade. As expectativas e os ideais são tratados na perspectiva individual e as metas são apenas as mais tangíveis. Mesmo Eros que anunciou a criação de um projeto entre amigos que visa levar sua forma de arte a entidades de abrigo, mostramos que o esforço em construir uma dinâmica de solidariedade guarda uma ênfase assistencial pouco eficaz. De um modo geral a dimensão dos vínculos sociais é de curto alcance, desprovida de criticidade e de qualquer enfoque político.

De outro lado comparece nas mensagens a idéia de que a juventude é permeada de ambigüidades, de uma incerteza latente que a enriquece na medida em que permite superar uma idéia maniqueísta da realidade e de dualidade entre o bem e o mal: [...] *às vezes coisa ruim é boa, às vezes as coisas boas são ruins*, ensina-nos Eros ao

tratar dos aspectos positivos e negativos da juventude. Nesse mesmo contexto Hermes também nos esclarece:

O jovem acaba agindo por intuição, sem medir muito as conseqüências [...] isso por um lado é muito bom, mostra a face de uma pessoa. Ágil, espontânea e acaba funcionando de maneira até mesmo imprevisível e pode alcançar ótimos resultados, permitindo-nos vislumbrar que, através da espontaneidade e impulsividade tipicamente juvenis, não só as conseqüências negativas são daí extraídas, mas também a possibilidade de produzir algo novo, de reinventar o que está posto, de forma que o potencial transformador da juventude não foi afastado.

A liberdade de escolher, experimentar e agir espontânea e intuitivamente, sem uma forte censura, nem grandes responsabilidades, torna a juventude, para os jovens entrevistados, uma vivência enfaticamente positiva que precisa ser *curtida*, [...] *porque é uma só que passa e depois já era* (Posídon). Tais vantagens são reforçadas pela idéia preponderante que, nessa fase, os equívocos ainda são abonados indulgentemente, vez que o jovem [...] *tem tempo de errar, tem tempo de acertar* (Dioniso).

Inferimos, pois, dos conteúdos colhidos, que os jovens entrevistados são nítidos portadores e concretos experimentadores da moratória social (MARGULIS, 2000), aquele interregno na vida, construído e legitimado socialmente, que faculta ao seu privilegiado protagonista a permissividade de abster-se das exigências e pressões próprias da ordem adulta, enquanto se prepara e qualifica para inserir-se nesse universo.

A pesquisa revelou-nos, com clareza, como isso se refere à classe média pela aplicação livre de compromissos e autônoma do próprio dinheiro, obtido através das mesadas concedidas pelos pais ou avós, através da remuneração do estágio ou do trabalho propriamente; pela retaguarda segura dos pais no provimento das necessidades de manutenção e sobrevivência; pela possibilidade de escolha quanto à inserção ou não em alguma atividade laboral remunerada e pela forma recreativa e prazerosa no uso do tempo livre:

70% em prazer, porque a educação dos meus pais, diferente da maioria que tem o mesmo poder aquisitivo que eu, nunca me deu dinheiro para que pudesse sair prum barzinho, levar a namorada para qualquer lugar. E então eu gasto o que eu ganho pra prazer. Agora, em contrapartida, eu tenho total acesso à educação, até mesmo superior... moro bem, como bem, vivo muito bem. Só que nesse lado de prazer, de saídas, é o dinheiro que eu produzo que eu gasto (Hermes, sobre como aplica a remuneração que recebe do estágio somada à mesada que ganha do avô);

Eu tô guardando porque vou comprar um carro para mim (Posídon, sobre o que recebe do trabalho);

Eu compro suplemento alimentar e uso pra sair com as meninas (Dioniso, sobre o que recebe do estágio);

Eu não como carne e então não gasto, assim, com McDonald's, mas, assim, eu gosto de comer um pão com não sei o quê, tomar um suco, ou senão um açaí, comer um caranguejo, uma comida japonesa. Mas também gasto comprando uma bolinha de malabarismo que às vezes precisa, senão consertando uma coisa da bicicleta, compro uma camisa da capoeira, fazendo algumas coisas assim (Eros);

Já trabalhei em 2006, mas parei porque tava comprometendo os estudos. Eu comecei porque quis e parei porque quis (Eros);

Para nós, trata-se de um contexto que, somado aos conteúdos que emanam naturalmente da juventude, como o plus energético, a força vital, a baixa probabilidade de adoecimento e morte natural, uma vez que *O lado bom de você ser jovem é que você tem muita saúde* (Dioniso), imprime aos jovens, plenamente inscritos nessa situação, uma sensação de invulnerabilidade potencializadora da exposição temerária aos riscos e a novos desafios. É o que confirmam os jovens entrevistados:

Porque eu vivi um mundo que é complicado, é um mundo muito traiçoeiro, que a gente presencia muita maldade, que a gente vê muitas coisas, faz muitas coisas que a gente nem imagina [...] (Apolo);

Já fui bastante encrenqueiro, entende? Hoje em dia eu sou mais calmo. Mas já fiz algumas coisas sim. Já briguei na escola, já discuti muito (Dioniso);

Eu não posso falar que eu fui um jovem santo, que eu fui isso. Eu aprontei muito também, sempre fui bastante atentado... (Hefesto);

Éolo, no caminho de casa, quando não estávamos gravando nossa entrevista, relatou-nos, com constrangimento, que dirigiu o carro do pai sem o seu consentimento algumas vezes e que, numa dessas ocasiões, envolveu-se em um grave acidente de trânsito, por excesso de velocidade, que quase tirou a vida do amigo que estava no banco do carona.

A conduta de risco adotada pelo jovem é comumente associada à instabilidade da fase em busca de um sentido para a própria vida, um processo de experimentação, legitimado especialmente aos jovens de classes favorecidas, que oportuniza a construção e a afirmação da identidade. Os depoimentos que seguem ilustram bem o que tratamos:

[...] essa emotividade impulsional que o jovem tem. O jovem acaba reagindo por intuição, sem medir muito as conseqüências (Hermes), pois a juventude [...] é um período de tempo que você tem, assim, pra descobrir coisas na vida, passar por experiências, diversos acontecimentos [...] é aquele momento que você começa a ter certeza, a perceber o que você acha, a construir a sua personalidade, a sua pessoa, as suas concepções (Eros).

A discussão do **sentido do risco** capitaneado pelo jovem obriga, ao nosso ver, não só a sua remissão às imagens e símbolos sobre a juventude impregnados no imaginário social, mas também à sua colocação na perspectiva de uma modalidade de resposta aos novos desafios que a moderna sociedade de risco comporta, sempre lembrando que ele é repartido e enfrentado de forma desigual, a depender dos recursos que a condição de classe disponibiliza (PERALVA, 2000). Além disso, em tempos de reestruturação produtiva, de novas gestões no mundo do trabalho e de exortação ao individualismo competitivo, o risco, a impulsividade, a audácia

compõem um rol de qualidades humanas desejáveis que, na sua falta, convém o seu engendramento.

De outro lado a estigmatização da juventude como fase da irresponsabilidade, da busca inconstante do prazer a qualquer preço inspira as desconfianças e temores tão comuns da sociedade, favorecendo a desqualificação da juventude. No interior desse mecanismo social, ao ser patologizada, a juventude perde prestígio e credibilidade, sendo apartada das instâncias sociais decisórias, pois apenas a maturidade do adulto é legitimada para exercer o poder político na família e na sociedade (QUAPPER, 2001).

Naturalizadas socialmente tais representações são introjetadas pelo próprio jovem que assume não só a sua incompetência, durante a fase turbulenta, para tomar decisões importantes, como reconhece a necessidade de superá-la para iniciar-se nas sérias tarefas futuras:

*Tem muito amigo meu que são um pouco mais velhos e eles até brincam comigo falando que eu sou um **novo velho**, por eu já ter passado... sabe, ter entrado nas drogas muito cedo, ter passado... depois eu tive aquele problema, cometi o delito, acabei numa instituição, fiquei lá alguns dias, depois fui para a internação e quando eu saí de lá **eu realmente vim conhecer a sociedade, vim começar a estudar, a tentar ver e tentar viver dentro da sociedade** (Apolo).*

A idéia predominante de que a juventude é fase estanque *que passa e depois já era* (Posídon), justificando, portanto, os excessos, o gozo intenso, a vivência exploratória, não pode deixar de ser remetida à noção comumente difundida e alimentada pelas instituições sociais que, ao ressaltar a turbulência e a instabilidade como sendo tipicamente juvenis, desqualifica-as na comparação com o equilíbrio e a estabilidade do adulto, discursos que, ao serem verbalizados pelos jovens, confirmam a sua internalização.

Nesse sentido, ao apelarem para a necessária *racionalidade*; para um *curtir da melhor maneira*; para a crítica à *rebeldia*, esta apontada como um aspecto negativo da juventude e para o reconhecimento de que no fundo, **na verdade, você (o**

jovem) não sabe de nada (Hefesto), os próprios jovens promovem o seu desmerecimento, reforçando a superioridade adulta.

Embora os desafios impostos pelas condições contemporâneas, marcadas pela insegurança e aleatoriedade lancem sérias dúvidas à alardeada estabilidade da ordem social adulta, esta ainda é idealizada e perseguida, restando à juventude preparar-se pedagogicamente para nela se inserir adequadamente: *Explorar o mundo, adquirir conhecimento, descobrir as coisas. Acho que é isso. Tá aprendendo tudo, tá absorvendo informações pra se preparar pro futuro, né?* (Dioniso).

Embora as denominações **adolescência** e **juventude** tenham sido usadas concomitantemente num mesmo contexto, como quando questionamos a Éolo sobre sua concepção de juventude, contestando-nos: *Ah! Sei lá. Adolescência...* e, de um modo geral, de forma aleatória, demonstrando, conforme verificou Menandro (2004), que não há consenso na definição dos termos, normalmente sendo empregados como sinônimos, as identificadas referências à fase da vida despreocupada, irresponsável, inconseqüente, turbulenta e livre de compromissos, geralmente referidas em tempos verbais passados, quando não admitida expressamente a sua superação: *Pô, eu passei dessa fase* (Hefesto), permitem-nos inferir que permanece no imaginário dos jovens entrevistados a idéia naturalizada de adolescência, assentada no enfoque biopsicológico e alheia às condições históricas e sociais, como também terminam por imputar à juventude uma conotação de início do amadurecimento e prontidão para as sérias exigências da vida.

Os conteúdos colhidos permitem-nos antever que a idéia de juventude, enquanto estágio preparatório para a vida adulta, mostra-se tanto mais assimilada quanto maior a idade do jovem, enfatizada pelo marco da maioridade civil. Esta, a despeito da continuidade da dependência paterna e mesmo da possibilidade do seu alargamento imposto pelo prolongamento dos estudos para além da formação universitária, representa um importante elemento para a obtenção de maior autonomia na família e gozo do afrouxamento de regras. Mesmo desprovido de uma correlata mudança concreta na vida do jovem o limite etário jurídico segue com forte peso simbólico demarcador do fim da fase adolescente que, associado com o início da escolarização de nível superior; a inserção no estágio ou no trabalho; demanda e,

os jovens aqui entrevistados bem o exemplificaram, a incorporação de uma postura mais receptiva às exigências da vida adulta:

Meus pais sempre foram... estritamente rigorosos nesse quesito. Principalmente o meu pai, em relação a horário, aonde eu vou e com quem eu ando e tudo o mais. Mas a partir do momento que eu... comecei a trabalhar, fiz meus 18 anos... hoje posso falar que tenho a liberdade de ir e vir e permanecer até a hora que eu quiser e, obviamente, eles me ligam, só para saber como é que eu tô, sem... sem nenhuma ordem ou qualquer coisa que impeça a minha vontade (Hermes);

No caso lá em casa foi a partir dos 18 anos (o que ele próprio chamou de corte do cordão umbilical). Sabe, agora você já está na faculdade, sabe não tem mais.. dos 17 pros 18 anos, sabe? Eu vejo, por exemplo, lá em casa foi uma diferença grande porque eu fiz 18 anos, entrei na faculdade e aí meu pai falou: a partir de agora você vai estudar pro seu curso. Mesmo que você não faça esse curso, que não seja um profissional nessa área, que não seja um advogado, um delegado, um promotor; no caso você tá estudando, buscando uma profissão (Apolo).

A preparação para a assunção das exigências que o padrão adulto comporta é entendida pelos jovens, particularmente por aqueles que alcançaram a maioridade, como um inevitável, ainda que cada vez mais gradual, processo de rompimento do “cordão umbilical” que os liga aos pais. Embora sentido também como uma desvantagem, pelo vislumbramento da perda de uma proteção vantajosa e pelo renunciado enfrentamento das responsabilidades futuras, traz, também, a promessa da conquista da autonomia que é desejada, a despeito dos privilégios que notadamente desfrutam.

De forma que a submissão econômica em relação aos pais é não só apontada como um elemento negativo da juventude – *o lado ruim é que você depende de alguém* (Dioniso), como também manifestam o desejo de auto-provimento como forma de :

Primeiro lugar, remuneração. Segundo lugar, reconhecimento. E... responsabilidade. As minhas próprias coisas, com o que eu fiz. Sair da dependência (Hermes);

Pra ter o meu dinheiro, pra administrar o meu dinheiro, poder comprar as minhas coisas com o meu dinheiro, valorizar o meu dinheiro (Éolo);

[...] querer se auto-sustentar, querer realmente se tornar um homem, sair dessa adolescência, se tornar mesmo um homem com responsabilidade [...] (Apolo).

Família

A indicação da categoria família como apta a compor um eixo temático emergiu da ênfase que lhe foi atribuída nos depoimentos colhidos. Ao questionarmos os jovens entrevistados sobre “o que ou quem” exercia mais influência sobre eles, os resultados trouxeram com ênfase o poder da família em suas vidas:

Minha mãe (Hefesto);

Pelos meus pais, eu acredito. Pelos meus pais, porque eu tenho dois exemplos em casa muito fortes [...] então eu me espelho muito neles (Apolo);

Eu sou muito ligado a minha mãe... e sou muito ligado a amigos (Hermes);

Diretamente é difícil dizer, mas inconscientemente da família que desde sempre você vai enraizando as coisas da sua família e isso é muita influência na sua vida [...] (Eros);

Por mim mesmo. Até uns tempos atrás era mais os meus pais, mas hoje em dia é mais eu mesmo (Éolo);

Pela minha avó, pelo meu padrasto e por minha mãe [...] eu me inspiro mais neles três (Posídon);

A resposta de Dioniso, contudo, pareceu-nos destoante:

Eu não vou na água dos outros, não, entendeu? Eu vou na minha mente. O que eu achar que é certo, assim, eu faço [...] eu procuro ver o que vai agradar a Deus (Dioniso).

Todavia, de uma ou outra maneira, com mais ou menos ênfase, é a família que está no centro das respostas apresentadas. Mesmo Éolo, ao ressaltar sua autonomia, reporta-se ao lastro deixado pelos pais. Quanto a Dioniso, num discurso semelhante, deixa-nos antever que a remissão aos mandamentos divinos não deixa de ser uma remissão ao modelo construído pela família: *Eu nasci na Igreja e aí me afastei com quinze anos e aí voltei agora, esclarecendo-nos noutro momento: [...] minha mãe, ela ... a maior guerreira. Me espelho muito nela.*

Além disso a figura materna segue ocupando um espaço privilegiado de comunicação com os filhos, mostrando-nos que, a despeito das transformações modernas nas quais se insere a família, traduzidas por uma maior equiparação dos papéis desempenhados por ambos os pólos parentais, gerada também pela entrada da mulher no mercado de trabalho, na prática permanece a diferenciação de papéis, sendo que os vínculos familiares mantêm traços tradicionais.

Por outro lado não podemos eludir a tendência à difusão dos laços com a família que é própria da juventude, na medida em que outras entidades sociais intensificam sua ação coadjuvante com a instituição primária. Além disso o questionamento da onisciência da família pelo jovem - este incorporando o papel do “outro necessário” nas palavras de Sarti (2004), em alusão ao seu importante papel contestador e crítico que obriga a família a sair de seu confinamento e abrir-se à alteridade – representa uma possibilidade de provocar rachaduras na estrutura conservadora da instituição familiar, que se coloca, ela própria, como representante dos interesses dominantes na sociedade.

A despeito desses elementos vislumbrados, predomina, nos conteúdos colhidos, a idéia da família como elemento de referência e o prestígio que nos demonstrou

gozar incita-nos à relativização da tese de crise da família na modernidade. Como nos esclarece Sarti (2004) "a família, inclusive para os adultos, continua detentora dessa função de dar sentido às relações entre os indivíduos e servir de espaço de elaboração das experiências vividas" (p.120), tornando-se ela própria "[...] um campo privilegiado para se pensar a relação entre o indivíduo e a sociedade, o subjetivo e o objetivo, o biológico e o social" (p.117).

Decerto, porém, que o padrão familiar por nós encontrado não corresponde, em nenhum dos casos, ao modelo tradicional de família, onde a figura paterna ou mesmo ambos os pólos parentais exerçam uma autoridade rígida, restando aos filhos a obediência submissa. O que encontramos foram papéis flexibilizados e uma disponibilidade à discussão e negociação de regras internas:

Os meus pais têm muita confiança em mim. E eu tenho uma conversa muito aberta com eles. É... já falei com eles que eu tenho amigos... próximos que fazem uso e eu não tenho problema nenhum com isso. Eu tenho até uma concepção meio liberal, em relação às drogas. Mas... é óbvio, como qualquer pai, eles têm esse temor da droga invadir o domicílio. Mas, hoje em dia é uma questão até... muito bem trabalhada, muito bem conversada aqui dentro de casa (Hermes);

[...] mas era sempre legal, conversado. Olha, vou dormir na casa de de L. (namorada). Isso mais para agora... mas antigamente também. Eu sempre tive uma liberdade grande com isso, mas também sempre respeitei o que a gente combinava (Eros);

Tudo. Tudo melhorou. Os relacionamentos com os pais. Antes dizem que qualquer coisa que fazia apanhava. A escola era o maior rígido. Tudo eu acho que melhorou (Éolo);

Na minha casa, meu pai e minha mãe, sempre conversaram muito isso [...] sobre droga, sobre álcool, sobre sexo, sobre tudo (Hefesto);

Porque o jovem de hoje tá tendo muita liberdade. Antigamente não tinha isso não, pelo que eu ouço falar de antigamente. Antigamente o jovem tinha que casar...

a pessoa casava novo e os pais que arranjavam o casamento. Hoje em dia as pessoas casam com quem quer, fica na rua, às vezes. Tem mais liberdade [...] (Posídon).

Mais do que uma instituição em crise, percebemos o padrão tradicional em crise (ABAD, 2003) suplantado por um novo desenho onde figuram a requalificação das funções parentais, o afrouxamento da antiga rigidez da autoridade materno-paterna e pela recolocação de novos parâmetros de negociação de regras e limites, mantendo-se a influência e o poder simbólico da família.

Capitaneando as referências mais importantes dos jovens entrevistados, a família não teve jamais a sua competência deslegitimizada, mesmo não tendo conseguido evitar que um de seus formandos se envolvesse com o cometimento de um ato infracional. Como aponta Dioniso, *desestruturadas* são as outras famílias, aquelas que produzem jovens autores de violência nas classes favorecidas que *não põem limite nos filhos* (Dioniso), enfaticamente culpabilizadas por quatro dos jovens entrevistados.

Ao serem questionados sobre a forma de enfrentamento de cada uma de suas próprias família em relação às regras sociais e à colocação de limites, os jovens ressaltaram o zelo materno-paterno e a cobrança contundente dos acordos previamente demarcados:

Meus pais sempre foram... estritamente rigorosos nesse quesito. Principalmente o meu pai, em relação a horário, aonde eu vou e com quem eu ando e tudo o mais [...] (Hermes);

Caso eu errasse de novo eu já errava sabendo que ia perder o que eles ofereciam em troca (Éolo);

E, no meu caso, eu tive esse argumento: ó, acabou! Não tem mais. Não te dou um real. Você não tem chave de casa, tem hora pra chegar e pra sair, se você quiser ficar aqui. Se não quiser a porta tá aberta prá você (Apolo);

Sempre respeitei ela, tipo... às vezes bati de frente, claro, porque ela sempre botou regras, limites. Não é assim que se fala, tem hora pra chegar. Às vezes eu queria chegar mais tarde, mas ela sempre ... não pode! (Dioniso).

As falas supracitadas mostram que, de fato, as famílias em questão não se furtam do exercício da autoridade e do esforço de interditar os comportamentos de seus filhos considerados inadequados. Permitem-nos, por outro lado, depreender que as famílias gozam da aprovação dos filhos, em reconhecimento ao que julgam ser o correto papel parental, desempenhado adequadamente por seus pais. Por último levam-nos a inferir que os jovens apreciam porque necessitam do amparo familiar, da referência da autoridade adulta.

O referendo dos jovens à conduta parental deve, porém, ser contextualizado, pois, pelo que interpretamos, nem sempre foi assim em suas vidas:

Não achava que eu tinha de tratar bem as pessoas do meu meio, que conviviam comigo. Eu achava que a sociedade era careta [...] mamãe até ... às vezes fala que eu tinha o rei na minha barriga (Apolo).

Para nós, a valorização da família passa não só pelo *amadurecimento* que reportam, mas principalmente pela confirmação de seu papel protetor quando dele precisaram. É a imagem (nesse caso, positiva) da família, filtrada pela singularidade da situação vivida (SARTI, 2004).

[...] eles (os pais) me deram todo o apoio possível, nunca me negaram (Apolo);

[...] se eu não tivesse a estrutura que eu tive, familiar, de educação, e meu ... desde meu avô, da minha avó, aos meus irmãos, numa família bem unida, uma família sempre ... um ajudando o outro, não sei se conseguiria passar por tudo que passei (Hefesto).

Também importa considerar que a condescendência familiar e social ofertada aos autores de violência das classes favorecidas, ancorada na idéia de que se tratam de

pequenas “transgressões” que até favorecem o amadurecimento⁵, somada à confiança dos jovens na resistente tessitura da rede de proteção que lhe é estendida, podem operar como fatores não só auxiliares à superação, como também facilitadores dessas mesmas condutas. As falas abaixo de nossos entrevistados ensejaram tal inferência:

Um dia antes de ser preso minha mãe conversou comigo: meu filho, você tá precisando de alguma coisa? O que que tá acontecendo? Seu pai tá pensando em te mandar pra fora do estado, prum colégio interno, ou pra uma instituição. Ele tá pensando em te internar (Apolo);

No meu caso, na época eu era muito novo, devia tá com uns 16 anos... e pô! no outro dia, já capa de jornal, televisão, essas coisas. Prá mim foi um baque e, graças a Deus, minha família tava do meu lado. Tempo inteiro falando pra mim o que eu tinha que fazer, pra eu ficar calmo, que eu tinha feito um a coisa errada mesmo, mas... a gente dava um jeito (Hefesto).

Retomando, porém, o prestígio junto aos filhos que as famílias em questão demonstram gozar, observamos que seus desenhos aproximam-se muito mais do padrão nuclear burguês (ROSA; RIBEIRO JÚNIOR; RANGEL, 2007) do que das configurações inscritas na modernidade pela incorporação dos novos arranjos familiares. Esse e outros elementos acima referidos oferecem razão aos jovens entrevistados em atribuir às suas próprias famílias a insígnia *estruturada*. Contudo cabe-nos questionar-lhes a imputação de culpa às famílias alheias, pois se atribuem à desorganização intra-familiar a responsabilidade pelos comportamentos violentos de seus filhos, como explicariam suas próprias condutas outrora infratoras? Em outros termos, se famílias *desestruturadas* produzem jovens autores de violência, qual seria a explicação para as condutas infratoras que nossos jovens adotaram se pertencem todos a famílias *estruturadas*?

⁵ Ao abordarmos as famílias para as consultarmos sobre a possibilidade de seus filhos nos concederem as entrevistas testemunhamos alguns argumentos enfatizadores do evento meramente episódico em que envolveram-se seus filhos, sugerindo que, por isso, não merecia ser tratado com a ênfase empregada)

Ora, no mínimo resulta insuficiente a mera correlação entre as características da dinâmica familiar e o desencadeamento de comportamentos juvenis desaprovados socialmente. Torna-se, pois, obrigatória a remissão dialética a outros elementos, inscrevendo-se aí as mudanças societárias contemporâneas de ordem política, econômica e cultural, colaborando na fundação do individualismo e no esvaziamento da alteridade e que também repercutem nas famílias.

Concomitante à **função protetora**, de consistente retaguarda e apoio que as famílias dos jovens entrevistados aportam, juntam-se a legitimada **função regulatória** e, ainda, a **função provedora**, como nos confirmam as falas abaixo:

[...] eu tenho total acesso à educação, até mesmo superior ... moro bem, como bem, vivo muito bem (Hermes);

[...] no caso, hoje, se meus pais falecessem ... realmente Deus me livre! Não é uma coisa que eu pense, mas se hoje meus pais falecessem eu ia passar uma grande dificuldade, porque eu nunca trabalhei [...] porque hoje meus pais têm uma condição financeira boa, eles me dão estudo, eu tenho uma liberdade, eu faço algumas coisas, eu não vivo exatamente como a sociedade vive por ser da classe média, assim, eu acho que eu vivo bem fora da realidade (Apolo).

Somando-se às três anteriores identificadas funções da família nas falas dos jovens entrevistados emerge uma quarta que se refere à **função formadora**, delineada na perspectiva da preparação de seus filhos para a assunção competente das exigências adultas, o que contempla não só a submissão e o enquadramento aos valores ideológicos dominantes, mas também a qualificação que lhes permita manter ou superar sua já condição privilegiada no interior do modo de produção vigente, contexto em que a formação escolar ganha ênfase por excelência:

[...] são coisas que eles não abrem mão. Educação eles gastam... sem nenhum problema comigo. O que eles deixam de gastar comigo em qualquer diversão, em qualquer luxo, em qualquer artifício assim, que não tem necessidade, eles gastam muito bem em estudos, sem nenhum problema (Hermes);

[...] no caso aí é uma discussão que sempre venho tendo com o meu pai, um diálogo assim que ele fala: meu filho enquanto eu for vivo e tiver condições eu banco seu estudo e você se formou eu pago a sua pós e eu pago o seu cursinho para você estudar três, quatro anos para você chegar a ser delegado federal" (Apolo).

Segundo Rosa; Ribeiro Júnior e Rangel (2007), as mudanças ocorridas na família , sob o enfoque individualizante que predomina na sociedade moderna, imprime-lhe uma cobrança exacerbada do papel formador do indivíduo adulto que não só enfatiza e onera a responsabilização da instituição familiar, como promove a distinção entre as esferas pública e privada. Frente, ainda, à redução do público, é no interior de família que o jovem encontra as possibilidades de concretização de seus planos para a vida e para o futuro.

De forma que se a família apresenta-se como um cenário articulador de distintas variáveis que terminam por definir a condição de jovem na sociedade (MARGULIS; URRESTI, 2000), as famílias dos jovens entrevistados, na confluência de seus quatro papéis (protetor; regulador; provedor e formador), demonstram-nos que a disponibilidade de recursos, definida pela condição de classe, desempenha papel fundamental na construção das trajetórias de vida dos jovens e nos resultados alcançados. Nesse sentido, se não lograram evitar a conduta infratora de seus filhos, reúnem as chances de evitar a sua continuidade, pois o privilegiado exercício eficiente de seus papéis oferece aos seus jovens outras e legitimadas oportunidades promissoras de adquirirem visibilidade.

Estudo, Trabalho e Projeto Para O Futuro

O contexto de extensão do emprego que a sociedade moderna pós-industrial provocou, irrompendo-se aí um sem número de novas atividades de natureza não-manual, alojadas no interior das grandes organizações econômicas privadas ou mesmo acopladas ao aparelho de Estado, constitui o próprio movimento de florescimento da classe média (PERALVA,1985).

De acordo com Wright Mills,

Na sociedade moderna, as ocupações são tanto funções específicas dentro de uma divisão social de trabalho como **qualificações** vendidas em troca de salário num mercado de trabalho. A atual divisão do trabalho implica uma **especialização de competências**, até então desconhecida [...] (WRIGHT MILLS, 1969, p. 85, grifo nosso).

O que, segundo Peralva (1985) definirá um novo padrão hierárquico na sociedade, agora definido pela meritocracia. É a competência que define o sucesso e, “merecidamente”, que vença o mais aplicado pois as oportunidades “são iguais para todos”. Vejamos se não é disso que trata a fala abaixo:

[...] quem faz o certo dá certo e é uma frase bem simples, mas que eu acho que é legal porque quem estuda quem corre atrás...tem outros chavões, pô, quem madruga Deus ajuda, sabe essas coisas? Realmente é interessante. Eu conheço vários casos de pessoas que acordavam cedo, tinham filhos, deixavam os filhos com uma pessoa e tal e passados quinze anos você vê a vida da pessoa. A pessoa realmente batalhou, cresceu, estudou. Eu vejo que o estudo abre muitas portas. Eu acho que depende muito da pessoa (Apolo).

Essa é uma discussão que envolve a crença na salvação individual como resultado do próprio esforço, discurso tão caro à ideologia neoliberal, que reforça o voluntarismo, a meritocracia e a naturalização da oposição entre vencedores e fracassados, presente majoritariamente nos discursos colhidos no trabalho empírico e que são muito bem representados pela fala de Apolo.

As expectativas individuais confluem no sentido do desejo de realização daquele que nos parece ser uma marca essencial da classe em que se inserem: a manutenção da condição vantajosa em que se encontram, ou a sua ascensão pela via da mobilidade social, que acreditam viabilizar-se através da colocação privilegiada no mercado de trabalho.

O **estudo**, a qualificação, portanto, constituem o passaporte para a materialização desse objetivo. Para a classe média o investimento na escolarização é recurso fundamental para prover seus filhos de habilidades que lhes permitirá concorrer com mais vantagens no mercado de trabalho e disputar os mais bem remunerados e valorizados empregos. As falas abaixo já antes citadas são, particularmente,

reveladoras dessa realidade, expressando a prioridade que a "educação" representa no interior da classe média que dirige a ela, sem concessões, a maior parte de sua renda e recursos:

[...] são coisas que eles não abrem mão. Educação eles gastam... sem nenhum problema comigo. O que eles deixam de gastar comigo em qualquer diversão, em qualquer luxo, em qualquer artifício assim, que não tem necessidade, eles gastam muito bem em estudos, sem nenhum problema (Hermes);

[...] no caso aí é uma discussão que sempre venho tendo com o meu pai, um diálogo assim que ele fala: meu filho enquanto eu for vivo e tiver condições eu banco seu estudo e você se formou eu pago a sua pós e eu pago o seu cursinho para você estudar três, quatro anos para você chegar a ser delegado federal (Apolo);

E, desafiada pelas novas exigências e obstáculos próprios da contemporaneidade, incrementa seus investimentos e redobra seus esforços em qualificações cada vez mais prolongadas para além dos cursos universitários:

Há uns dez anos quem tinha mestrado era... uma pessoa intelectual, uma pessoa que era vista com muito bons olhos... hoje quem não tem uma pós já tá fora do mercado, ensina-nos Apolo.

[...] eu penso em me formar e partir pra qualquer tipo de pós, fazer cursos, dentro do..., cursos de especialização dentro do curso de Direito, como, por exemplo, no meio do ano que vem eu tô pretendendo viajar pro Sul, fazer cursos de Direito Jurídico... coisas do tipo e... após... abrir o escritório" (Hermes).

Eu vou querer advogar [...] na área do direito, que o Direito abre um leque muito grande. Então, se tiver mal mesmo na área de advogar [...] você tem a possibilidade de se internar num cursinho, ficar três anos estudando e passar num concurso. [...] concurso na área federal mesmo. Não sei ainda, ou policial federal ou juiz federal (Hefesto).

A profissionalização apresenta-se bastante associada às possibilidades do mercado de trabalho e às profissões que conjuntamente comportam maior prestígio, mantendo-se subordinada a intenção de busca e aquisição pura de conhecimentos. Da mesma forma o êxito profissional ganha prioridade na relação com a satisfação pessoal.

Pudemos depreender dos conteúdos colhidos que o estudo, então, comporta múltiplas funções para os jovens entrevistados, unificadas todas em torno de uma concepção instrumental, enquanto meio para a concretização de interesses majoritariamente econômicos e particulares. Primeiramente porque é sinônimo de inserção vantajosa no mercado de trabalho, colocando-se, desta forma, como um empreendimento de preparação para o futuro, de garantia irrefutável de um futuro materialmente promissor:

É um meio pra mim aprender as coisas e pra mim arrumar um emprego melhor[...] (Posídon);

Estudo é a base de tudo né? Conhecimento. Você tem que adquirir conhecimento e só se adquire conhecimento estudando e tem que ser alguém na vida, né? Tem que ter uma profissão com diploma, né? Se com diploma tá difícil arrumar emprego conceituado, ainda mais sem esse conhecimento que se adquire estudando (Dioniso);

O básico da vida, né? Você tem que ter isso pra trabalhar (Éolo);.

É a base... pra educação... pra esse futuro que se almeja, tanto economicamente [...] (Hermes);

[...] estudo é o que vai fazer de você...no futuro (Hefesto).

A ênfase meritocrática que dá sentido ao estudo salta dos conteúdos colhidos sem esforço, vez que o estudo é entendido como substituto do talento, este um bem nato. Para os desprovidos de algum talento natural o estudo, um bem conquistado pelos

mais aplicados, é a única via para o sucesso que resta, ressaltando-nos, ainda, o viés preponderantemente utilitarista que permeia a sua concepção:

Todo o mundo nesse país tem que trabalhar, estudar, a não ser que seja um esportista, um sortudo na vida, um entre um milhão que estão aí (Éolo);

No caso lá em casa meu pai [...] sempre falou que o estudo é fundamental e ele usa um exemplo assim, que eu não vou dizer que é um dos melhores, mas é o que ele sempre utilizou. No caso de pessoas que têm um dom: Ronaldinho joga bola. Eu posso treinar a vida inteira que eu nunca vou jogar bola que nem ele e ele ganha milhões de reais. Então as pessoas têm um dom. Paulinho da Viola toca e ninguém faz igual. Eu posso passar a vida inteira e não vou conseguir fazer igual a ele. Tem pessoas que têm dom pro comércio, vender, comprar e a pessoa que não tem nenhum desses dons no caso, tem que estudar. Não existe outra opção. Então, como eu não tenho dom pro comércio, nem pra música, pro violão, eu tenho que estudar, sabe, eu acho que não tem outro caminho (Apolo).

Para os jovens entrevistados o estudo é, ainda, o elemento que imprime valor à pessoa na sociedade, que definirá o seu lugar social: *Estudo é tudo, hoje em dia, você sem estudo não é nada* (Hefesto). Ser nada parece-nos significar perder sua condição de classe favorecida, ocupar o outro lado onde se amontoam os fracassados que desdenharam da importância do estudo.

Contudo o estudo não é só mercadoria, que viabiliza vantagens econômicas maiores, ele também

[...] é importante pra você desenvolver os seus conhecimentos, mas eu acho que o importante, o essencial é você adquirir o conhecimento que você acha que vai ser importante pra você, tipo, no caso eu gosto da área ambiental, eu quero fazer biologia porque eu quero adquirir conhecimentos nessa área de ecologia, de botânica (Eros);

[...] abre a cabeça. Tem uma frase até que eu vi esses dias de Paulo Freire que diz: o pensamento liberta e é bonito isso” (Apolo). Embora a perspectiva freiriana, de transformação da realidade social, envolva um projeto coletivo,

passando, pois, bem ao largo das expectativas apresentadas, na medida em que centram-se, integralmente, em interesses e projetos particulares e individualizantes.

Na medida em que a concepção do estudo mostra-se aqui aprisionada pela dimensão meritocrática, compondo um projeto que ganha significado concreto para a classe média, o papel da escola mantém esse mesmo sentido, desenvolvendo-se como um espaço de reprodução dos valores e interesses dessa classe (PERALVA,1985). Moldada para produzir as novas competências e qualificações, a escola passa a incorporar um papel institucional fundamental de “seleção social” que nossos jovens mostram ter naturalmente assimilado. Vejamos o que nos dizem sobre o que pensam ser o papel da escola:

Produzir o aluno pro trabalho, ué! (Éolo);

[...] tem esse papel fundamental na vida da criança, na vida do adolescente, do jovem, de tá mostrando pra ele o futuro, que tem que estudar, tentando, no caso, mostrar ali dentro alguma matéria que ele goste, que ele se enquadre, algum curso pra ele ser um profissional na vida [...] (Apolo).

Por outro lado, num segundo momento, todos eles, ao recolocarmos a questão sobre o que julgam ser o papel ideal, a missão da escola, demonstram ressentir-se da ausência de um atributo institucional que submeta a mera escolarização à educação para a vida, esta mais ligada à formação ampla da pessoa. Embora uma conotação de pessoa que se mantém restrita ao enfoque individual e familiar, já que nenhum depoimento apontou uma reflexão ampliada para além da esfera privada.

A escola, portanto, não aparece como um espaço que propicia a convivência comunitária; a construção de um sentimento coletivo que, na perspectiva da efetiva cidadania, abriga a todos sob um mesmo status fortalecedor da esfera pública, prevalecendo, ao contrário, sua dimensão disciplinadora em torno dos interesses dominantes:

[...] a escola é nossa segunda casa, né? Acho que a escola tinha que educar muito melhor do que educa hoje em dia. Acho que tinha que...dar mais palestras,

incentivar, passar as coisas boas [...] a realidade, correr atrás mesmo...como se fosse família mesmo, cobrar as coisas [...] (Hefesto);

Educação é importantíssima, e ocupação. Ocupação mental. Eu acho que faz o jovem, no caso, se ocupar e não tender a... a não fazer muita besteira (Hermes);

[...] ajudar, assim, a criar o caráter da pessoa, ser um exemplo, um modelo (Dioniso);

Função pras pessoas não ficar nas drogas, se cuidar mais. É bom também que a escola ensina como lidar mais com a família (Posídon).

Nesse contexto, em que o estudo e a escola possuem uma conotação prevalentemente empírica, de preparação para a inserção privilegiada no mercado de trabalho, o significado do **trabalho** mantém um sentido correlato, vez que é colocado sob o mesmo imperativo: a instrumentalidade racional e mercadológica próprias da reprodução capitalista. Vejamos se não é isso que nos dizem os jovens entrevistados sobre seu entendimento acerca do trabalho:

Correria, né? Ganhar dinheiro, ter as minhas coisas, conquistar as minhas coisas, parar de depender da mãe, independência , no caso (Dioniso);

Dinheiro, pô, sem dinheiro a gente não vive (Éolo);

Primeiro lugar remuneração. Segundo lugar reconhecimento. E...responsabilidade. As minhas próprias coisas, com o que eu fiz. Sair da dependência um pouco (Hermes).

O trabalho como sinônimo ou investidor de responsabilidade, aparece em duas outras falas, na perspectiva legitimada e moralizante, própria da ética obreira da ideologia capitalista. Assim, a idéia preponderante expõe o esvaziamento da substância do trabalho, processo de produção e reprodução da humanização e, por conseqüência, de realização do ser social (ANTUNES, 1995).

Na medida em que se dissolvem os aspectos intrínsecos do trabalho, desaparecendo sua finalidade básica de realização humana *no e pelo* trabalho, substituída principalmente pelos resultados econômicos que poderá gerar, o trabalho torna-se *estranhado* na formulação de Antunes (1995). Ao desvincular-se de nós, o trabalho, desvinculamo-nos de nós mesmos, do outro e do mundo, repercutindo na forma desconectada das “relações” sociais.

Nesse contexto, o valor de uso que o trabalho gera é indiferente ao seu produtor, apenas o seu valor de troca, enquanto mera mercadoria que servirá a outrem, importa. Assim, é a relação entre os produtos do trabalho que configura o sentido da relação entre os produtores, de forma que “A relação social estabelecida entre os homens adquire a forma de uma relação entre coisas” (ANTUNES, 1995, p.127), perseguidas cegamente no contexto capitalista de forjamento permanente de novas necessidades, que se transformam em urgências e condição para se alcançar uma felicidade sempre efêmera, até que o próximo desejado objeto de consumo apareça.

Um de nossos entrevistados, no entanto, esforça-se para preservar alguma imunidade frente a tal lógica, enfatizando seu desinteresse consumista e perspectivas para a própria vida que se diferenciam das demais relatadas:

Trabalho acho que é tudo que você faça pra adquirir outra coisa, assim, não necessariamente o dinheiro, mas assim, por exemplo, você vai trabalhar numa horta pra adquirir o seu alimento, vai trabalhar na confecção de uma blusa pra depois se agasalhar no frio [...] acho que o trabalho é isso, é importante pra vida.[...] Eu quero trabalhar assim...ter um lugar, construir minha casa pra, tipo, plantar meu alimento, cuidar da minha casa, do meu lugar e tal. Trabalhar mais assim, plantar flor, trabalhar com criança, tipo com arte, biologia, viver assim [...] (Eros).

O trabalho é então significado como produção da vida material e meio de satisfação das necessidades humanas, afastando-se da concepção alienante hegemônica. Esta nos faz reportar à fala de Posídon, vez que, para ele, o trabalho não só é meio de *ganhar dinheiro* para o provimento da vida atual, é também para *guardar pro futuro*, nosso próximo assunto.

A capacidade, ou melhor a possibilidade, de **projetar-se em relação ao futuro** constitui uma característica atinente à quase unanimidade dos jovens entrevistados, como uma marca própria da classe média, do seu universo cultural e simbólico, particularmente alimentado, no que se refere à realidade brasileira, pelo contexto fértil do projeto nacional-desenvolvimentista que o país experimentou entre as décadas de 50 e 70 (PERALVA, 1985).

Das promessas modernizadoras e de ampliação do consumo que essa nova política econômica ofertou às elites do país, a classe média favoreceu-se contundentemente, tendo, inclusive, uma escola voltada quase integralmente à sua reprodução. Nesse contexto a concepção de escolarização como concretização de suas aspirações de mobilidade social ganha sentido e concretude, permanecendo com ênfase no imaginário das famílias.

Trata-se, pois, de um projeto de classe que os pais mantêm e que ainda faz sentido para os filhos. Talvez por isso seja tão angustiante e até constrangedora para Éolo a ausência de projeto: *Não (tenho projeto para o futuro). Isso aí é o meu maior problema.* Para os demais, no entanto, planos para o futuro não faltam:

Eu vou querer advogar [...] juiz federal [...] é isso aí que eu quero, é a minha meta. Desde quando comecei a fazer Direito falei: ainda vou ser juiz federal (Hefesto);

[...] eu gosto muito do comércio, eu gosto muito do mercado de ações. É algo que... eu trabalharia futuramente, vinculado à advocacia (Hermes);

Eu quero terminar meu segundo ano, fazer um curso técnico, fazer uma faculdade e depois, se tiver um dinheirinho guardado, montar alguma coisa pra mim, igual a uma lan house, alguma coisa assim, e continuar trabalhando (Posídon);

Na verdade se você me perguntar eu tenho um sonho. O sonho que eu tenho é para se realizar daqui a dez anos . Porque daqui a dez anos? Porque é a expectativa que eu tenho. Eu tô com vinte anos, vou formar com 23, então tenho vontade de até os 30 ser delegado federal (Apolo).

E apenas um dos jovens entrevistados destoa do grupo ao elaborar um projeto de vida alternativo às expectativas predominantes de obtenção de vantagens econômicas. Embora alimentado pela voga conservacionista, associada à questão ambiental e restrito à esfera privada, não deixa de representar uma deslegitimação dos valores vigentes e a promessa intrínseca de sua negação transformadora.

[...] Eu penso que eu vou querer viver numa ecovila, ou uma coisa parecida, de repente só eu em vez de... porque viver em comunidade eu acho que é a coisa é mais difícil que tem. ééé... lance de conviver em comunidade. Mas mesmo que for só, gostaria de viver numa casa que eu, pudesse exercer meus trabalhos, derepente, artísticos, de biologia, de reunir todo mundo, a família também, os amigos. Esse é um projeto que eu tenho prá minha vida (Eros).

Das falas correspondentes ao projeto que formulam para o futuro, depreendemos, ainda, que, a despeito das metamorfoses atuais que modificam a gestão do trabalho, imprimindo-lhe caráter flexível e precário, onde a permanência e a durabilidade obsoletizaram-se, o ideal de um trabalho seguro e estável permanece:

Sei lá porque não tem (o vínculo empregatício) tanta responsabilidade como no comércio. Tem responsabilidade mas é mais fácil porque o comércio você tem que tirar seu lucro, mas não pode deixar faltar pro seu revendedor. Já no serviço, não, você trabalha e depois você tem o seu dinheiro todo mês (Posídon);

[...] é mais, assim, a disciplina e a responsabilidade. Se você chegar naquele horário, faz mais ou menos aquele trabalho, no final do dia encerra o seu expediente e no final do mês recebe o seu salário. É muito gratificante, né? (Apolo).

É nesse mesmo contexto que a estabilidade do concurso público, no interior da máquina estatal, foi uma possibilidade de trabalho futuro considerada por três dos entrevistados.

Na medida em que o modelo familiar exitoso permanece válido para os filhos que legitimam e reproduzem os valores e estratégias mais caros aos pais, assentados

na escolarização e profissionalização como garantia de ascensão social, as possibilidades de concretização dessas aspirações enfrentam sérias restrições, no interior de um processo de esgotamento das oportunidades. Uma realidade, vale dizer, à qual os jovens entrevistados não estão alheios. Dos sete pesquisados, cinco apontaram o trabalho, o medo do futuro, a concretização do projeto profissional como os problemas que mais os preocupam na atualidade, num claro evidenciamento de que apesar da importante retaguarda familiar, subjetiva e material, que os fazem sentir-se confiantes na possibilidade de trilharem o percurso escolhido, ela não se mostra suficiente para imprimir-lhes segurança na concretização do objetivo final.

Efetivamente o medo ronda. O que, nem por isso, produz em seus pensamentos a idéia de que essa incerteza latente possa corresponder a uma característica histórica, própria da época atual, já que prepondera nos conteúdos colhidos a idéia de que a vida que levam é, comparativamente, melhor do que aquela que tiveram os pais, comparecendo aí os avanços tecnológicos e as facilidades da vida moderna; os privilégios de uma vida materialmente melhor assegurada do que aquela relatada pelos pais; as relações familiares mais negociadas; ausência de compartilhamento de atribuições com conseqüente liberação para buscar seu próprio caminho; uma maior condescendência com a diversidade de pensamentos e estilos de vida; um sentimento de gozo de mais liberdade, enfim.

Ora, se não são os resultados empíricos corroborando o que Abad (2003) denomina de *desinstitucionalização da condição juvenil*. É nesse processo que uma nova condição juvenil se irrompe caracterizando-se "por uma forte autonomia individual e (especialmente no uso do tempo livre e do ócio), pela avidez em multiplicar experiências vitais, pela ausência de grandes responsabilidades de terceiros [...]" (ABAD, 2003, p. 25) que as gerações anteriores experimentaram basicamente como uma etapa em que *as melhores coisas da vida* precisavam ser adiadas e daí creditadas apenas ao mundo adulto, sobretudo nos aspectos econômico e sexual.

De outra parte, o processo de *desinstitucionalização da juventude* evoca também os novos desafios que a ressignificação da moratória implica na atualidade também para os seus mais autênticos portadores (ABAD, 2006), pois, mesmo desfrutando

dos privilégios ligados à possibilidade de postergar a assunção das exigências do mundo adulto, as incertezas que envolvem o futuro transformam a moratória em um tempo de espera sofrida.

Embora esses jovens, os jovens por nós entrevistados, disponham de estratégias diferenciadas para contornar as adversidades, o fantasma do desemprego os assombra e a possibilidade de não lograrem sequer a reprodução das condições que desfrutam na atualidade configura-se uma preocupação, mesmo porque, a despeito de gozarem da retaguarda paterna, foi unânime a manifestação do desejo quase angustiante, de *sair da dependência*:

No meu ponto de vista, o que mais me deixa preocupado nos assuntos, assim, são na questão de negócios futuros. O que a gente vai fazer, o que a gente pensa em fazer, vê um amigo montando uma coisa que dá certo, outro que tá montando outra coisa, num que não dá certo. Isso é uma preocupação que eu tenho... futura (Hermes);

Sabe, então isso começa a dar alguns medos. Ela formou (a prima), estagiou em vários lugares, passou na prova da Ordem de primeira e está desempregada, sabe? Será que eu vou estar desempregado amanhã? Sabe? Então são alguns tipos de preocupações que até dois anos atrás eu não tinha, não passava por minha cabeça e hoje elas já vêm fluindo. É lógico que não é uma coisa pra amanhã, sabe? Eu não tô desempregado, não vou passar fome. São questões diferentes, são pessoas de uma classe baixa, de uma classe média mas que têm mais dificuldades que a minha, mas são questões que começam a tá surgindo, sabe? Estágio, querer se auto-sustentar, querer realmente se tornar um homem (Apolo).

As falas acima mostram-nos que os jovens entrevistados não estão imunes às transformações no mundo do trabalho, onde o desemprego se inscreve como uma realidade também para eles, imprimindo insegurança à trajetória ascensional, viabilizada pela escolarização, no interior de um modelo de classe que tem sua validade questionada.

Violência

A discussão da violência, que se coloca como central na proposição do presente trabalho, busca, à luz dos conteúdos colhidos, e na complementaridade entre os temas, extrair as mediações presentes com vistas à compreensão de seu significado. Vejamos, então, como os jovens entrevistados definem a violência:

Tudo que agride ao outro, até um xingamento um tipo de violência (Dioniso);

Ah! a forma de as pessoas... por exemplo, a agressão, matar o outro, até a forma de xingar também. Tudo é violência. Briga de marido e mulher, um monte de coisa (Posídon);

A violência, eu acho assim, que é uma coisa ampla. Ela não é muito simples, caso a pessoa vai e dá um tiro no outro, a gente vê a pessoa bater, agredindo a outra. Eu acho que vem da violência de dentro, de tratar as pessoas mal (Apolo);

Violência pode ser de vários tipos, né? Tem violência que agride uma pessoa ou senão agride de diversas formas, no corpo mesmo, corporalmente ou mesmo mentalmente, afeta a mente da pessoa, ou de repente sexualmente. Tem vários tipos de violência, mas acho que a violência é uma coisa que você faça que esteja invadindo o espaço da outra de maneira ruim, que você esteja prejudicando uma pessoa, violentando, interferindo em alguma coisa (Eros);

A idéia predominante é a de que a violência é uma expressão que extrapola a ação física de uma pessoa contra outra, sendo também uma manifestação que pode provocar dano psicológico, mas que está aprisionada na esfera das relações interpessoais, abstraída completamente das condições econômicas, sociais e políticas em que se insere.

Da mesma forma, ao serem questionados acerca das causas que favorecem a ocorrência da violência as colocações pouco se ampliam para além do campo pessoal, numa análise que dissocia os atores do sistema e dissolve as grandes questões. (IANNI, 2003; WIEVIORKA, 1997) .

Ah! droga, tráfico, sei lá? Famílias desestruturadas. (Éolo);

Acho que o maior motivo de violência, hoje em dia, é por causa do álcool (Hefesto);

Falta de limite, tem família que não põe limite nos filhos (Dioniso);

Eu acho que principalmente falta de consciência, ou pela vida da pessoa, o que acontece, algum trauma, alguma coisa assim, que faça a pessoa ficar com comportamento mais agressivo ou de repente em alguns casos a necessidade, o cara se põe numa situação que tem que fazer isso para adquirir alguma coisa. Então ele faz, mas acho que o lance da consciência mesmo, a pessoa acaba desviando e acaba cometendo a violência (Eros);

É a má distribuição de renda. É a... falta de gestão pública, falta de ética. Pessoa que vê trocentos casos de corrupção... que rouba dinheiro de ... merenda, de criança... e olha para sua situação atual, vê a situação, seus filhos, num se incomoda nem um pouco de tirar, por exemplo, o dinheiro de um banco, por exemplo. Se tiver que matar algumas pessoas para que isso aconteça. Ou talvez não é o que ele quer, mas acaba acontecendo. Pela necessidade, pela raiva, pelo ódio que tá ali, à flor da pele (Hermes).

A reflexão de Hermes, ampliada, não é isolada. Embora particularmente sensível à flagrante injustiça social que grassa no país, os demais jovens entrevistados não se mostraram tampouco refratários ao tema da desigualdade social enquanto elemento, para eles, propiciador ao exercício da violência. Contudo, fazem-no na perspectiva acrítica, dissociada da economia política mundial e da própria estrutura das relações sociais, na qual estão inseridos. Além disso a referência à desigualdade social como forjadora da violência soa-nos mais como eco de explicações requentadas que contribuem para a construção associativa de violência com pobreza. Percebem o outro, conseguem comparar-se, mas não relacionar-se. Permanecem fechados. No fundo, não se colocam como se tivessem algo a ver com o outro. Vejamos se não é isso que nos falamos ao tratar dos principais responsáveis pela violência:

O governo...por cobrar tão pouco prá passar numa prova (referindo-se à baixa exigência de qualificação que leva à contratação de policiais despreparados). Por não dar mais estrutura, de ensino (Hefesto);

Primeiro das famílias que tem que dá educação, mas o Estado tem que fornecer a educação, uma base pras famílias. Do Estado e das famílias (Dioniso);

As vezes acho que da família, a falta de estudo, a falta de idéia, não sei, não tô com nada em mente agora não (Éolo);

É o governo, sabe? Eu acredito que todas as pessoas, tanto do mais rico quanto do mais pobre, ele não deixa de pagar o seu tributo (Apolo);

Ao responsabilizar as famílias e o Estado, este tido como um ente autônomo, a violência, antes até reconhecida como resultado da desigualdade social brasileira, numa reflexão que a poderia levar à sua causa original, isto é, a estrutura social, volta a ser obscurecida pela idéia de que pode ser combatida a partir de uma modificada gestão estatal e pela restauração de valores morais e éticos em dissolução.

Trata-se de um modo de interpretação da violência que, segundo Chauí (2003), não só reflete a *forma contemporânea da alienação* pela fragmentação e a dispersão da sociedade atual que lhe impede de construir até mesmo a imagem da unidade apta a dar sentido à própria dispersão, como também leva à ideologização da ética que despolitiza a violência. A ética como ideologia enfoca a violência apenas pelos acontecimentos e fatos visíveis - a corrupção política e policial; a Justiça inoperante e discriminatória - que facilmente reúne as pessoas em torno do consenso de que todos são contra o mal. Mas não engendra a mesma união em torno da conquista coletiva do bem (porque este é controvertido e toca em interesses antagônicos) que transporta o “[...] sujeito ético individual ao sujeito político coletivo” (Chauí, 2003, p. 47).

O fortalecimento dos vínculos sociais somado ao processo de empoderamento dos sujeitos para a tomada de decisões se colocam como requisitos necessários à

construção de dinâmicas de confiança, um desafio atual, visto que, como nos sublinha Sennett (2007) não é disso que trata o capitalismo moderno sob o pano de fundo das profundas transformações societárias como, por exemplo, na gestão do trabalho enfatizando a flexibilidade e os trabalhos de curto prazo, alternados pela desocupação. Nesse ambiente, que interdita às pessoas a construção de trajetórias de vida coerentes, é a própria formação do caráter que termina comprometida.

Sobre o caráter, um "valor ético" que não deve ser confundido com a personalidade pela interioridade que esta denota sem que necessariamente se faça ver, aquele comporta maior abrangência na medida em que depende das ligações pessoais com o mundo externo.

O termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. Da confusão de sentimentos em que todos estamos em algum momento em particular, procurando salvar e manter alguns; esses sentimentos sustentáveis servirão a nossos caracteres. Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem (SENNETT, 2007, p.10).

O desenvolvimento do caráter depende, pois, de características estáveis como lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua. Aspectos em dissolução na vida moderna que levam à própria corrosão do caráter.

As declarações dos jovens entrevistados mostram que não estão imunes a essas constatações, das quais, inclusive, compartilham. Ao tratar dos valores que consideram mais faltantes e necessários ao desenho de uma sociedade ideal, revelam-nos o que segue, a começar por Dioniso, um discípulo oculto de Sennett (2007)

Respeito, caráter. Se a pessoa tem caráter ela respeita os outros, ela não passa por cima de ninguém. Prossegue dizendo que tais virtudes estão hoje a faltar: porque eu acho que hoje o mundo é capitalista demais, um quer ganhar mais, quer

ter mais do que o outro, quer esnobar (Dioniso). Uma idéia que se faz acompanhar pelos depoimentos dos demais entrevistados :

Falta muito... não é amor que falta no coração, mas falta muita... acho que as pessoas tinham que se ajudar mais... solidariedade. Muito mais, um com o outro. É que as pessoas pensam muitos só nele, né? (Hefesto);

Cada um ajudando o outro a ser melhor, fazendo sua parte e ajudando o próximo (Posídon);

[...] porque eu percebo assim na sociedade um individualismo muito grande, uma arrogância, uma prepotência... porque as pessoas buscam mais o seu ego, o consumismo, não quer saber de você, só do seu umbigo, esquecem um outro (Apolo);

Acho que seria interessante o amor ao próximo, a relação com o próximo e também o fato de não querer ganhar acima do outro, de ter o respeito, de não querer ter mais do que o outro, tem o lance da união, de compartilhar (Eros).

Contudo, às constatações realizadas não evidenciamos nos relatados comportamentos dos jovens entrevistados uma correspondente ação apta a modificar essa sociabilidade pautada no individualismo. Dentre os assuntos que mais apreciam discutir , não identificamos um único que não refluísse ao campo privado – profissão; viagens; namoro; cinema; esporte, religião intimista e os assuntos presentes na mídia e renovados velozmente -, em geral tratados no interior de grupos de amizade dispersos e desfilados, constituídos a partir das diferentes circunstâncias e atividades particulares em que se inscrevem. A fala seguinte ilustra bem o que tratamos: *Porque hoje a amizade perdeu muito o sentido da coisa, todo o mundo é amigo de todo o mundo, do mesmo jeito que todo o mundo pára de ser amigo de todo o mundo* (Hefesto).

Mesmo no caso de experiências também relatadas, onde os vínculos mostram-se mais estáveis, o elemento gregário não extrapola o âmbito do lazer. Seus interesses referem-se a ideais de curto prazo, de metas tangíveis, congruentes aos de sua

geração e bem ao gosto da sociedade atual em que os bens materiais e imateriais não se valorizam pela durabilidade e permanência, nem pela existência de projetos coletivos e utópicos::

São amigos que eu conheço há bastante tempo já, no mínimo uns cinco anos. Eles são meu grupo. Alguns até há mais de quinze. Grupos de amigos de amizades antigas (Hermes);

Todo final de semana a gente sai, tem um evento nosso (...) no caso é uma irmandade (...) Então o nosso programa é sair, é encontrar todo o mundo numa casa, fazer um churrasco, pegar uma piscina na casa de alguém, sair prum restaurante, comer uma pizza e tal, se restringe a mais ou menos a isso (Apolo).

Retomando, pois, à já abordada concepção isolada da violência, nucleada em torno de um lugar específico e restrita à concretude de suas manifestações, não resulta surpreendente que os jovens entrevistados deixem, na sua maioria, de se considerarem autores de violência. Foram-no apenas quando cometeram o **ato infracional**. Analisemos, pois, esse aspecto com mais atenção, começando pelas motivações alegadas que os levaram ao “conflito com a lei”:

É que eu tava sem dinheiro...não era nem o caso de usar droga, entendeu? Foi mais a adrenalina do momento. Não sei...falta de conseqüência e caráter também (Dioniso);

[...] eu não tinha noção disso (de conseqüência), eu queria pegar o dinheiro e usar a minha droga e me preocupar comigo e não me interessa o mundo, sabe?, se tivesse que passar por cima de alguém eu passava, passar por cima de alguém não no sentido de matar, que eu não cheguei a esse ponto (Apolo);

Pretendia... sei lá. Foi doideira mesmo.[...] acho que má companhia, não sei (Posídon);

Impulsão... do momento... de chegar e agir de acordo com a situação existente. A oportunidade... gerada ali no momento... a presença dos demais na incentivação... aquele poder de se auto-afirmar (Hermes);

Amigo meu...eu era muito novo... (Hefesto).

Ainda que alguns entrevistados considerem a influência de um fator externo, basicamente a presença perniciosa de um amigo, o que prevalece na motivação apresentada é o próprio comportamento irrefletido e inconseqüente, que reportam à imaturidade da fase adolescente. Também depreendemos das falas o reconhecimento da banalidade dos motivos. Mesmo quando explicam que desejavam obter algum recurso financeiro para custearem o uso de droga ilícita, consideram que a impulsividade se sobrepôs à necessidade, esta, portanto, de menor importância.

Sabemos que em dois dos casos analisados, o delito em análise constituiu uma reiteração infracional, motivada pelo uso de droga. Porém, desde então, assim como nos demais casos em que a formalização do “conflito com a lei” foi episódica não temos notícia de reincidência de parte de nenhum dos jovens entrevistados, o que destoa da realidade dos jovens de classes desfavorecidas. Em estudo realizado junto aos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação na única unidade de internação do estado (ROSA; RIBEIRO JÚNIOR; RANGEL, 2007) os autores apontam que 60,5% dos adolescentes, a maioria expressiva pertencente a “classes de baixa renda”, já haviam recebido Medida anterior.

À exceção de Éolo, que admitiu: *Eu comprei um dvd de um cara que tava me vendendo barato. Para ser sincero mesmo se soubesse que era robado eu ia acabar comprando porque tava num preço bem abaixo [...]*, nenhum dos jovens entrevistados banalizou o delito cometido. Até mesmo Eros que não se furta de questionar a criminalização do uso de algumas drogas e a liberação de outras, como na fala abaixo:

Eu acho o seguinte, a maconha, essas plantas que têm um poder, entre aspas, uma planta que tem a capacidade de alterar seu estado de consciência, eu

acho que essas plantas sempre foram usadas na história. Você pode ver, sempre foram usadas pela sociedade desde os primórdios. Desde sempre elas foram usadas. Então isto te desperta o porquê de serem proibidas. São proibidas pela questão de política e econômica. Então você pensa: essa planta é proibida pela questão econômica e o álcool e o cigarro que eles criaram e tal, é liberado por causa da questão econômica também e você não tem mais o direito de querer, ao invés de experimentar o álcool e o cigarro, de querer experimentar uma planta que sempre foi utilizada e que se você usar de uma forma certa de repente vai alcançar alguma coisa, alguma experiência interessante,

reconhece os riscos de manter um comportamento tido como transgressor e prefere contemporizar, resignado.

Não que eu ache que maconha é errado. Só acho que nessa sociedade, com essas leis, com esse desenvolvimento judicial, legislativo, acho que é muita complicação uma pessoa querer sustentar esse vício hoje em dia, porque você acaba se submetendo a várias experiências ruins (Éros foi representado duas vezes por porte de drogas e na segunda ocasião a abordagem policial foi traumática em face da intensa pressão psicológica que sofrera e do risco de ser-lhe atribuída a posse, e conseqüente autoria de tráfico, de significativa quantidade de suposta substância entorpecente que as autoridades policiais ostentavam ameaçadoramente).

Em especial aqueles que cometeram delitos mais graves mostram-se arrependidos e ciosos de que teriam causado danos às próprias famílias, assim como às vítimas e também às famílias destas:

Eu cometi um delito, por sinal foi muito grave (...) eu vejo que foi um absurdo, ao mesmo tempo o risco que eu causei pra pessoa (Apolo);

E pensar na família, na sua, na do próximo, porque acarreta um peso muito grande... são pessoas que não têm nada a ver com a sua atitude, te educou da melhor forma possível e tão respondendo, pagando uma coisa que eles...foi totalmente alheia à vontade deles (Hermes).

Alguns dos atos infracionais cometidos ganharam ampla repercussão pública, noticiada pela imprensa local, sendo ainda lembrados na atualidade, mesmo decorridos alguns anos. Hefesto relatou-nos num misto de tristeza e conformismo: *Esses dias uma menina na faculdade falou: pô! Você é aquele que (...) você é covarde...* . Na verdade, a sociedade, impregnada pela idéia de que a autoria da violência é prerrogativa da pobreza, escandaliza-se quando ela é protagonizada pelos favorecidos economicamente, interrogando-se sobre as causas dessa “anormalidade”.

À exceção de Éolo que não se posiciona a respeito, todos os demais jovens entrevistados, com mais ou menos ênfase, conferem à experiência de cumprimento da Medida Socioeducativa, em razão do ato infracional cometido, um marco reformulador de suas condutas no sentido da tomada de responsabilidade e da assunção de tarefas (trabalho; estudo; abstinência de drogas; evitação de antigos amigos que exerciam suposta má influência) que impuseram um curso considerado positivo em suas vidas.

A ausência de reiteração infracional parece-nos estar estreitamente ligada à qualidade de vida que o jovem porta, desde logo o jovem de classes sociais favorecidas. As imposições que as medidas socioeducativas, mesmo as cumpridas em meio aberto, comportam, nesses casos, são significativamente restritivas de prazeres e privilégios rotineiros que cerceados, pelos próprios pais e cumpridos com razoável disciplina pelos socioeducandos, causam sofrimentos que os levam a tentar superá-los no tempo estritamente previsto. Soma-se a isto o fato de que a regressão ou recrudescimento da Medida imposta, pelo seu descumprimento, constitui uma verdadeira ameaça para esses jovens que reconhecem o efeito devastador que uma sentença de Internação causaria em suas vidas, enfaticamente descrita na fala abaixo:

Toda maldade que eu não possuo eu vou ter ali (...) aquilo ali é o inferno, eu não conheço o inferno não, mas aquilo ali chega perto. Cê vê que ele tem ódio ali, não tem nada que faz as pessoas falarem: Pô! Eu quero sair daqui, estudar, sair daqui, quero mudar (...) eles são totalmente maltratados (...) dali só gera mais crime,

cada vez mais. Num tem estrutura nenhuma (Hefesto, explicando o que significa para ele o cumprimento da Medida de Internação na Unidade do estado).

A possibilidade de vivenciar pontualmente a experiência infratora e refazer-se dela é condição própria dos jovens favorecidos, em pleno gozo da moratória social:

A violência que eu cometi foi algo... muito ruim (...) Mas, um pensamento até egoísta, foi... um tanto... de acréscimo pra mim, foi uma experiência...muito grande pra mim, porque hoje em dia me faz ver qualquer ato meu com outros olhos (Hermes).

É nesse contexto que o jovem sabe que pode confiar na resistência e eficiência de sua rede de proteção, projetando outras promessas capazes de lhe oferecer visibilidade.

Para os jovens entrevistados a violência comparece como um elemento que causa perturbação, medo e preocupação na atualidade. Ela incomoda, e muito, segundo a maioria dos relatos, na medida em que representa uma ameaça à segurança pessoal e uma restrição incômoda à possibilidade de circular inadvertidamente pela cidade:

Em que ponto que nós estamos chegando, porque hoje você não pode mais sair de casa com seu celular, porque tem um pivete que roba seu celular. Você não pode parar no sinal à noite porque a pessoa vem e te seqüestra [...] e agora roba é o seu filho dentro da maternidade. Pô cara! A que ponto vamos chegar? [...] onde vai parar a sociedade? Onde os crimes vão parar? Onde que essa violência vai parar? (Apolo).

A fala acima demonstra, sobretudo, uma preocupação segregadora, que se restringe ao mal-estar da vítima passiva impingido pelo vitimizador ativo. A violência seria, portanto, um problema apenas para quem a sofre e não para todos os membros de uma mesma sociedade, restringindo a sua solução pela via do controle social na perspectiva do ideal funcionalista. Nesse âmbito a violência é novamente retratada

como elemento externo ao nosso modo de estar e de nos relacionarmos nesse mundo.

Mesmo Hermes, que se questiona quanto à radicalidade da violência, dizendo-nos:

Com certeza, apesar da minha localização privilegiada, dela não ser constante, mas ela me preocupa. Quando ela... chega à calçada e fica nítido, preocupa. Mas esse é o erro. Deveria ser preocupante desde a sua origem e não somente quando atinge a pessoa.

Não deixa, porém, de expressar um entendimento socialmente naturalizado de que o lugar da produção da violência dá-se apenas nos territórios da pobreza, sendo os bairros privilegiados ilhas de sossego raramente perturbadas. Reproduz-se, assim, a imagem ideologizada de responsabilização isolada de alguns atores - os pobres - pela autoria de atos violentos.

O que mais dizem os jovens entrevistados sobre a perturbadora presença da violência nos dias atuais?

Assalto, me preocupa muito... seqüestro... esses dias, um amigo meu foi seqüestrado. Acho que a segurança do Brasil tá muito fraca. Acho que você não pode mais contar com eles. Você tem que contar com você o tempo inteiro. Então por isso que... eu vejo que minha mãe se preocupa muito comigo: “Onde você tá? me liga, dá uma ligada de vez em quando. Onde cê tiver, se tá tudo bem. Me fala se você tá precisando de alguma coisa”, que hoje em dia as pessoas matam como se não fosse nada (Hefesto).

Embora reconhecidamente um risco real, sob o qual todos nos sentimos atingidos, a discussão que está em jogo é a reintrodução da violência na esfera das relações pessoais, que, embora, aponta e cobra a ação pública, sendo *culpa do governo*, reconhece na sua ineficiente e desacreditada intervenção e, sobretudo, na *segurança fraca do Brasil*; na polícia *despreparada e corrupta*, a necessidade de recolhimento aos recursos privados que não só reafirmam o privilégio de quem os

sói portar, como favorece o isolamento entre as pessoas levando à despolitização do debate e ao esvaziamento da esfera pública.

Segundo Wieviorka (1997) nosso contexto atual é altamente favorável ao incremento da criminalidade, uma violência instrumental mas destituída de qualquer conteúdo político que a violência pôde ter no passado e que, por estar também intimamente associada ao enfraquecimento do Estado, ele a classifica de infrapolítica. Nesse mesmo âmbito o autor inclui a violência gratuita, que se esforça para produzir algum sentido e que os jovens entrevistados não deixaram de mencionar sua existência:

Tem gente que gosta de violência...acha legal. Eu já vi gente, pô! Ir pra night pra brigar (...) tem gente que às vezes perde o motivo mesmo (Hefesto).

Para o autor essas expressões de violência encontram resposta na *crise da modernidade*, "[...] na qual significações em termos de identidade, dissociadas de toda inserção num espaço relacional do tipo político, exprimem-se de maneira tanto mais aguda na medida em que o ator se mobiliza a partir de frustrações que a modernidade fez nascer nele (WIEVIORKA,1997, p.33).

Seguindo nossa análise no interior da questão que buscava dos jovens entrevistados seu entendimento sobre a existência ou não de diferença entre o significado da violência praticada por um jovem "rico" e a praticada por um jovem "pobre", extraímos, de entrada, o posicionamento de classe colocado, na medida em que, claramente, situam-se no pólo oposto ao do jovem "pobre".

Nesse contexto, cabe dizer que apenas um jovem entrevistado desconsiderou a possibilidade de homogeneizar o sentido da violência intraclasses. Todos os demais consideraram que ambas as práticas violentas se igualam:

Violência é violência, num tem como falar de... pobre... ou não (Hefesto);

A violência é uma só [...] ele (o pobre) é um ser humano tanto quanto eu (Apolo);

[...] é a mesma. Porque os dois são seres humanos (Posídon);

[...] mas a diferença é pouca porque a mente é tudo igual, o mecanismo é o mesmo, a diferença é só o meio que vive mesmo [...] (Dioniso).

Em um primeiro momento os conteúdos supracitados evocaram-nos um sentido de naturalização da violência, de responsabilização individual pela violência, de esvaziamento do todo pela imputação da culpa à parte. Contudo, através da análise comparativa com o conteúdo das respostas relacionadas à consideração majoritária da violência mais enquanto produto do meio do que um atributo nato e, ainda, a partir do reconhecimento da maioria de que a violência incrementou-se fortemente nos dias atuais, acabamos por apreender das falas colhidas um significado central que está em atribuir à violência atual um sentido de sintoma generalizado da sociedade. Reforçam nossa compreensão as falas abaixo:

A galera tá muito vaidosa e aí tem outros que têm inveja e fica com muita coisa guardada na cabeça (Éolo);

Antigamente as pessoas... sei lá, entende? Não era tanto assim. As pessoas não eram tão gananciosas igual a hoje. Tudo hoje em dia fala mais alto o dinheiro. Até os comerciais da televisão mostra essas coisas (Posídon);

Eu acho que as condições... hoje em dia... de existência... cultural... fazem com que a violência hoje seja mais agravada do que antes (Hermes).

Todavia, prosseguindo na explanação de suas respostas relacionadas à existência ou não de diferença entre a violência protagonizada por jovens de classes sociais contrárias apontam-nos que o "rico" é violento quando é *carente de família*; a droga atua como substituto e subterfúgio para os problemas e é, ela própria, a motivadora dos atos violentos; deve ser um *abuso de drogas* ou *ausência dos pais*; a violência do "rico" é *vandalismo, porque quer se aparecer*. O "pobre" é *reprimido*, atuando aí a pobreza e o desemprego, é a *violência de uma presa que quer atacar*; o "pobre" é mais levado a ser violento por que *se revolta com as diferenças sociais*; a maior

diferença é o *peso da punição sobre o "pobre" e o abrandamento sobre o "rico"*; o "pobre" tem justificativa, a violência do "rico" é *estranha*, inexplicável.

De forma que as explicações, embora reveladoras de sentidos contrários, permanecem aprisionadas nas representações sociais mais comumente disseminadas e que passam ao largo de seu desvelamento. Enquanto as verdadeiras explicações permanecem obscurecidas e afastadas a violência aparece mais como fenômeno acidental do que essencial (CHAUÍ, 2003).

Não é aleatória, portanto, a seguinte fala:

A desigualdade social é complicada (...) Mas também tem o lado da falta de caráter da pessoa, porque eu conheço muita gente pobre que trabalha, se sustenta com pouco (Dioniso).

Percebe-se uma sensibilidade em relação às diferenças sociais, mas quando estas não são remetidas à estrutura da sociedade, reforça o alheamento em relação ao Outro – e até mesmo a intolerância – que não é percebido como um parceiro na obediência e gozo de leis comuns.

Enquanto não se reconhece as verdadeiras diferenças dentro de uma comunidade, esta não logra ser reconhecida como tal (SENNETT, 2007). É o enfrentamento dessas diferenças que oportuniza o compartilhamento mínimo de uma existência comum. Nesse desligamento recíproco, o Outro resulta faltante. Diante da ausência do Outro (DUFOR, 2001), compromete-se simultaneamente o ser a si próprio e o ser coletivo, pois a falta de uma referência comum a um mesmo Outro dificulta a construção do sentimento de pertencimento a uma comunidade que é de todos.

CONCLUSÃO

Apreender o significado do complexo fenômeno da violência na contemporaneidade, desenhada em meio a transformações econômicas, políticas e culturais que desbordam em novas formas de ser, viver e relacionar, vislumbrado na perspectiva de um movimento global, mas com particularidades locais, constitui certamente um esforço analítico que, esperamos, ao menos, dele termos nos acercado através dos resultados interpretativos da pesquisa empírica realizada junto a jovens de classe média autores de ato infracional.

Dentre os sete jovens entrevistados, cinco correspondem com fidelidade ao padrão de classe média comumente disseminado. Protegidos por uma resistente retaguarda familiar e vivendo no interior de uma socialização antecipatória do que ambicionam, sua formação é baseada menos na renda do que na força da herança cultural e nos modelos que a família, o parentesco e os pares aportam de supervalorização da escolarização e do trabalho na perspectiva da ascensão social. Um sexto jovem mostra-se pouco à vontade nessa condição, sem contudo confrontá-la. Não se trata de uma postura conscientemente condenatória. É, sobretudo, ambígua, o que lhe cobra um alto preço. Sente-se exilado e angustiado por não corresponder às exigências da família e do modelo que é cobrado. E, finalmente, temos sim um jovem que sustenta interesses e valores, senão divergentes, aparentemente alternativos ao padrão vigente. Recusando o consumismo exacerbado e propugnando um estilo individual de vida voltado à preservação ecológica, afasta, por outro lado, qualquer ênfase política que sua "causa" pudesse encerrar. A forte univocidade dos conteúdos não obscureceu, portanto, a heterogeneidade que a categoria juvenil comporta, mesmo no interior de uma mesma condição de classe.

Ao estudar a sociedade portuguesa, Santos (2006) enfatiza um modelo que guarda semelhança com a realidade brasileira na medida que, em ambos os casos, o advento do globalismo não encontrou Estados-nação potentes, que tenham sido capazes de organizar a sociedade político-culturalmente e fortalecer a esfera pública. De forma que nessas sociedades coexistem características "pré-pós modernas", sinalizando a ausência de um modelo hegemônico do sujeito

individualista, talvez mais presente em sociedades do capitalismo central. Em nosso contexto, ao contrário, a esfera privada, nominalmente o espaço doméstico e a rede de parentesco, mantêm ainda um forte poder referencial e regulatório, não só ancorando o espaço público, como muitas vezes substituindo-o (GONÇALVES, 2005).

Diante, pois, do encolhimento do público, recaem sobre a família as expectativas dos jovens de apoio para a realização de seus projetos. "O apoio da família, vital para ampliar a chance de realizar os projetos de vida, é praticamente o último reduto de seus sonhos" (GONÇALVES, 2005, p. 213). Enquanto "resposta possível à destituição política" (p. 217) devemos reconhecer o enorme peso da responsabilidade que recai sobre a família, reconhecendo, ainda, o trabalho quase solitário que ela empreende. Uma solidão que, lembra-nos Sarti (2004, p. 122), leva-a a fechar-se em torno de si própria, obstruindo o espaço de construção da alteridade, pois, "Ela não é apenas o 'nós' que a afirma como uma família singular, mas é também o 'outro', condição de possibilidade da existência do 'nós'".

Contudo, essa é uma constatação que, sem considerar as negativas repercussões no sujeito e no social pelo esvaziamento da esfera pública, molda-se diretamente à realidade das famílias que ocupam as classes mais privilegiadas da sociedade, vez que embora também se aplique às famílias das classes populares, onde o esforço de enfrentamento das vicissitudes pelas relações de parentesco e vizinhança é também uma forma recorrente de se armar contra a ausência do Estado, não podemos eludir as radicais diferenças de possibilidades e recursos que, no final das contas, traduzem-se na disparidade dos resultados conquistados.

É evidente que não estamos condenando as famílias pela proteção e segurança que ofertam aos seus filhos. Ao contrário, queremos ressaltar que a garantia desse suporte é tão importante que a sua ausência nas famílias das classes populares - elas próprias desprotegidas - repercute tragicamente nas trajetórias dos jovens aí inscritos (SARTÓRIO, 2007).

Desta forma, a privatização das soluções não só enfatiza a iniquidade dos recursos que deságua na manutenção da desigualdade social, como, principalmente, imprime

trivialidade ou invisibilidade à questão que precisa ser desvelada para ser enfrentada pública e coletivamente.

Nesse contexto a idéia da juventude inscrita, como um todo, sob a vertente geracional, da qual jovens de todas as origens participam, perde a validade pois "[...] é na consolidação da situação conquistada que cada um retorna ao seu lugar, burgueses na direção, pobres na massa" (SILVA, 2003, p. 90).

A pesquisa mostrou que não podemos ignorar que o modelo típico de transição da juventude para a vida adulta, tido como universal mas que é produzido e reproduzido apenas pelas classes privilegiadas, expressa uma significativa indulgência com os comportamentos de risco adotados pelos seus membros juvenis. Trata-se de uma permissividade que o exercício da moratória social legitima. De forma que o consumo de drogas, as brigas, os acidentes automobilísticos e mesmo as violências mais graves costumam ser tratados como eventos episódicos e passageiros se cometidos por jovens de classes favorecidas.

Por outro lado,

ao jovem oriundo das camadas populares, a sociedade reservou o papel de trabalhador e, a partir desse momento, qualquer indício de rebeldia, transgressão, ainda que circunscrita a um contexto determinado, como lazer, por exemplo, será normalmente tratado como tendência à delinqüência e criminalidade (SILVA, 2003, p.12),

mostrando que o incômodo usual da sociedade mais do que com a violência, é com quem a comete. Para tanto ela deixa claro: a "delinqüência juvenil" protagonizada pelos "bem-nascidos" é assunto privado, problema a ser tratado no seio da família. Ao jovem pobre autor de violência cabe a repressão policial e do Sistema de Justiça.

Nesse sentido temos não só a condescendência familiar e social, como também a confiança na resistente tessitura da rede de proteção que lhe é estendida, como própria de sua condição de classe, agindo, ambigüamente, como fatores auxiliares à superação, mas também facilitadores da disposição ao risco.

Além disso o não compartilhamento das expectativas e da busca de soluções por outras instâncias sociais, que não a família, resulta no superinvestimento do sujeito enquanto provedor único de suas próprias potencialidades e escolhas. Ao tratar da crise do sujeito no interior do sistema mundial capitalista, definindo este último mais como um *modo de vida* do que um *modo de produção*, Santos (2006, p. 320) destaca que "O individualismo e o consumismo transferiram para a esfera privada a equação entre interesse e capacidade. É nessa esfera que hoje os indivíduos identificam melhor os seus interesses e as capacidades para lhes dar satisfação". Uma discussão que envolve a crença na salvação individual como resultado do próprio esforço, discurso tão caro à ideologia neoliberal, que reforça o voluntarismo, a meritocracia e a naturalização da oposição entre vencedores e fracassados, presente majoritariamente nos discursos colhidos no trabalho empírico.

Contudo o constatado poder simbólico e referencial da família por nós encontrado, que se baseia, sobretudo, na permanência da validade do modelo ascensional construído pela classe média, não vive o seu melhor momento. Os desafios concretos que a contemporaneidade traz fragilizam a consistência de seus valores e questionam suas promessas. As aspirações de mobilidade pautadas na ênfase dada à escolarização e, efetivamente concretizadas para a maioria dos pais, enfrentam hoje para os filhos importantes restrições que estrangulam as possibilidades, nem um pouco ignoradas pelos jovens entrevistados que explicitaram a angústia vivida pela ausência de garantia de concretização de seus projetos futuros.

Em meio a essa realidade podemos entender com clareza uma das vertentes do processo de ressignificação da moratória na atualidade da qual nos trata Abad (2006, p. 4) aplicada também aos jovens de classes sociais favorecidas, uma vez que, mesmo apoiados no adiamento do momento de enfrentar a idealizada inserção vantajosa no mercado de trabalho, "[...] a ameaça de um futuro incerto transforma a moratória numa espera mortificada devido à ausência de um destino economicamente garantido".

Como nos esclarece Wieviorka (1997) as violências atuais não surgem imediatamente da constatação da mobilidade descendente ou da crise, na perspectiva de uma violência social ou política. O seu entendimento deve ser

concebido a partir das mediações aí presentes, alimentando frustrações latentes que podem ser expressas aleatoriamente.

Em meio à crise de eficácia simbólica de velhos valores ordenadores da sociedade, como a depositada na escolarização enquanto via segura de mobilidade e ascensão social (ABAD,2003;ABAD,2006;PAIS,1993), como não evitar a desconfiança na afirmação de que o sucesso será assegurado a quem se empenha, se os fatos concretos se encarregam de desmenti-la. A velha relação entre uma maior escolarização e a garantia de emprego se esvazia (POCHMANN, 2007) e, assim, antigas promessas são negadas. Para La Mendola

determina-se, assim, um curto-circuito cultural psicológico de desconfiança que não anula o impulso de mostrar-se, mas o direciona para percursos variados, e que, sob o efeito da própria mensagem ambivalente, acaba enfatizando mais os fatores de perigo que aqueles de segurança, favorecendo a emergência de comportamentos caracterizados pela destrutividade (LA MENDOLA, 2005, p.69).

Segundo o autor são os jovens que ele denomina "os filhos da pequena burguesia" aos quais sua condição de classe lhes franqueia a perspectiva de mobilidade social e uma vivência ancorada nos termos do que ambicionam perpetuar ou superar que

sentem com mais força o efeito de desilusão das promessas e sobre os quais pesam majoritariamente as ambigüidades e as ambivalências dos mecanismos sociais de premiação, provocando assim uma queda na confiança e uma ênfase nas dinâmicas auto e heterodestrutivas (LA MENDOLA, 2005, p. 81).

Para o autor esses jovens vivem "nas fronteiras", arriscando-se em quaisquer frentes, imersos na cultura do risco na qual a expressão da própria agressividade coloca-se com uma conseqüência previsível da desconfiança produzida pelas promessas esvaziadas. "Solicitar e despertar os carismas para, em seguida, não oferecer oportunidades reais para demonstrá-los significa favorecer a emergência de percurso de tipo catastrófico" (LA MENDOLA, 2005, p. 83).

A discussão da atribuída inclinação juvenil ao risco é, assim, colocada na perspectiva da reflexividade aos desafios próprios da forma histórica da sociedade

de risco (PERALVA, 2000) que a configuração moderna comporta. Na consideração da nova dimensão dos riscos que a vida moderna suscita, pesando sobre o futuro, particularmente dos jovens, a violência pode denotar uma antecipação ao risco, uma reação a ele como forma de suspender a dúvida que o risco carrega.

Dúvidas e incertezas que se agigantam no interior de um processo ambíguo e fragmentado em que se inscreve a nova condição juvenil, em meio ao esvaziamento ao qual foram lançadas as tradicionais instituições paramétricas da sociedade (ABAD, 2003). Desta forma,

o tema do risco é, na verdade, uma questão eminentemente juvenil, mas apenas por que os jovens são os portadores mais sensíveis de uma síndrome que diz respeito a todos. Com seus comportamentos, muitas vezes exasperado, eles iluminam os desafios que o mundo ocidental deve enfrentar nessa fase histórica (LA MENDOLA, 2005, p.77).

Se o que temos na contemporaneidade é a exacerbação do individualismo e a auto-intitulação do indivíduo como centro do mundo que, pelo desprezo do Outro compromete-se a si próprio como sujeito e, na mão dupla, ao negar a alteridade nega o seu locus de realização por excelência, isto é, a esfera pública, o que nos resta esperar?.

Renunciando, porém, ao tom catastrófico devemos sempre ater-nos às inúmeras facetas que a realidade pode assumir em seu movimento dialético. Inscreve-se aqui sempre a possibilidade de florescimento de uma nova socialização que a própria condição juvenil renovada engendra no interior, ainda, de sua capacidade de apreender as mudanças sem as desconfianças e o descrédito adulto.

Se o jovem é o *outro necessário* (SARTI, 2004) na família e na sociedade e é, além de produto de seu meio, também sujeito, torna-se apto a reagir ao que lhe é proposto, podendo buscar respostas que, embora escapem ao quadro de referência do ainda legitimado mundo adulto, façam sentido para ele na perspectiva de uma adequada inserção social ou mesmo de reinvenção do futuro, pelo resgate da utopia, entendida como a “[...] exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só

porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e por que merece a pena lutar” (SANTOS, 2006, p. 323).

REFERÊNCIAS

- ABAD, J.M.G. Crítica Política das Políticas da Juventude. In: FREITAS, M.V; PAPA, F. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- ABAD, J.M.G. Juventude e ação política. In: **Revista Onda Jovem**. 2006. Disponível em: <<http://www.ondajovem.com.br>>. Acesso em: 14 de set. 2006.
- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n. 5, p. 25-36, mai/jun/jul/ago, 1997.
- ABRAMO, H. W; BRANCO, P.P.M. Apresentação. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P.P.M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005
- ABRAMO, H. W. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H.W; BRANCO, P.P.M (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.37-72
- ABRAMOVAY, M. (et al.). **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- ADORNO, S. Exclusão Sócio-Econômica e Violência Urbana. **Núcleo de Estudos da Violência/USP**, [2002?]. Disponível em: <<http://www.nevusp.org>>. Acesso em: 13 dez. 2006.
- ALVES-MAZOTTI, AJ. O Método nas Ciências Sociais. In: ALVES-MAZOTTI, AJ; GEWANDSZNAJDER. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais – Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Editora Pioneiras, 1998. p. 109-203.
- ANJOS, E. E. dos. A banalização da Violência e a Contemporaneidade. In: CAMACHO, T. (Org.). **Ensaio sobre Violência**. Vitória: Edufes, 2003. p. 61-82.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995
- ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. RJ: Forense Universitária, 2004.
- BARREIRA, C. (et al.). **Ligado na Galera**. Juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: Unesco, 1999.
- BOURDIEU, P. La “juventud” no es más que una palabra. In: **Sociología y Cultura**. México: Editorial Grijalbo, 1990, p. 119-127.

BRENNER, A.K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P. PM (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.175-214.

CAMACHO, L.M.Y. **Violência e Indisciplina nas Práticas Escolares de Adolescentes**. 2000. 265p. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARLINNI-MARLAT, B. Jovens e drogas. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P. PM (orgs). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 303-321.

CARREIRA, D.B.X. **Violência nas Escolas**: qual o papel da gestão. 2006. 156p. Dissertação (mestrado em Educação) – Programa em Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006.

CASTEL, R. A Sociedade Salarial. In: _____. **As metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 415-492.

CASTEL, R. **A Insegurança Social**. O que é ser protegido?. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTRO, E.G.C. Juventude: reflexões para o debate. Disponível em:<http://www.pt.org.br/site/upload_secretarias/17-0-2006_013-51-_texto_elisa_guarana_de_castro.doc>. Acesso em: 20 de mai. 2007.

CASTRO, M.R.B. de. **A Vida e a Morte nas Representações de Violência de Crianças e Adolescentes**. 1998. 124p. Dissertação (mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

CHAUI, M. Ética. Política e Violência. In: CAMACHO,T. (Org.). **Ensaio sobre Violência**. Vitória: Edufes, 2003, p. 39-59.

COSTA, J. F. A Ética Democrática e seus Inimigos. O lado privado da violência pública. In: **O desafio Ético**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 77-89.

DESLANDES, S.F; ASSIS, S.G. Abordagens quantitativas e qualitativas em saúde:o diálogo das diferenças. In: MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F (Org's.) **Caminhos do Pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 195-221.

DIÓGENES, G. Grupos Identitários e Fragmentação Social: a violência como “marca”. In: TAVARES DOS SANTOS, Jose Vicente. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

DUFOUR, D-R. Rumo ao “capitalismo total? In: **Le Monde Diplomatique** (online). Novembro de 2001. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/_Dany-Robert-Dufour_>. Acesso em 27 set. 2007.

DUFOUR, D-R. A arte de reduzir as mentes. In: **Le Monde Diplomatique** (online). Outubro de 2003. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/_Dany-Robert-Dufour_>. Acesso em 27 set. 2007.

DUFOUR, D-R. O homem neoliberal: da redução das cabeças à mudança dos corpos. In: **Le Monde Diplomatique** (online). Abril de 2005. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/_Dany-Robert-Dufour_>. Acesso em 01 dez. 2006.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Formação do Estado e Civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p.193-274.

ENGELS, F. Teoria da Violência. In: NETTO, J.P (Org.). **Engels - Coleção Grandes Cientistas Sociais**, v. 17. São Paulo: Ática, 1981.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. SP: Edusp. 1972.

FRANCO, M.L. P.B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GONÇALVES, H. S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia USP. São Paulo. v.17, n.2, p.207-219, novembro. 2005.

GROPPO, L. A. **Juventude, ensaios de sociologia e histórias das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difil, 2000.

GUARESCHI, P. A. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p.149-161.

IANNI, O. Raízes da Violência. In: CAMACHO, T. (Org.). **Ensaio sobre Violência**. Vitória: Edufes, 2003. p. 19-38.

JAGUARIBE, H. Argentina y Brasil ante sus alternativas históricas. In: FERRER, A.; JAGUARIBE, H. **Argentina y Brasil en la globalización**. Buenos Aires: Cultura Económica, 2001, p.67-104.

LA MENDOLA, S. O sentido do risco. In: **Tempo Social**; Revista de Sociologia USP. São Paulo, v.17, n.2, p.59-91, novembro. 2005.

LEVI, G.; SHMITT, J-C. **História dos Jovens**. v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-17.

MAAKAROUN, M.F. **Adolescência e Violência**: estudo das características de adolescentes escolares e os fatores de risco e de proteção para a violência praticada e sofrida. 2000. 252p. Tese (Doutorado em Medicina) – Programa de Pós-Graduação em Medicina, Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, 2000.

MAGAGNIN, A.T. **A construção do Significado da Violência pelos Adolescentes de Brasília**. 1999. 120p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 1999.

MANFROI, V.M. Subjetividade: uma abordagem crítica da contemporaneidade. In: BIANCO, MF & JUNQUILHO, GS & WAIANDT, C. (Org's.). **Tecnologias de Gestão: por uma abordagem multidisciplinar**. Vitória: Flor & Cultura, 2004. p. 175-193.

MARGULIS, M. Introducción. In: MARGULIS, M. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Editorial Biblos, p.9-12. 2000.

MARGULIS, M; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Editorial Biblos, p.13-30. 2000.

MARGULIS, M. Juventud: una aproximación conceptual. In: BURAK, SD (Org.). **Adolescencia y juventud en America Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001, p. 41-55.

MARSHALL, T.H. Cidadania e Classe Social. In: _____. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 57-114.

MATIAS, A.A.N. As Galeras Violentas de Classe Média. 2003. 89p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2003.

MAY, T. Entrevistas: métodos e processos. In: _____. **Pesquisa Social – questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

MENANDRO, M.C.S. Gente jovem reunida: um estudo de representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968/1974 e 1996/2002). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFES. Vitória, 2004.

MINAYO, M.C.S. (et al.). **Fala Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINAYO, M.C.S. Entre vãos de água e passos de elefante: caminhos da investigação na atualidade. In: DESLANDES, SF; MINAYO, MCS. **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p. 195-223.

MONTEIRO, R.A. **Torcer, Lutar, ao Inimigo Massacrar: raça rubro-negra: uma etnografia sobre futebol, masculinidade e violência**. 2001. 120p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, F. **O Elo Perdido**. Classes e identidade de classes. SP: Brasiliense, 1987.

PAIS, J.M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PERALVA, A. **A classe Média Rediscutida**. Uma história de lutas sociais no Brasil. 1985. 134p. Tese de doutorado traduzida e revisitada. Tese (Doutorado em Economia Social) – Programa de Pós – Graduação em Economia, Institut d'Étude de Développement Economique et Social de la Université de Paris I, Sorbonne, 1985.

PERALVA, A. **L'incivilité, la revolte et le crime**: violences juveniles dans la société de risque. Paris, 1997. Dossiê. École des Hautes Études em Sciences Sociales.

PERALVA, A. **Violência e Democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POCHMANN, M. **Situação do Jovem no Mercado de Trabalho no Brasil**: um balanço dos últimos 10 anos. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP. 2007.

PRADO, M.C.C.A. O Mosaico da Violência. A perversão na vida cotidiana. In: PRADO, M.C.C.A. (Org.). **O Mosaico da Violência. A perversão na vida cotidiana**. SP: Vetor, p.11-46. 2004.

QUAPPER, C. D. Juventud o Juventudes ? Acerca de como mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. In: BURAK, SD (Org.). **Adolescencia y Juventud em America Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001, p. 57-74.

ROSA, E. M.; RIBEIRO JÚNIOR, H.; RANGEL, P.C. **O adolescente a lei e o ato infracional**. Vitória: Edufes, 2007.

SALLAS, A.L.F. (et al.). **Os Jovens de Curitiba**: desencantos e esperanças, juventude, violência e cidadania. Brasília: Unesco, 1999.

SALLAS, A.L.F. & BEGA, M.T.S. Por uma Sociologia da Juventude - releituras contemporâneas. In: **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2005, Belo Horizonte, Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/congresso/gt00.asp?idcongresso=4>>. Acesso em: 16 mai. 2005.

SALES, M. A. Juventude extraviada de direitos. In: FRAGA, P.C.P. ; LULIANELLI, J.A.S. **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. p.188-220.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2006.

SARTI, C.A. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.115-129.

SARTÓRIO, A.T. **Adolescente em Conflito com a Lei**: uma análise dos discursos dos operadores jurídico-sociais em processos judiciais. 2007. 302p. Dissertação (mestrado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter**: as conseqüências pessoais no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVA, E. M. da. **A Violência Dileitante**: um estudo sobre as brigas juvenis no contexto do lazer. 2003. 158p. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, HW; BRANCO, P. PM (Org's.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.27-35.

SOUZA, J.T.P. **Reinvenções da Utopia**: a militância política de jovens nos anos 90. SP: Hacker Editores, 1999.

SOUZA, J.T.P. Os jovens e o sentido político das contestações contemporâneas. In: **XII CB Sociologia**, 2005, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/congresso/gt00.asp?idcongresso=4>>. Acesso em: 16 mai. 2005.

SOUZA, L. Alteridade, Processos Identitários e Violência Acadêmica. In ROSA, E.M.; SOUZA, L.; AVELLAR, L. (Org.). **Psicologia social: temas em debate**. Vitória, ES: GM, 2007.

SPAGNOL, A.S. **Garotos Perdidos**: um estudo sobre jovens delinqüentes na cidade de São Paulo. 2003. 221p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SPAGNOL, A.S. Jovens Delinqüentes Paulistanos. In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v.17. n. 2, p.275-299, 2005.

SPOSITO, M. Considerações em torno do Conhecimento sobre Juventude na Área da Educação. In: **Juventude e Escolarização** (1980-1998). Brasília: MEC/INEP/Comped. Série Estado do Conhecimento, 2002, p. 7-25.

SPOSITO, M; CORTI, A. P. A pesquisa sobre juventude e os temas emergentes. In: **Juventude e Escolarização** (1980-1998). Brasília: MEC/INEP/Comped. Série Estado do Conhecimento, 2002, p. 203-221.

SPOSITO, M.P. & CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: LEON,O.D. **Políticas Públicas de Juventud en América Latina: políticas nacionales**.Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

SPOSITO, M.P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H.W; BRANCO, P. PM (Org's.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.87-127.

TAKEITI, B. A. **O Adolescente e a Violência**: uma análise da configuração de sentidos do adolescente sobre o fenômeno da violência. 2003. 100p. Dissertação

(Mestrado em Psicologia) – Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

TAKEUTI, N.M. **No Outro Lado do Espelho**. A fratura social e as pulsões juvenis. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TALIB, R. A. Jovens Violentos: uma discussão sobre comportamento, ética e religião das elites da grande São Paulo. 2001. 97p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2001.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatorias. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, V.27, n1, p.105-122, jan/jun. 2001.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. In: **São Paulo em Perspectiva**. 18(1), p.3-12, 2004.

TELLES, V. da S. Questão Social: afinal, do que se trata? In: _____. **Pobreza e Cidadania**. SP: Editora 34, 2001. p.115-137.

TOMA, K.P.F. **Filmes Violentos e sua Relação com a Agressividade em Adolescentes do Gênero Masculino**: uma visão psicofisiológica. 2000. 100p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Sociedade) – Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2000.

WASELFISZ, J. J. **Juventude, Violência e Cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez, 1998.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência contra os Jovens no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros**. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI, 2007.

WIEVIORKA, M. O Novo Paradigma da Violência. In: **Tempo Social**; Revista de Sociologia USP, SP, 9 (1), p. 5-41, maio de 1997.

WRIGHT MILLS, C. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

ZALUAR, A. A globalização do Crime e os Limites da Explicação Local. In: SANTOS, JVT dos. (Org.). **Violência em Tempo de Globalização**. SP: Hucitec, 1999. p. 91-100.

ZALUAR, A. Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. **Galeras Cariocas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 91-100.

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

I – Identificação

Idade

Sexo

Local de Residência

Escolaridade (escola pública/privada)

Escola que estuda atualmente e as que estudou anteriormente (publica/privada)

Estado civil

Possui filho?

Trabalha? Por que? Desde que idade?

Se não trabalha, recebe mesada?

Com quem mora?

Qual a escolaridade de sua mãe?

Ela desempenha atividade remunerada ? O que faz?

Qual a escolaridade de seu pai?

Ele desempenha atividade remunerada? O que faz ?

Renda familiar

II - Ser jovem

- 1) O que é ser jovem? (aponte as melhores e as piores coisas da juventude)
- 2) Quais as atividades que fazem parte de seu dia-a-dia? E dentre elas o que mais gosta de fazer?
- 3) O que mais gosta de fazer para se divertir?
- 4) Participa de algum grupo (“rock”, bairro, igreja, etc)
- 5) O que faz com o dinheiro que recebe/ganha?
- 6) Qual o significado do estudo para você?
- 7) O que pensa da escola, seu papel, importância, qualidade?
- 8) Qual o significado do trabalho para você? Deseja trabalhar? Por que?
- 9) Qual a sua expectativa em relação ao futuro? Possui algum projeto de vida?

- 10) Se fosse comparar, acha que na época de seus pais a vida era melhor ou pior? Por que?
- 11) O que ou quem exerce mais influência sobre você?
- 12) Como seus pais lidam com os limites e regras sociais (horário de chegar em casa; relacionamentos, dirigir com/sem habilitação, uso de drogas, consumo, etc)
- 13) O que mais conta no relacionamento com seus amigos? E com seus parentes?
- 14) Que assuntos mais te interessam? O que mais se discute no grupo de amigos?
- 15) Que problemas mais te preocupam atualmente?
- 16) O que considera mais importante para ser discutido pela sociedade?
- 17) Quais os valores mais importantes para uma sociedade ideal?

II - Violência

- 1) O que entende por violência?
- 2) Qual (is) a(s) causa(s) da violência?
- 3) De quem é a responsabilidade?
- 4) Acha que a pessoa é violenta ou aprende a ser violenta?
- 5) A violência te preocupa?
- 6) Você se considera autor de violência? Por que?
- 7) O que te levou/moveu a praticar o ato infracional?
- 8) Quando cometeu o ato infracional, o que entendia por violência? E hoje, o que pensa?
- 9) Você acha que as pessoas estão mais violentas hoje que em tempos atrás? Por que?
- 10) Há diferença entre o significado da violência praticada por um jovem pobre e a praticada por um jovem rico?
- 11) Há algo mais que gostaria de dizer ou acrescentar?

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa “O significado da violência para jovens de classe média autores de ato infracional” realizada por Maristhela Bergamim de Oliveira junto ao Programa de Mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

Por intermédio deste termo são lhes garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais a sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘termo de consentimento livre e esclarecido’, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o pesquisador responsável por esta pesquisa.”

Vitória, ____ de _____ 2007

Participante: _____

Como responsável pelo(a) adolescente _____ em situação de minoridade civil, declaro meu consentimento para sua participação nesta pesquisa.

Responsável: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Telefones para contato: 99038689 – trabalho (32225077) _ mestrado (33352587)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)